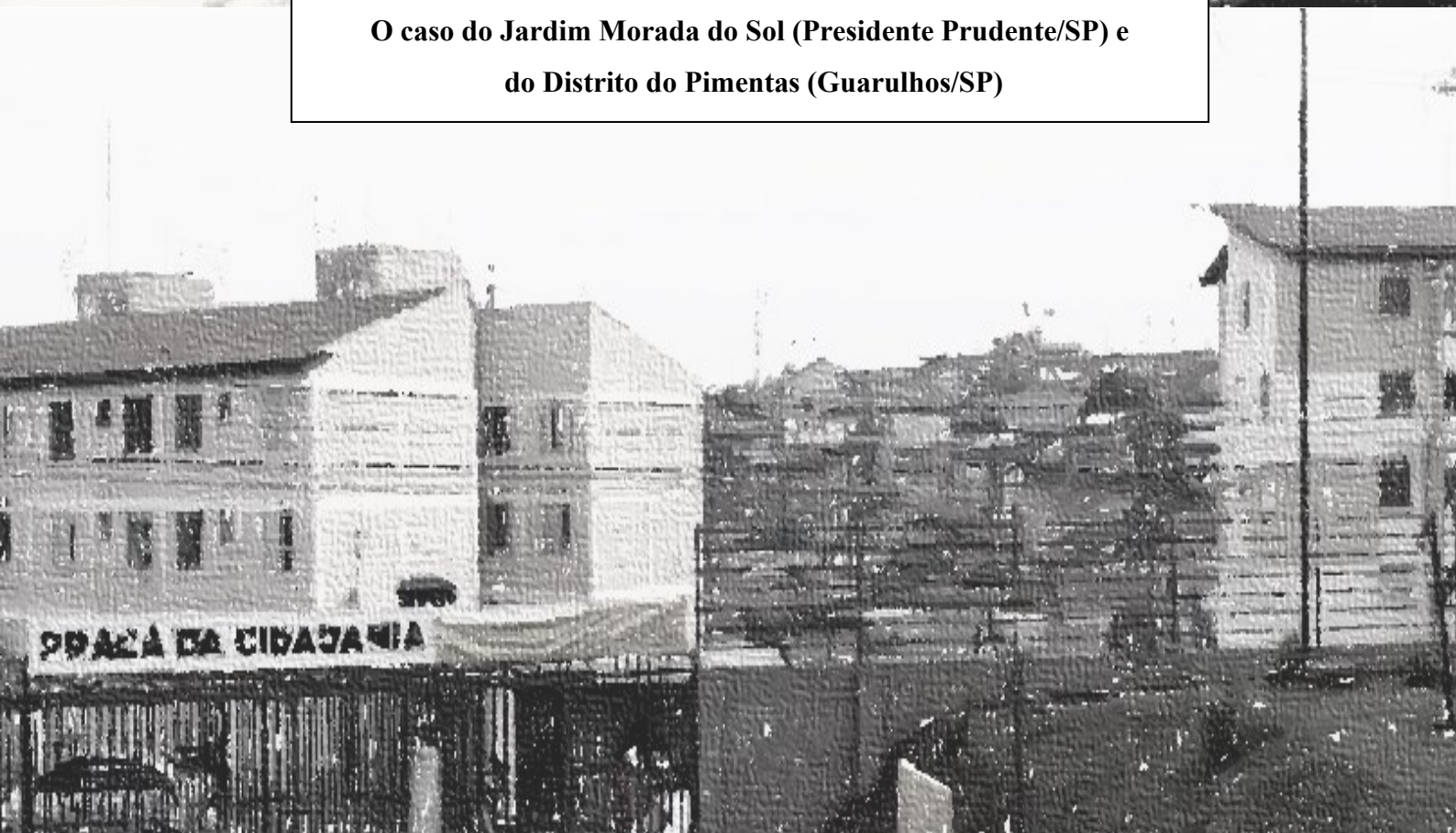


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Taís Souza da Cruz

**O ESTIGMA TERRITORIAL E OS PROCESSOS DE
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
O caso do Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente/SP) e
do Distrito do Pimentas (Guarulhos/SP)**



Taís Souza da Cruz

**O Estigma territorial e os processos de produção do espaço urbano:
O caso do Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente/SP) e do Distrito do
Pimentas (Guarulhos/SP)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente -SP, para obtenção do título de Mestra em Geografia

Área de concentração: Produção do Espaço Urbano

Orientadora: Profa. Dra. Eda Maria Góes

Presidente Prudente

2024

C957e

Cruz, Taís Souza da

Estigma territorial e os processos de produção do espaço urbano : O caso do Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente/SP) e do Distrito do Pimentas (Guarulhos/SP) / Taís Souza da Cruz. -- Presidente Prudente, 2024

129 p. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Eda Maria Góes

1. Produção do espaço urbano. 2. Segregação socioespacial. 3. Fragmentação socioespacial. 4. Estigma territorial. 5. Periferias. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "O Estigma Territorial e os processos de produção do espaço urbano: O caso do Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente/SP) e do Distrito do Pimentas (Guarulhos/SP)"

AUTORA: TAIS SOUZA DA CRUZ

ORIENTADORA: EDA MARIA GOES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **EDA MARIA GOES**
Data: 19/12/2024 15:43:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. EDA MARIA GOES (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Documento assinado digitalmente
 **PATRICIA MARIA DE JESUS**
Data: 19/12/2024 16:44:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. PATRICIA MARIA DE JESUS (Participação Virtual)
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Federal do ABC - UFABC

Prof. Dr. JEAN ADRIEN JOSÉ LEGROUX MORANT (Participação Virtual)
Pós-Doutorando vinculado ao GASPERR / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Documento assinado digitalmente
 **JEAN ADRIEN JOSE LEGROUX MORANT**
Data: 19/12/2024 17:37:24-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Presidente Prudente, 12 de dezembro de 2024

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer profundamente à minha família: minha mãe, meu pai e minha irmã, por todo apoio, incentivo e por sempre acreditarem em mim. Sem vocês, nada disso seria possível. Amo muito vocês!

Agradeço também ao Pablo, pela amizade e companheirismo em todos os momentos. Juntamente com a minha família, você esteve sempre ao meu lado, me apoiando e me fortalecendo sempre, tanto nos bons quanto nos difíceis momentos que o processo do mestrado trouxe. Obrigada por estar na minha vida.

Aos meus amigos, tanto os de longa data quanto aqueles que conheci durante a graduação e agora no mestrado, meu muito obrigada. O apoio e o carinho de vocês foram essenciais para recuperar e fortalecer minhas energias ao longo dessa jornada. Ter vocês ao meu lado foi fundamental, e saibam que sempre terão um espaço especial no meu coração.

Quero fazer um agradecimento especial aos moradores do Pimentas e do Jardim Morada do Sol que participaram desta pesquisa. Sem a colaboração de vocês, a construção desta dissertação não seria possível. Este trabalho é sobre vocês e para vocês. Como moradora da periferia de Guarulhos, sinto-me honrada em poder dar voz a outros moradores de periferias, sejam eles próximos da minha realidade ou não. Muito obrigada!

À minha orientadora, Eda, agradeço a paciência e os ensinamentos ao longo do processo. Muito obrigada.

Também sou grata ao projeto FragUrb, pelos trabalhos em equipe, pelo suporte teórico e pela disponibilização dos dados, que foram fundamentais para a construção desta dissertação. Participar deste projeto foi uma experiência enriquecedora e cheia de aprendizado.

Agradeço ainda ao edital nº 20/2021-PROPG/PROGRAD, “Inclusão social de jovens talentos pós-graduandos com formação em curso de Graduação da Unesp”, e especialmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2022/06604-4) pelo financiamento que foi indispensável para a concretização desta dissertação.

RESUMO

Como parte da dimensão subjetiva do processo de segregação socioespacial, o estigma territorial, conceito originado nos estudos de Goffman (1988), e ampliado por Wacquant (2006), com a inclusão do conteúdo espacial, refere-se a discursos que desvalorizam certos espaços, criando a imagem de que são perigosos e violentos. Esse processo atua como um instrumento de dominação de espaços e corpos, impondo significados que reforçam relações de poder e resultam em violências simbólicas (Bourdieu, 2008; Cornejo, 2012). Tais representações afetam as relações sociais e o cotidiano dos moradores dessas áreas e a apropriação de outros espaços das cidades. Ao analisar duas áreas periféricas, o Jardim Morada do Sol, em Presidente Prudente, e o Distrito do Pimentas, em Guarulhos, o estudo revela como os imaginários negativos e discursos estigmatizantes, estão presentes no cotidiano dos residentes, destacando as particularidades desse processo em contextos urbanos e escalares diferentes. As relações com o processo de segregação socioespacial são identificadas, evidenciando também aspectos associados à fragmentação socioespacial, por meio do cotidiano. Para isso, este trabalho apoia-se na análise de artigos de jornais e de entrevistas com os moradores das áreas estudadas, bem como de outras áreas das respectivas cidades (Guarulhos e Presidente Prudente).

Palavra-chave: Produção do espaço urbano; Segregação socioespacial; Fragmentação Socioespacial; Estigma Territorial; Periferias.

RESUMEN

Como parte de la dimensión subjetiva del proceso de segregación socioespacial, el estigma territorial, concepto originado en los estudios de Goffman (1988), y ampliado por Wacquant (2006), con la inclusión del contenido espacial, se refiere a discursos que devalúan ciertos espacios, creando la imagen de que son peligrosos y violentos. Este proceso actúa como un instrumento de dominación de espacios y cuerpos, imponiendo significados que refuerzan relaciones de poder y resultan en violencias simbólicas (Bourdieu, 2008; Cornejo, 2012). Tales representaciones afectan las relaciones sociales y la vida cotidiana de los habitantes de estas áreas y la apropiación de otros espacios de las ciudades. Al analizar dos áreas periféricas, el Jardim Morada del Sol, en Presidente Prudente, y el Distrito de Pimentas, en Guarulhos, el estudio revela cómo los imaginarios negativos y discursos estigmatizantes están presentes en el día a día de los residentes, destacando las particularidades de este proceso en contextos urbanos y escalares diferentes. Las relaciones con el proceso de segregación socioespacial son identificadas, evidenciando también aspectos asociados a la fragmentación socioespacial, a través de la vida cotidiana. Para ello, este trabajo se basa en el análisis de artículos de prensa y de entrevistas con los habitantes de las áreas estudiadas, así como de otras áreas de las respectivas ciudades (Guarulhos y Presidente Prudente).

Palabras clave: Producción del espacio urbano; Segregación socioespacial; Fragmentación socioespacial; Estigma territorial; Periferias.

ABSTRACT

As part of the subjective dimension of the sociospatial segregation process, territorial stigma, a concept originating in Goffman's studies (1988) and expanded by Wacquant (2006) with the inclusion of spatial content, refers to discourses that devalue certain spaces, creating the image that they are dangerous and violent. This process acts as an instrument of domination of spaces and bodies, imposing meanings that reinforce power relations and result in symbolic violence (Bourdieu, 2008; Cornejo, 2012). Such representations affect the social relations and daily lives of residents of these areas and the appropriation of other spaces in cities. By analyzing two peripheral areas, Jardim Morada do Sol in Presidente Prudente and the Pimentas District in Guarulhos, the study reveals how negative imaginaries and stigmatizing discourses are present in the daily lives of residents, highlighting the particularities of this process in different urban and scalar contexts. The relationships with the sociospatial segregation process are identified, also evidencing aspects associated with sociospatial fragmentation, through daily life. To this end, this work is based on the analysis of newspaper articles and interviews with residents of the studied areas, as well as other areas of the respective cities (Guarulhos and Presidente Prudente).

Keywords: Urban Space Production; Sociospatial segregation; Sociospatial Fragmentation; Territorial Stigma; Peripheries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Presidente Prudente. Planta da cidade em 1923	21
Figura 2: Presidente Prudente. Expansão da malha urbana, 1917-2017	23
Figura 3: “Fórum de Segurança pede policiamento no Pimentas”	61
Figura 4: “Ladrão é baleado e preso após tentar assaltar igreja”	62
Figura 5: “Comunidade pede mais segurança”	62
Figura 6: “Roubos de cargas são mais comuns na área do Pimentas”	64
Figura 7: “Família de caminhoneiro do Ceará é feito refém em Guarulhos”	64
Figura 8: “Pimentas tem maior número de habitantes”	65
Figura 9: “Falta de segurança chegou com os loteamentos”	66
Figura 10: “Polícia investiga três mortes durante baile Funk no bairro do Pimentas”	67
Figura 11: “Baile Funk que terminou com 3 mortes em Guarulhos não tinha autorização da prefeitura”	68
Figura 12: “Operação policial cumpre 29 mandados de prisão contra traficantes na Grande SP”	69
Figura 13: “Homens são presos após se passarem por policiais para invadir apartamento e sequestrar casal em Mogi das Cruzes”	69
Figura 14: “Recapturado condenado há 12 anos”	73
Figura 15: “Polícia prende acusado de furtar 40 kg de cabos”	74
Figura 16: “Morada do Sol”	75
Figura 17: “Homem é assassinado a tiros no Morada do Sol”	75
Figura 18: “Rapaz é internado em estado grave após ser alvejado com seis tiros em via do Jardim Morada do Sol”	77
Figura 19: “Com projétil alojado na coluna, rapaz alvejado com seis tiros segue internado em estado grave”	77
Figura 20: “Suspeito de tentar matar rapaz no Jardim Morada do Sol é preso pela polícia civil”	77
Figura 21: “Pais são presos em flagrante por morte de bebê de 2 meses em Presidente Prudente; laudo aponta asfixia mecânica e politraumatismo na criança”	79
Figura 22: “Pai e mãe acusados de torturar e matar o próprio filho, um bebê de apenas dois meses de vida, vão a júri popular nesta quarta-feira”	79
Figura 23: “Pai é condenado a 36 anos de prisão e mãe a mais de 20 anos por morte de bebê de apenas dois meses de vida	79

LISTA DE MAPAS

<u>Mapa 1:</u> Localização do município de Presidente Prudente em relação a cidade de São Paulo	19
<u>Mapa 2:</u> A Estrada de Ferro Sorocabana e os principais municípios	20
<u>Mapa 3:</u> Presidente Prudente. Localização do Jardim Morada do Sol em relação ao centro da cidade	26
<u>Mapa 4:</u> Área Metropolitana de São Paulo com destaque para Guarulhos	29
<u>Mapa 5:</u> Guarulhos. Expansão da malha urbana	32
<u>Mapa 6:</u> Guarulhos. Localização do Distrito do Pimentas em relação ao centro da cidade	33
<u>Mapa 7:</u> Município de Guarulhos. Renda <i>per capita</i> por bairros	34
<u>Mapa 8:</u> Guarulhos. Localização do centro histórico, do aeroporto internacional e do Pimentas	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Notícias do jornal “Folha Metropolitana” publicadas sobre o Distrito do Pimentas (2000-2023)	59
Quadro 2. Notícias do jornal “G1” publicadas sobre o Distrito do Pimentas (2015-2022): temas principais	60
Quadro 3. Notícias do jornal “O imparcial” sobre o Jardim Morada do Sol (2000-2023): temas principais	71
Quadro 4. Notícias do jornal “G1” sobre o Jardim Morada do Sol (2016-2022): temas principais	72

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BASP – Base Aérea de São Paulo

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CEC – Centro de Educação para Cidadania

CECAP - Companhia Estadual de Casas Populares

COHAB - Companhia de Habitação Popular

CONSEG - Conselho de Segurança Comunitária

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

ESF – Estratégia Saúde da Família

FragUrb – Projeto Temático Fragmentação socioespacial e Urbanização brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PRUNDECO – Companhia Prudentina De Desenvolvimento

PSF – Programa Saúde da Família

REGIC – Região de Influência das Cidades

SDU – Secretária de Desenvolvimento Urbano

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UPR – Unidade de Planejamento Regional

Via Dutra - Rodovia Presidente Dutra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOESPACIAIS DE DUAS PERIFERIAS	17
1.1 Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente/SP): periferia de uma cidade média.	18
1.2 Distrito do Pimentas (Guarulhos/SP): periferia da metrópole de São Paulo	29
CAPÍTULO 2: PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ESTIGMA TERRITORIAL: SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL	38
2.1 Segregação socioespacial e Estigma territorial: relações intrínsecas	39
2.2 Fragmentação Socioespacial e Estigma Territorial: novas relações?	48
2.3 A representação das periferias como espaços violentos e perigosos	52
CAPÍTULO 3: QUANDO AS NOTÍCIAS REFORÇAM OS ESTIGMAS: A REPRESENTAÇÃO DO JARDIM MORADA DO SOL E DO DISTRITO DO PIMENTAS NA MÍDIA	55
3.1 Papel da mídia na produção de estigmas territoriais	56
3.2 Os discursos jornalísticos e sua influência na estigmatização do Distrito do Pimentas (Guarulhos)	59
3.3 Estigmatização do Jardim Morada do Sol: Uma análise dos discursos jornalísticos	70
CAPÍTULO 4: OS QUE ESTIGMATIZAM E OS ESTIGMATIZADOS DE DUAS PERIFERIAS: PARTICULARIDADES E SINGULARIDADES	81
4.1 O olhar dos moradores do centro de Guarulhos sobre o Pimentas	82
4.2 Os imaginários sobre o Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente)	84
4.3. O Estigma Territorial no cotidiano dos moradores do Distrito do Pimentas	87
4.4. Cotidiano e Estigma: Desafios enfrentados pelos moradores do Jardim Morada do Sol	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	124
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DO PROJETO FRAGURB	126

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo, impulsionado pelo sistema capitalista de produção e sustentado pelo processo de globalização (Santos, 2006), passou por transformações significativas que transcendem a esfera econômica, impactando também as relações culturais, sociais e espaciais. Como um processo que se impõe verticalmente, a globalização tende a homogeneizar os espaços, mas, contraditoriamente, ela vem acompanhada de dinâmicas de diferenciação socioespacial que intensificam e ampliam as desigualdades sociais e espaciais.

Como produto social do capitalismo, essas mudanças tiveram rebatimento na redefinição dos conteúdos e das formas, orientadas pelas apropriações (material e simbólica) da produção do espaço urbano. A distribuição desigual de bens, serviços e equipamentos essenciais à vida cotidiana nas cidades acentua processos como a segregação socioespacial, característico das cidades capitalistas. Assim, o espaço urbano é concebido como um reflexo e um condicionante social das relações sociais e espaciais (Corrêa, 1989).

A segregação socioespacial, portanto, se apresenta como um produto e, simultaneamente, produtora da diferenciação e da desigualdade socioespacial, que se manifestam materialmente e simbolicamente nos espaços urbanos das cidades contemporâneas. Dessa forma, a segregação provoca rupturas entre distintas áreas residenciais da cidade, limita a comunicação entre os habitantes e restringe a circulação, aumentando os desencontros entre os distintos grupos socioeconômicos. No entanto, esse processo não se reflete apenas em aspectos objetivos, ele também se manifesta na dimensão subjetiva, por meio do estigma territorial.

Estudando o novo regime de marginalidade no hipergueto de Chicago e nos conjuntos habitacionais dos subúrbios franceses, Wacquant (2006) observou que, em ambos os contextos, os moradores enfrentavam representações negativas. Eram vistos pelas populações vizinhas, por funcionários do Estado e pela mídia comercial, como “ninhos de veneno social, vicioso e violento” (Wacquant; Slater; Borges Pereira, 2014, p. 223, tradução nossa). Com base nos estudos de Goffman (2008), sobre estigmas sociais, Wacquant (2006) passa a considerar o local de moradia como um fator que influencia a desqualificação ou do prestígio dos indivíduos e grupos sociais, tornando-se um elemento relevante nas relações sociais e espaciais cotidianas.

O estigma territorial consiste, portanto, na propagação de discursos que desqualificam determinados espaços, criando uma imagem generalizada de que esses locais são perigosos, violentos ou moralmente degradados. Ele pode ser entendido como um processo social que atua como um instrumento de dominação de espaços e corpos. Ou seja, estamos diante de um processo que se evidencia em múltiplas escalas. Por meio da produção e disseminação desses discursos, são estabelecidas relações de poder que impõem significados e representações, resultando em uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 2008; Cornejo, 2012), mas também é fruto de uma discriminação estrutural (Kessler, 2012), gerando impactos cumulativos que influenciam nas decisões de agentes públicos e privados e em representações difundidas pelos meios de comunicação. Isso afeta as interações cotidianas e cria barreiras e restrições simbólicas, condicionando os encontros e desencontros entre os diferentes moradores da cidade.

As periferias brasileiras são frequentemente estigmatizadas como espaços onde ocorrem práticas violentas, relacionadas à criminalidade difusa ou organizada (Paiva, 2007). Essas representações derivam de um processo de discriminação da pobreza, que se articula com a formação socioespacial desses espaços. Na maioria das vezes, como parte de um processo de segregação imposta, em que os mais pobres estão concentrados em áreas distantes do centro da cidade, e em condições precárias de moradia, mobilidade e acesso a serviços e equipamentos urbanos, apresentando, assim, uma condição periférica e conformando o par centro-periferia (Corrêa, 1989).

Por outro lado, surgem condomínios residenciais fechados de médio e alto padrão, resultado do processo de autosegregação, além do aparecimento de novas centralidades nas cidades brasileiras. Esse processo redefine e se sobrepõe à estrutura centro-periférica de outrora, reestruturando o espaço urbano pela lógica fragmentária e, assim, complexificando-a, introduzindo novas formas de separação que vão além dos espaços residenciais, estendendo-se a outras dimensões da vida. Com isso, o conceito de segregação torna-se limitado, e a fragmentação socioespacial emerge como um conceito-chave para explicar as novas dinâmicas que estão em curso nas cidades médias e consolidadas nas metrópoles brasileiras.

Diante disso, justifica-se a escolha de duas áreas periféricas - Jardim Morada do Sol, em Presidente Prudente, e o Distrito do Pimentas, em Guarulhos – com a intenção de identificar a presença da estigmatização territorial no cotidiano dos moradores de duas áreas periféricas distintas. Essa análise considera a relação com o processo de segregação socioespacial, que, por meio do cotidiano, pode revelar conteúdos associados ao processo

de fragmentação socioespacial. Esta é a nossa hipótese, sobre a qual nos debruçamos e debateremos no decorrer desta dissertação.

Esta pesquisa é fruto de reflexões e debates que se iniciaram na pesquisa de iniciação científica, resultando na produção do trabalho de conclusão de curso, intitulado de "Pimentas na periferia metropolitana: reflexões acerca do estigma territorial e de suas contradições", no qual as primeiras evidências do estigma territorial no Distrito do Pimentas foram identificadas. O objetivo da pesquisa desenvolvida em nível de mestrado é aprofundar essa análise, incluindo uma área periférica em um contexto urbano diferente, como forma de ressaltar suas singularidades frente a esses processos nessas áreas. Essa pesquisa, como a anterior, é vinculada ao projeto temático “Fragmentação socioespacial e Urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdo” financiado pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - Processo 2018/07701-8.

Para atingir os objetivos da pesquisa, adotamos procedimentos metodológicos que incluem levantamento bibliográfico em revistas científicas, teses, dissertações, *sites* oficiais governamentais e o reconhecimento de campo nas áreas estudadas. Também foram coletadas matérias de jornais, que tinham como características serem locais – para o Distrito do Pimentas utilizamos a “Folha Metropolitana” e para o Jardim Morada do Sol, o “O imparcial”, e de abrangência regional, como o portal “G1”. Os levantamentos foram realizados nos jornais de forma impressa e digital.

Além disso, foram realizadas entrevistas com aqueles que são estigmatizados (os moradores) das duas áreas e aqueles que os estigmatizam (moradores de outras áreas de Guarulhos e Presidente Prudente)¹. No Distrito do Pimentas, as entrevistas foram escolhidas dentre aquelas já realizadas pela equipe do projeto temático FragUrb², em muitas das quais participei. Foram selecionadas 8 entrevistas com os moradores e 5 entrevistas com residentes no centro da cidade de Guarulhos (SP). Para o Jardim Morada do Sol, realizei entrevistas com um roteiro próprio semiestruturado. Os primeiros contatos ocorreram em 11/05/2023, por meio da assistente social do Centro de Referência de

¹ São empregados nomes fictícios para garantir a privacidade dos entrevistados.

² Conforme detalhado em GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; MILANI, Patricia Helena; CATALAO, Igor; MAGRINI, Maria Angelica Oliveira; ROXO, Rafael.; SOUZA, Marcus Vinicius M. Entrevistas com cidadãos: perspectiva para análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária In: GOES, E. M., MELAZZO, E. S. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos. Procedimentos, instrumentos e operacionalização**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, p. 71-122, as entrevistas com cidadãos foram gravadas (com autorização dos entrevistados), acompanhadas de relatórios de campo e transcritas por bolsistas de apoio técnico do projeto temático FragUrb, com a minha colaboração.

Assistência Social (CRAS) lá localizado, que repassou duas indicações importantes de lideranças locais. Com isso, foi possível obter indicações de moradores que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Deste modo, realizei 6 entrevistas com moradores do Jardim Morada do Sol e foram realizadas 4 entrevistas pela equipe do projeto FragUrb, com residentes em outras áreas da cidade de Presidente Prudente (SP).

Essa dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro contextualiza as dinâmicas que fizeram e fazem parte da formação social e espacial do Distrito do Pimentas e do Jardim Morada do Sol, bem como suas respectivas cidades: Guarulhos e Presidente Prudente. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica da dissertação, em que debatemos os conceitos de estigma territorial e sua relação com os processos de segregação e fragmentação socioespacial. O terceiro capítulo analisa o papel da mídia na estigmatização das áreas estudadas. E, por último, o quarto capítulo explora os discursos e conteúdos estigmatizantes das entrevistas realizadas, por meio da relação dialética entre aqueles que estigmatizam e os estigmatizados.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOESPACIAIS DE DUAS PERIFERIAS

Este capítulo tem como objetivo compreender os processos envolvidos na conformação social e espacial do Jardim Morada do Sol e do Distrito do Pimentas. Para isso, primeiramente descreveremos as mudanças e dinâmicas urbanas que contribuíram para a produção do espaço urbano da cidade de Presidente Prudente e de Guarulhos, tendo em vista, o contexto urbano e escalar dessas cidades.

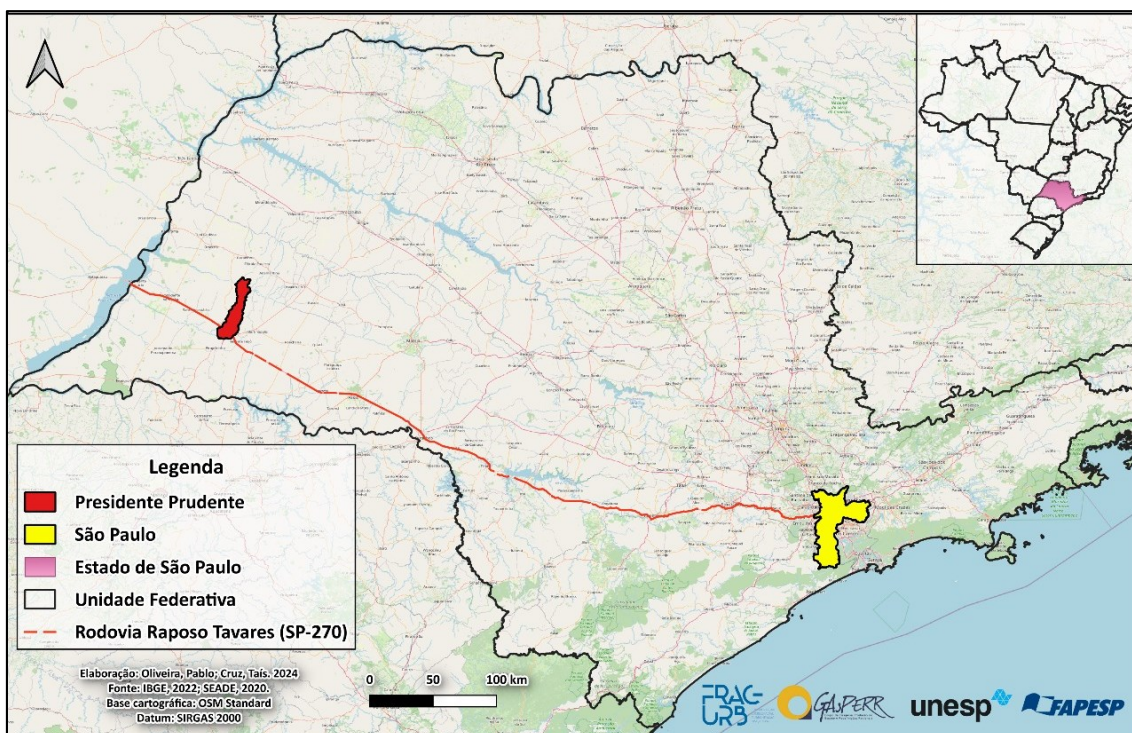
1.1 Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente/SP): periferia de uma cidade média

O município de Presidente Prudente está situado na porção oeste do Estado de São Paulo, cerca de 558 quilômetros de distância da capital do estado (Mapa 1), tendo como principal ligação a rodovia Raposo Tavares. Possui uma população de 225.668 habitantes (IBGE, 2022). Devido à sua situação (ou posição) geográfica relativa e por concentrar um conjunto de papéis e funções complexas na rede urbana, que são constituídas por articulações em múltiplas escalas em uma relação de concorrência e complementaridade com distintas cidades e tipologias, Presidente Prudente é entendida como uma cidade média (Sposito, 2004), que são “todas aquelas que desempenham papel de intermediação na rede urbana, entre as mais importantes e as menos polarizadas por elas” (Sposito e Góes, 2013, 24). Sendo assim,

É notória a maior centralidade interurbana de Presidente Prudente, única cidade no Sudoeste paulista, num raio de ao menos 150 km, a oferecer bens e serviços em níveis suficientes para polarizar 57 cidades de menor tamanho populacional e de menor complexidade funcional. (Sposito e Góes, 2013, p. 36)

Por isso, segundo o estudo Região de Influência das Cidades (REGIC, 2018), Presidente Prudente é classificada hierarquicamente como Capital Regional C, o que significa “centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as metrópoles” (REGIC, 2018). Esses aspectos tornaram Presidente Prudente uma das cidades mais importantes do Pontal do Paranapanema.

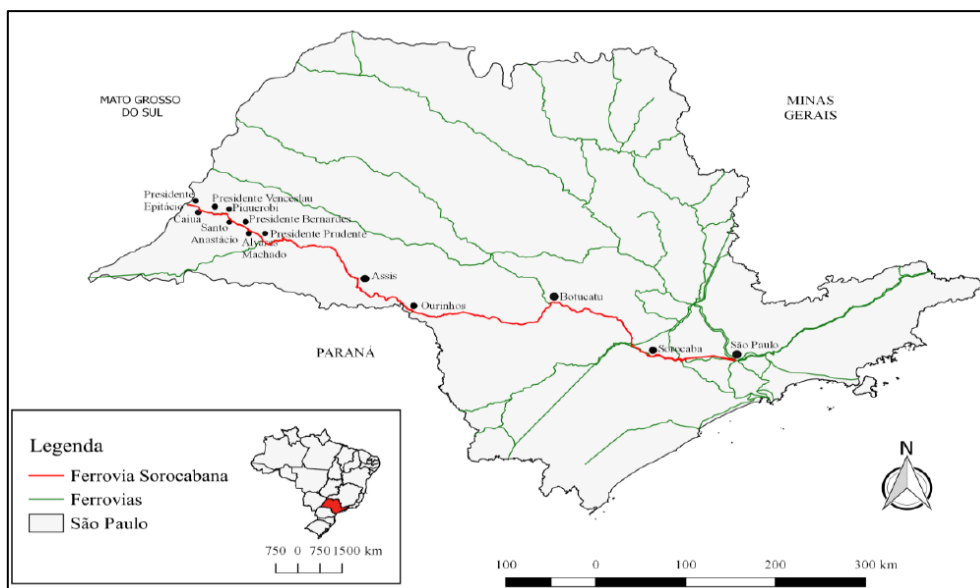
Mapa 1: Localização do município de Presidente Prudente em relação à cidade de São Paulo



Elaboração: Oliveira e Cruz, 2024.

Com o avanço do “complexo econômico cafeeiro” (Cano, 1985), em direção ao oeste do Estado de São Paulo, a partir do século XIX, tornou-se necessário o prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana, para facilitar o transporte de passageiros e o escoamento da produção agrícola, especialmente do café, em direção à capital paulista. Em 1914, segundo Abreu (1972, p. 38), “a ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores em potencial a conhecerem as glebas; favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação o aproveitamento do solo”, contribuindo significativamente para o surgimento de diversos núcleos urbanos ao longo de sua extensão, como demonstra o Mapa 2. Foi nesse contexto de expansão ferroviária que surgiu a cidade de Presidente Prudente.

Mapa 2: A Estrada de Ferro Sorocabana e os principais municípios



Fonte: Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil, 2010. Org. Tainá Iwata. Extraído de: Sampaio e Gomes, 2022, p. 203.

Presidente Prudente obteve sua emancipação política-administrativa em 1921 e, nesse mesmo ano, foi elevada à condição de município, tornando-se ainda mais importante e atrativa. Com isso, foi possível desenvolver equipamentos comerciais e de serviços para apoiar as vendas dos lotes entre 1920 e 1930, fazendo com que a cidade crescesse mais rapidamente que os demais núcleos urbanos, consolidando-se como Capital da Alta Sorocabana (Abreu, 1972).

Segundo Abreu (1972, p. 203), “mesmo com os desmembramentos efetuados em 1925, Santo Anastácio; em 1935, Regente Feijó e Presidente Bernardes; em 1938 Martinópolis, a cidade já tinha em definitivo assegurado o seu papel de capital regional, situação que desfruta até hoje”. Essa posição foi consolidada com a criação das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, em 1970, tornando Presidente Prudente sede da 10ª região e reforçando sua importância política-administrativa, com a instalação de órgãos públicos e administrativos do estado, centralizando as prestações de serviços dessa natureza para toda região.

Presidente Prudente surgiu como resultado da colonização das terras realizadas pelo Coronel Francisco de Paulo Goulart, que herdou de seu pai a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, e do empresário no ramo da colonização Coronel José Soares Marcondes, que comprou as terras da fazenda Montalvão³. Ambos os coronéis exerceram papéis de

³ Ambas as fazendas são frutos da prática da grilagem de terras que marcou a ocupação do Pontal do Paranapanema, iniciada por José Teodoro que realizou a demarcação em 1856. Sua fazenda abrangia os vales do Paranapanema ao Rio do Peixe. A grilagem de terras consiste na apropriação de terras mediante

agentes imobiliários e urbanísticos na cidade recém fundada, a partir do estabelecimento de dois núcleos urbanos: a Vila Goulart, em 14 de setembro de 1917 (data de fundação de Presidente Prudente comemorada até hoje), e a Vila Marcondes, em 1920.

A estação ferroviária, inaugurada em 1919, juntamente com a estrada de ferro, atuou como uma barreira física entre os dois núcleos urbanos. Voltada para a frente da estação ferroviária, a Vila Goulart beneficiou-se do importante fluxo de mercadorias e pessoas para a expansão da malha urbana em direção à oeste. A comercialização dos lotes nessa área, caracterizada pela falta de planejamento e por investimentos reduzidos, resultou em preços mais acessíveis. Consequentemente, em 1923, a Vila Goulart já estava completamente ocupada, necessitando de uma “duplicação do plano urbano do núcleo inicial, implantando-se a vila nova” (Sposito, 1983, p. 72), como mostra a Figura 1. Diferentemente, os lotes comercializados a leste foram vendidos a preços mais elevados, devido ao “maior suporte financeiro, ao invés de atitude passiva de esperar compradores, investia com estudada propaganda para realizar negócios” (Abreu, 1972, p.80).

Figura 1: Presidente Prudente. Planta da cidade em 1923



Fonte: Extraído de Sobarzo (2004, p. 41).

Entre os anos 1924 e 1940, a expansão territorial de Presidente Prudente ocorreu de forma descontrolada e sem planejamento, orientada, principalmente, pelo espigão

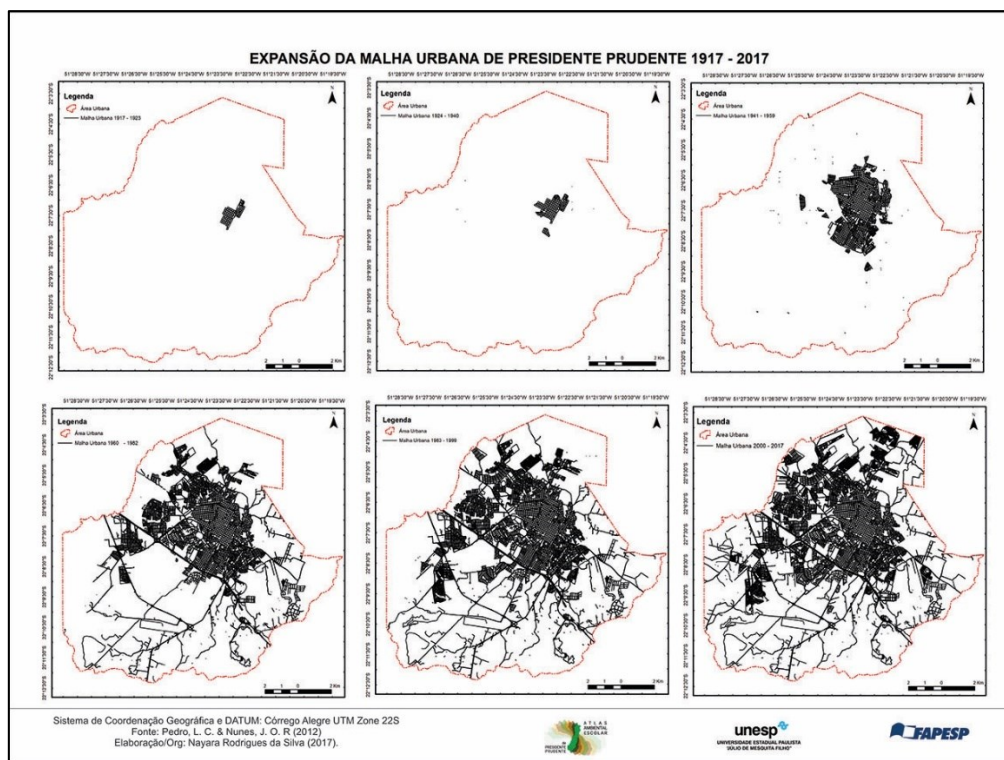
documentos falsos. Esses documentos eram colocados dentro de uma caixa com grilos, cujo contato com os insetos conferia ao papel um aspecto envelhecido, dando a impressão de autenticidade e facilitando seu reconhecimento como verdadeiro (IPAM, 2024). Disponível em: <https://ipam.org.br/grilagem/>

ocupado pela estrada de ferro, “não tanto pela topografia privilegiada do divisor de águas, e muito mais pela importância dessa via, para o escoamento da produção econômica local e regional” (Sposito, 1983, p. 76). Essa característica de ocupação e crescimento populacional se manteve nas décadas de 1940 e 1950, originando vários loteamentos a oeste e a leste, como as vilas Furquim, Marina, Verinha e Brasil. Nas décadas de 1950 e 1960, o crescimento territorial da cidade desacelerou em comparação com as décadas anteriores (Sposito, 1983).

Na década de 1970 e no início dos anos 1980, Presidente Prudente “conheceu expansão territorial urbana sem precedentes, especialmente a partir de 1976” (Sposito, 1983, p. 79), como indica a Figura 2. Essa expansão foi marcada pelo surgimento de diversos loteamentos a oeste – bairros Cohab (1978) e Cecap (1982) –, a leste e ao sul – ultrapassando a “barreira” da rodovia Raposo Tavares (SP 270), e ao norte – “além da linha do trem”, em áreas descontínuas da malha urbana da cidade, desprovidas de infraestrutura e equipamentos urbanos. Essa expansão visava a valorização de áreas ainda não loteadas, conhecidas como “*pousio social*” (Sposito, 1983).

As expressões “rompimento” e “além da linha trem”, conforme Sposito (1983, p.84), fazem referência as barreiras físicas, pelas dificuldades impostas para a circulação de mercadorias e pessoas, e barreiras psicológicas, que interpretaremos como estigmas territoriais (Wacquant, 2006), visto que “encerram para estas áreas um caráter de não muito boas para o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, ou para a habitação”. Esses aspectos ainda marcam os processos de estruturação da cidade de Presidente Prudente, aprofundando as desigualdades e diferenças socioespaciais, conformadas a partir da separação entre as áreas, tidas como seguras e com potencial de valorização financeiro e imobiliário, daquelas consideradas perigosas/violentas, que são desvalorizadas, como a atual zona norte da cidade, condicionada pela linha do trem, pela distância do centro e pelos estigmas territoriais, como é o caso do Jardim Morada do Sol.

Figura 2: Presidente Prudente. Expansão da malha urbana, 1917-2017



Fonte: <http://portaldoprofessor.fct.unesp.br:9000/topico/formacao-socioespacial>.

Nesse período, a expansão territorial e urbana de Presidente Prudente superou o crescimento populacional. Dessa forma, verifica-se que a implementação de diversos loteamentos não teve a intenção de atender a uma demanda social por habitação, sendo considerada uma estratégia dos agentes imobiliários de expandir sem incorporar continuamente a malha urbana, produzindo vazios urbanos que posteriormente, foram valorizados e assim comercializados por preços elevados (Silva, 2005; Melazzo, 2001).

Sendo assim, os preços dos lotes aumentaram (Sposito, 1983), agravando o *déficit* habitacional, “restando, a alguns moradores, solucionar o problema habitacional por meio da favelização” (Silva, 2005, p.40). Não por acaso, na década de 1970 cresceu o número de pessoas que passaram a residir em favelas. O primeiro registro da existência de favelas aconteceu em 1959, no Parque Furquim, na porção leste. Mas foi na década de 70, que se registrou o maior número de favelas e se manteve alto nas décadas posteriores.

Essas áreas favelizadas tinham como característica a subhabitação. Nelas residiam famílias de baixa renda, que não possuíam o título do imóvel. Apesar da falta de infraestrutura básica, essas áreas estavam situadas próximas a locais que as possuíam, como nos arredores das áreas centrais. De acordo com os mapas realizados pelo projeto “Sistema de informação para tomada de decisão municipal” (Sposito, 2000), essas áreas, especialmente na zona leste e parte do sudeste, caracterizavam-se como áreas de exclusão

social, com um padrão de ocupação de baixo poder aquisitivo. No entanto, contavam com alguma infraestrutura urbana, mesmo que necessitassem de melhorias. Dessa forma,

Notamos que a população procurou construir moradias em bairros já constituídos, pois mesmo em áreas de padrão ocupacional de baixo poder aquisitivo, observa-se a possibilidade de participação da vida urbana de forma mais efetiva, ou seja, acesso a postos de saúde e escolas, transporte coletivo, proximidade do trabalho e do centro da cidade, creches, etc. (Silva, 2005, p. 49)

Até então, a presença de favelas não representava um problema. Essa população não era removida devido aos interesses políticos de governantes locais que buscavam vantagens eleitorais por meio do clientelismo. Em troca, esses políticos garantiam algumas benfeitorias, como ligação da energia elétrica e água encanada e a permanência dessas populações nessas áreas favelizadas, resultando, aproximadamente, duas décadas de “permissividade” do poder municipal. Essa situação se manteve até a criação do Programa de Desfavelamento, em 1989 (Silva, 2005)

Em 1989, um “Cadastro Técnico Municipal registrou 3000 residências juridicamente irregulares, distribuídas em 42 loteamentos” (Torrezan, 2014, p. 31), evidenciando a urgência de políticas habitacionais destinadas a essas populações. Diante disso, no primeiro ano de mandato do Prefeito Paulo Constantino (1989), iniciou-se o cadastramento dos moradores que ocupavam as áreas públicas municipais, por meio da “Secretaria Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Solidariedade” (Maracci, 1999). Esse processo resultou, primeiramente, no “Projeto Habitacional para população residente em áreas públicas municipais” e, posteriormente, no Programa de Desfavelamento urbano que, de acordo com Silva (2005, p. 50), tinha como objetivos:

A legalização das moradias por fixação ou deslocamento; melhoria das condições de moradia através da construção de novas habitações e implantação de infra-estrutura; participação da população nos encaminhamentos, com amplo esclarecimento; integração com as secretarias municipais; acompanhamento técnico (social e físico); remanejamento temporário das famílias durante o período de recuperação das áreas e construção das casas; acompanhamento na mudança das famílias para as novas casas; desenvolvimento de programas sociais voltados à saúde, lazer, trabalho e educação.

Paralelamente a esse programa, em 1990, com o projeto de nº 2.998/90 e 052/90, encaminhado pelo prefeito Paulo Constantino, iniciou-se a execução do programa habitacional “Loteamentos Urbanizados”, na intenção de “legalizar e melhorar a situação dos moradores irregulares através da venda por financiamento de lotes urbanizados, que deveriam ser atendidos por infraestrutura pública” (Komuro, 2018, p.15). Esse programa

estava destinado às famílias que não foram beneficiadas com a implantação do Conjunto Habitacional Ana Jacinta. A prefeitura utilizou o programa Loteamentos Urbanizados para remanejar os moradores que residiam em favelas, contrariando a exigência feita pelo Movimento de Moradias para a inclusão dos não cadastrados no Programa de Desfavelamento por meio do assentamento nas áreas de ocupação (Silva, 2005). Dessa forma, em 1991,

parte do Programa de Desfavelamento havia sido implantado. Cerca de 50 famílias do núcleo de ocupação mais antigo do Parque Furquim foram os primeiros a comprarem seus terrenos nos locais de ocupação, de acordo com plano de financiamento previsto no programa (Maracci, 1999). Parte dos moradores das favelas foi para os Loteamentos Urbanizados: Jardim Morada do Sol (km7) e Brasil Novo foram implantados além do perímetro urbano [...] outra parte foi para os loteamentos do Programa de Desfavelamento Chácara Marisa, Jardim Sabará e Jardim Sumaré, para onde ninguém queria ir. (Silva, 2005, p. 52)

Apesar do discurso proferido por Paulo Constantino, ainda como candidato à prefeitura, quando afirmou que “É preciso acabar com as favelas em Presidente Prudente”, diversas vezes, ele não se referia à erradicação das causas profundas da favelização, sendo que para isso, seria necessário adotar soluções de ordem estrutural, “salários adequados, oferta de habitação compatível com a renda, pleno emprego, controle sobre o preço da mercadoria da terra urbana e habitação” (Maracci, 1999, p.72).

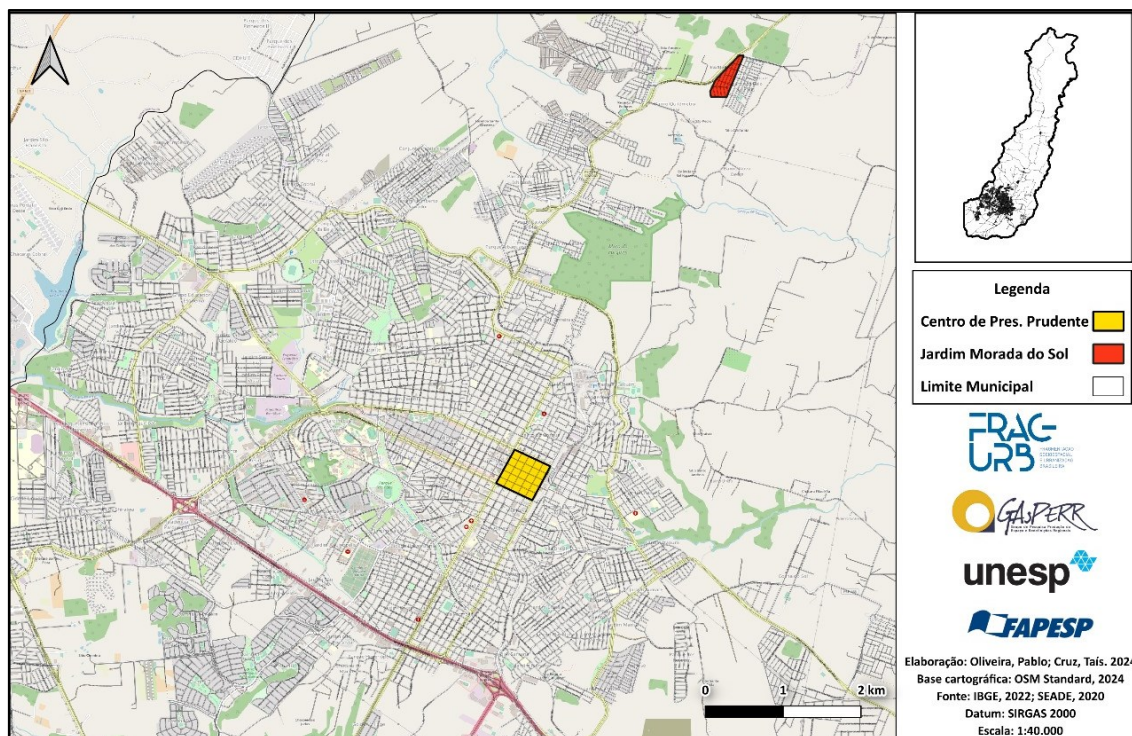
Com os programas de “Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados”, ocorreu apenas o deslocamento de parte dos moradores das favelas para áreas periféricas, distantes e sem o mínimo de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços, necessários à vida urbana. Segundo Maracci (1999, p.74), essas ações invisibilizam no espaço urbano aquilo que, para senso comum, representa a favela como “o entrave ao ‘desenvolvimento’, desvalorização de áreas; a miséria espaço-territorializada, visível onde não é interessante ser visível”, intensificando o processo de segregação socioespacial.

Nesse contexto, surge o Jardim Morada do Sol, localizada no extremo norte de Presidente Prudente, no Km 7 da Rodovia Raimundo Maiolini que interliga Presidente Prudente ao Distrito de Montalvão (Silva, 2005), a cerca de 7 quilômetros de distância do centro da cidade⁴ (Mapa 3). Sua origem deu-se no segundo mandato do Prefeito Paulo Constantino (1989-1992) numa gleba que, inicialmente, estava destinada para implementação de um cemitério municipal, mas que foi alterada para a implantação de

⁴ Devido a esse aspecto, é conhecida popularmente Como Km 7 (Minzoni, 2011).

lotes urbanizados, a fim de remanejar as famílias que residiam em favelas não contempladas com o programa de urbanização das favelas, ou melhor dizendo, “quem morava nas favelas por mais tempo continuou por lá, tornando-se proprietário de seu lote; quem morava nas favelas havia menos tempo foi mandado para a área que atualmente é o Jardim Morada do Sol” (Presidente Prudente, 1990 *apud* Silva, 2005 , p. 93).

Mapa 3: Presidente Prudente. Localização do Jardim Morada do Sol em relação ao centro da cidade



Elaboração: Oliveira e Cruz, 2024.

Em 1991, a prefeitura municipal doou o loteamento Jardim Morada do Sol para a Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO), responsável pela comercialização dos lotes após a urbanização da área. Ela então, cedeu os lotes com o fornecimento de água e luz para que os futuros moradores edificassem suas casas no prazo de dois anos (Silva, 2005). Em 1994, os lotes passaram para o domínio da Prefeitura Municipal novamente, com a revogação da lei de doação de lotes à PRUDENCO pelo prefeito Agripino Lima que, em 1997, liberou o pagamento das parcelas que ainda faltavam, mas, “eles somente poderiam transferir seus lotes após cinco anos, antecipando-se a liberação desse encargo à razão de um mês por prestação paga à PRUDENCO” (Torrezan, 2013, p. 34). Em 1998, o prefeito Mauro Bragato fez uma doação de terrenos no Jardim Morada do Sol, conforme está na lei de 1991, porém previa a perda do lote

para aqueles que não cumprissem as exigências, algo que não aconteceu, já que a lei passava por constantes mudanças e descumprimentos (Silva, 2005).

No entanto, há divergências entre esses discursos oficiais e os relatos dos antigos moradores do Jardim Morada do Sol, conforme apresentado na tese de Torrezan (2014). De acordo com as entrevistas realizadas pela autora, no início da ocupação, os lotes foram obtidos de maneiras variadas: por meio de compra, doações de terrenos pela prefeitura durante a gestão de Agripino Lima e Mauro Bragato e pessoas que ganharam casas dos membros da organização e movimento internacional de leigos, Sociedade São Vicente de Paulo (Torrezan, 2014). Isso indica que nem todas as moradias são resultado da política de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados. Como consta na pesquisa realizado por Silva (2005), apenas 36,6 % dos moradores moravam nas favelas.

Os lotes foram entregues sem infraestrutura básica como água encanada ou energia elétrica, contradizendo a denominação “Loteamentos Urbanizados”. As ruas não eram pavimentadas, o que dificultava a passagem do transporte coletivo, com acesso possível apenas pela rodovia. Não havia áreas destinadas ao lazer dos moradores, como praças e quadras, e a violência era bastante marcante no início da ocupação (Torrezan, 2014).

No início da implantação do loteamento, em 1991, apenas 7% dos moradores haviam chegado ao Jardim Morada do Sol, devido às precárias condições de vida urbana e à distância. Esse número cresceu para 16,7% apenas em 1997 e 16,1% em 1999. A medida em que a ocupação aumentou, outras pessoas se sentiram mais atraídas e seguras, amenizando a sensação de isolamento. Além disso, observa-se um processo de “periferização da periferia”⁵, pois grande parte dos novos moradores do Jardim Morada do Sol, residiam em favelas localizadas em áreas próximas, como o Parque Alexandrina (Silva, 2005).

Até 1997, os moradores contavam apenas com as ações assistenciais da sociedade civil e de organizações religiosas, como a Igreja Católica e a Casa da Sopa Francisco de Assis. Essa última, uma importante entidade espírita que fornecia alimentos, roupas, remédios e realizava atividades recreativas e educativas com crianças e adolescentes, mantendo sua presença no bairro até hoje.

⁵ Segundo Silva (2005, p. 95), “verifica-se um processo de ‘periferização da periferia’, quando notamos moradores de locais periféricos deslocando-se para uma área mais distante e carente de meio de consumo coletivo, o que demonstra uma migração intraurbana seletiva, composta por pessoas de baixíssimo nível socioeconômico, o que reforça ainda mais a tendência de segregação socioespacial”.

A partir de então, algumas ações de assistência social e programas socioeducativos passaram a ocorrer de maneira mais efetiva, com a implantação do Núcleo de Ação Comunitária, em 1997, em espaços concedidos pela Casa da Sopa e pela Igreja Católica. Entretanto, após a transferência de um novo padre, os atendimentos de assistência social e as atividades para os crianças e adolescentes realizados pela Igreja Católica foram proibidos, gerando um movimento de reivindicações da população junto ao Bispo. Como resultado, essas atividades foram retomadas na igreja até a construção de um local adequado (Lonardoni *et all*, 2008 *apud* Torrezan, 2013).

Após essa mobilização, os moradores iniciaram uma série de reivindicações por melhorias na infraestrutura, como a pavimentação de quatro vias, a implantação de uma linha de ônibus urbano, a melhoria da iluminação pública, a instalação de rede de esgoto e coleta de lixo, entre outras. Em 2004, foi inaugurado um espaço de projetos sociais destinados ao público infanto-juvenil, o Centro de Educação para Cidadania (CEC). Atualmente, este espaço constitui a sede do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) do Jardim Morada do Sol

A articulação entre a associação de moradores e a assistência social resultou na implantação de uma escola “Professora Odette Duarte da Costa”, em 2006, que atualmente atende apenas o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I. Para cursar o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, os estudantes são encaminhados ao para as seguintes escolas: Escola Estadual Vereador Pedro Tófano, no Distrito de Montalvão, na Escola Estadual Anna Antônio, localizada no Parque Castelo Branco, ou Escola Estadual Fernando Costa, no centro da cidade.

Em 2007, foi destinado um espaço para a implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF), antigo Programa Saúde da Família (PSF), que funciona de segunda a sexta-feira até as cinco da tarde. Os moradores enfrentavam problemas com a falta de um médico fixo mas, segundo relatos recentes, esse problema foi resolvido. Além disso, o bairro agora conta com uma praça e uma quadra, mas ambas carecem de manutenção, como observamos, e ainda não são suficientes para atender plenamente a demanda.

Segundo Komuro (2018, p. 15), os moradores do Jardim Morada do Sol esperaram mais de 23 anos para ter acesso a uma infraestrutura básica. Ainda assim, diversos *déficits* persistem até hoje, como a ausência de uma farmácia, de uma escola que atenda ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio, além da necessidade de mais áreas e projetos de lazer para os adolescentes e jovens. Além disso, as ruas carecem de sinalização e a infraestrutura existente precisa de melhorias. O transporte coletivo, por exemplo, opera

Sua origem deu-se a partir de dois aldeamentos jesuítas, no século XVI: Capela Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos⁶ e São Miguel. O primeiro surgiu em 1560, com a função de proteger a Vila de São Paulo de Piratininga e de recrutar mão de obra indígena por meio da catequização para a exploração das terras e produção de riquezas (Miranda, 2016; Gama, 2009; Petrone, 1995).

Sobre o Aldeamento São Miguel, alguns pesquisadores como Santos (2006), consideram que esse aldeamento, correspondente à atual área do Pimentas, é distinto daquele que originou o Distrito de São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo (aldeamento São Miguel Paulista de Ururáí). Já outros, como Campos, Oliveira e Ferreira (2014) e Miranda (2016), argumentam que registros de terras de 1850 indicam que não havia dois aldeamentos com a mesma denominação e que a existência do Bairro São Miguel, atual área dos Pimentas e Itaim, “surgiu da expropriação das terras do aldeamento indígena de mesmo nome, que recebera, em 1580, a sesmaria de Ururáí, a qual abrangia as duas margens do Tietê” (Monteiro, 1994 *apud* Miranda, 2016, p. 72/73).

Por mais que a origem do aldeamento São Miguel ainda seja uma questão controversa na historiografia, necessitando de um estudo mais aprofundado, fato é que as áreas do Pimentas e Itaim experimentaram processos distintos daqueles ocorridos no aldeamento N. Sra. da Conceição dos Guarulhos, sobretudo no período colonial e imperial, como ressalta Santos (2006, p. 48):

A existência de ritmos diferenciados no desenvolvimento histórico das diferentes áreas que formaram o município de Guarulhos desde a colônia e o império, resultando na formação de identidades também diversas das costumeiramente atribuídas a Guarulhos. No caso dos atuais bairros Pimentas e Itaim, provavelmente ocorreu uma dinâmica próxima à existente na região do atual bairro paulistano de São Miguel Paulista (núcleo central do aldeamento de São Miguel de Ururáí).

Apesar da elevação do aldeamento Conceição dos Guarulhos à categoria de freguesia em 1685, o aldeamento São Miguel permaneceu na mesma condição, corroborando a tese de Santos (2006, p. 49) sobre a “existência de múltiplas identidades que constituíram socioespacialmente o futuro município de Guarulhos em contraposição à característica única de sua estruturação”. Com o fim da exploração das jazidas de ouro,

⁶Antes dessa denominação, o aldeamento surgiu como “Capela Nossa Senhora da Conceição dos Maromomis”, em 1560, devido aos povos indígenas que transitavam pela região que hoje compreende o município de Guarulhos. Em 1640, com a escravização dos indígenas pelos portugueses, passou a se denominar como “Capela Nossa Senhora da Conceição do Guarulhos - por se assemelharem aos peixinhos de água doce, da família dos *cipridontideos*, chamados guarus-guarus, mais conhecidos por barrigudinhos” (Romão e Noronha, 1980, p. 31 *apud* Moreno, 2016, p. 68).

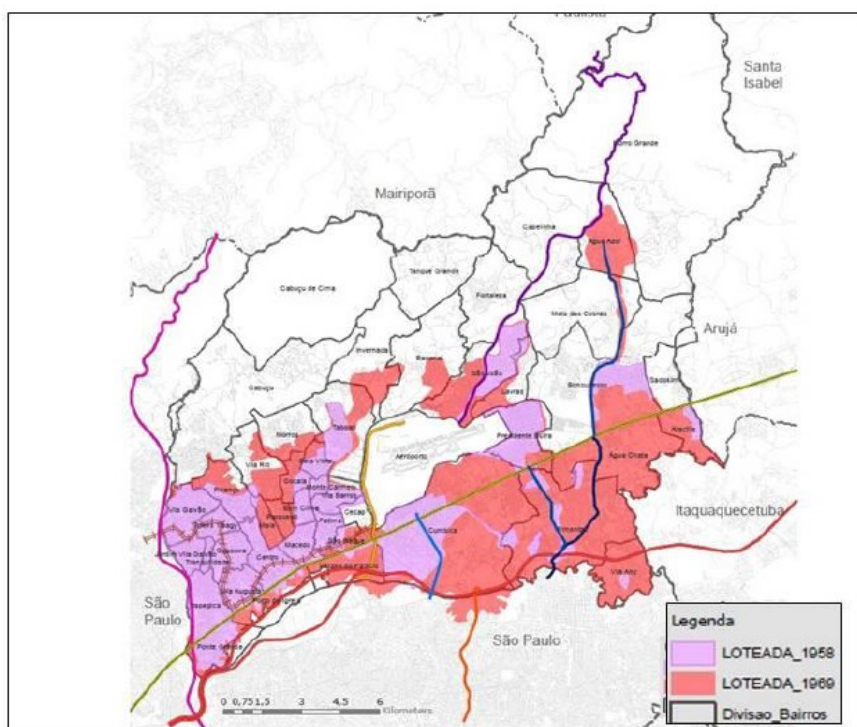
em 1820, e por meio de medidas que permitiram o processo de ocupação, apossamento e legalização das terras do aldeamento São Miguel, em 1850, formaram-se as bases para que a freguesia Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos fosse elevada à condição de vila, em 1880. Em 1906, a vila Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos passou a ser reconhecida apenas como Guarulhos e, ainda no mesmo ano, foi constituída como cidade.

A expansão urbana do município de Guarulhos, inicialmente deu-se no sentido sudoeste, a partir da antiga estrada da Conceição, atualmente denominada de Avenida Guarulhos, que ligava o centro de Guarulhos à São Paulo, passando pelo Distrito da Penha. Nesse período, Guarulhos caracterizava-se como “subúrbios paulistas que desenvolvia atividade agrícola em favor do abastecimento de cidade de São Paulo” (Gama, 2009, p. 41), devido as condições geológicas e climáticas desfavoráveis para a produção da cultura do café. Com o aumento do desenvolvimento urbano de São Paulo, Guarulhos passou a concentrar indústrias primárias e extrativistas, utilizando a antiga estrada da Conceição como principal via de escoamento desses produtos.

A inauguração da estrada de ferro Tramway Cantareira, em 1915, possibilitou uma maior interligação entre Guarulhos e a zona norte da capital paulista. A estrada de ferro contribuiu para a instalação das primeiras fábricas e para o surgimento de bairro com características suburbanas, como Gopoúva, Vila Augusta, Vila Endres, Itapegica (Langenbuch, 1971, *apud* Lasalvia, 2006). Neste período, a ferrovia se constituía como o principal meio de transporte de mercadorias e pessoas.

Nas décadas seguintes, a política de isenção de tributos municipais atraiu indústrias, impulsionando o desenvolvimento econômico. A construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, e da Rodovia Fernão Dias, em 1959, consolidou Guarulhos como um “espaço estratégico para acomodar a crescente industrialização do planalto” (Gama, 2009, p. 40). A Via Dutra também influenciou os vetores de expansão urbana, alimentados pelo aumento do fluxo migratório em direção ao município, como mostra o mapa 5.

Mapa 5. Guarulhos. Expansão da malha urbana



Fonte: Prefeitura de Guarulhos, 2002. Adaptado por Santos (2017, p. 54).

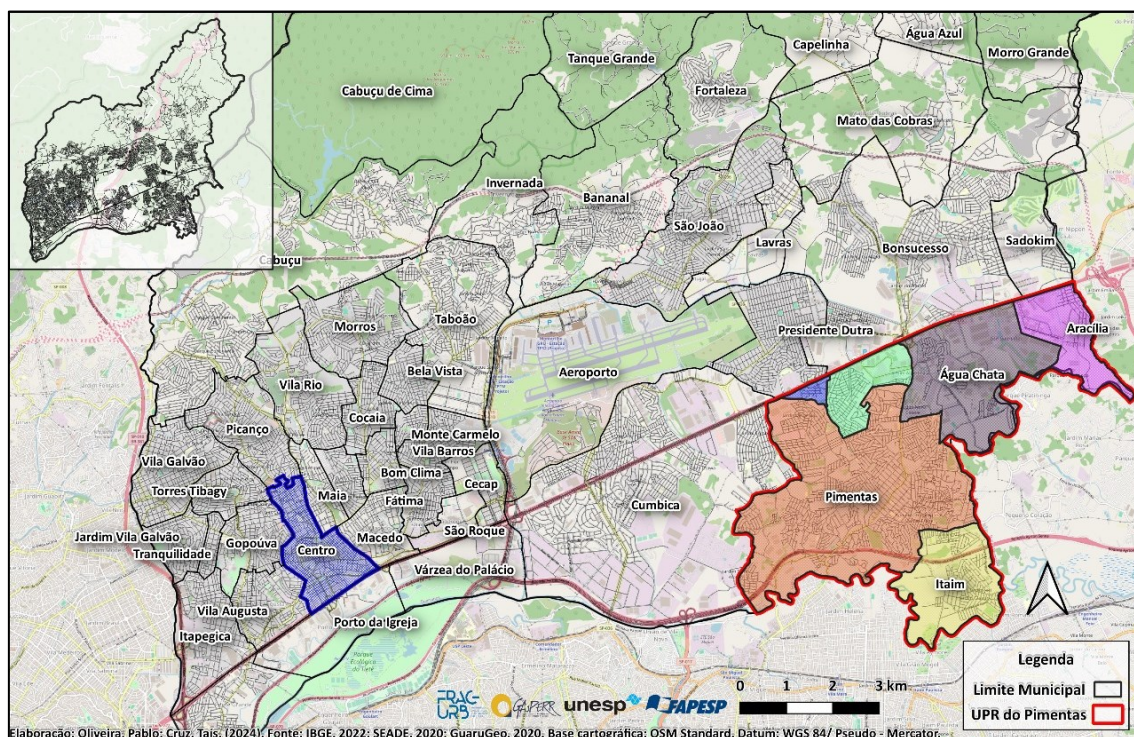
Guarulhos passou de um fornecedor agrícola para um importante vetor da industrialização e da expansão urbana de São Paulo, integrando-se à Região Metropolitana de São Paulo em 1967. O deslocamento de trabalhadores vindos da capital, do interior paulista e de outros estados brasileiros, como os do Nordeste, ocorreu pela busca de oportunidades de acesso à casa própria e para fugir dos altos preços dos aluguéis. Esse movimento classificou-se como “padrão periférico de urbanização” (Bonduki, 2001; Kowarick, 1994), que tem como característica a “consolidação da casa própria em loteamentos irregulares ocupados por moradias precárias construídas pelos próprios moradores (autoconstruções), implantadas em áreas periféricas desprovidas de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana” (Santos, 2017, p. 24).

Na porção leste do município, consolidando a periferização de Guarulhos, predominou o processo de segregação socioespacial imposta ou induzida (Corrêa, 1989), visto que “bairros mais antigos e centrais de Guarulhos, também passavam por um processo de adensamentos, atraindo, porém, camadas de renda mais elevada, dado o alto custo dos terrenos” (Santos, 2017, p. 47). É nesse contexto que se estabelece um dos maiores bairros e área periférica, em termos populacionais, do município: o Pimentas. Como mostra o Mapa 6, nossa área de estudo é constituída pelo agrupamento de seis

bairros: Aracília, Água Chata, partes do Bonsucesso e do Presidente Dutra e o Pimentas⁷, considerado o bairro mais populoso da cidade, com aproximadamente 157 mil habitantes (IBGE, 2010).

Esse agrupamento foi definido em 2008 pela Secretaria de Desenvolvimento urbano de Guarulhos (SDU) como Unidades de Planejamento Regional (UPR)⁸. Neste trabalho, denominaremos essa área de Distrito do Pimentas. Além disso, em termos de renda, como observamos no Mapa 7, o Distrito do Pimentas, indicado pelo círculo azul, apresenta uma das menores rendas *per capita* do município, ao contrário da área central da cidade, que concentra as maiores rendas.

Mapa 6: Guarulhos. Localização do Distrito do Pimentas em relação ao centro da cidade

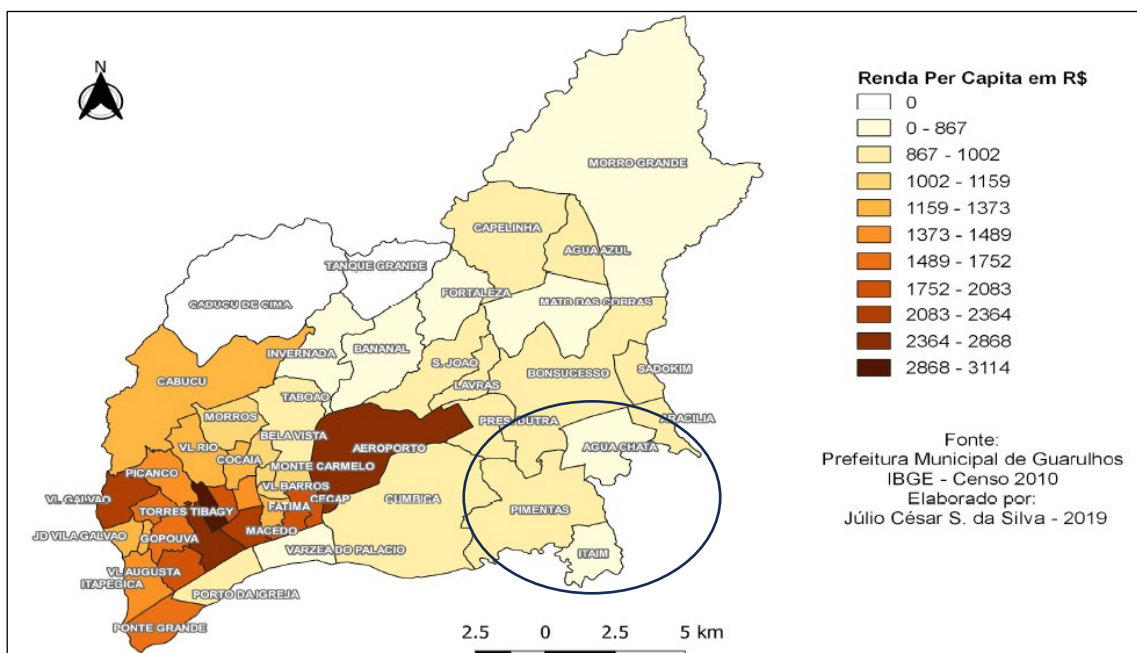


Elaboração: Oliveira e Cruz, 2024.

Mapa 7: Município de Guarulhos. Renda *per capita* por bairros

⁷ O bairro do Pimentas é composto por 37 loteamentos, sendo considerado o maior bairro que compõe a UPR do Pimentas, seguido do bairro Itaim com 11 loteamentos, do Bonsucesso com 5, Água Chata com 2 e Aracília e Presidente Dutra constituído por um loteamento cada.

⁸ Unidades de Planejamento Regional consiste na junção de bairros com características administrativas e físico-territoriais parecidas. Desse modo, Guarulhos possui 11 UPRs.



Fonte: IBGE, 2010; Prefeitura Municipal de Guarulhos. Extraído de Silva e Procópio (2021, p. 11).

Conforme Campos, Oliveira e Ferreira (2014), entre os anos de 1950 e 1990, foram implantados no Pimentas 57 loteamentos, sendo o loteamento Jardim Arujá (bairro Itaim) o mais antigo registrado pela prefeitura. A existência desse loteamento está relacionada à instalação da fábrica da Nitroquímica em São Miguel Paulista. Além de empregar os moradores do Pimentas, a fábrica também oferecia moradia no Jardim Helena, em São Miguel Paulista. Quando a construção de casas foi interrompida, muitos trabalhadores tiveram que se mudar para “o lado de lá da ponte”, ou seja, para o Pimentas, devido aos terrenos serem mais baratos e por ser um local próximo à fábrica (Sá, 2010).

A comercialização dos lotes era realizada sem nenhuma infraestrutura urbana, muitas vezes implantados de forma clandestina – sem reconhecimento por parte do poder público - e de maneira irregular – com o processo de regularização não finalizado. Com o aumento do número desses loteamentos, em 1969, o perímetro urbano de Guarulhos foi ampliado com a criação de quatro “Zonas de Expansão Urbana”. O Distrito do Pimentas encontrava-se na terceira Zona de Expansão Urbana, mas isso não implicou em recursos e investimentos em esgoto, rede de água, transporte público (Santos, 2017).

Santos (2006, p.165) observa que esses novos bairros são considerados mais como periferias metropolitanas do que como parte de Guarulhos, explicado pelo descaso do poder público municipal nessas áreas e pela distância em relação ao centro de Guarulhos e de São Paulo. Isso resulta na formação da periferia de ambos os municípios, uma característica que Cruz e Legoux (2021) denominam de “dupla condição periférica”, um

dos papéis que definem o Distrito do Pimentas, que está localizada há 17,8 km de distância do centro de Guarulhos e a 32 km de distância da cidade de São Paulo.

Tal condição está relacionada ao surgimento do movimento emancipacionista, em 1970, para a criação de um novo município composto pelas áreas do Pimentas, Cumbica e Bonsucesso, pois “os que moram e trabalham no Jardim Aracília trabalham com bancos de Arujá, onde é mais fácil o acesso (...), os do Bairro do Pimentas vão para São Miguel; e as empresas da Cidade Satélite acabam trabalhando com redes bancárias de Ermelino Matarazzo (...)”, como comenta um dos líderes do movimento em uma entrevista (Folha Metropolitana, 1989, p. 4 *apud* Santos, 2006, p. 167).

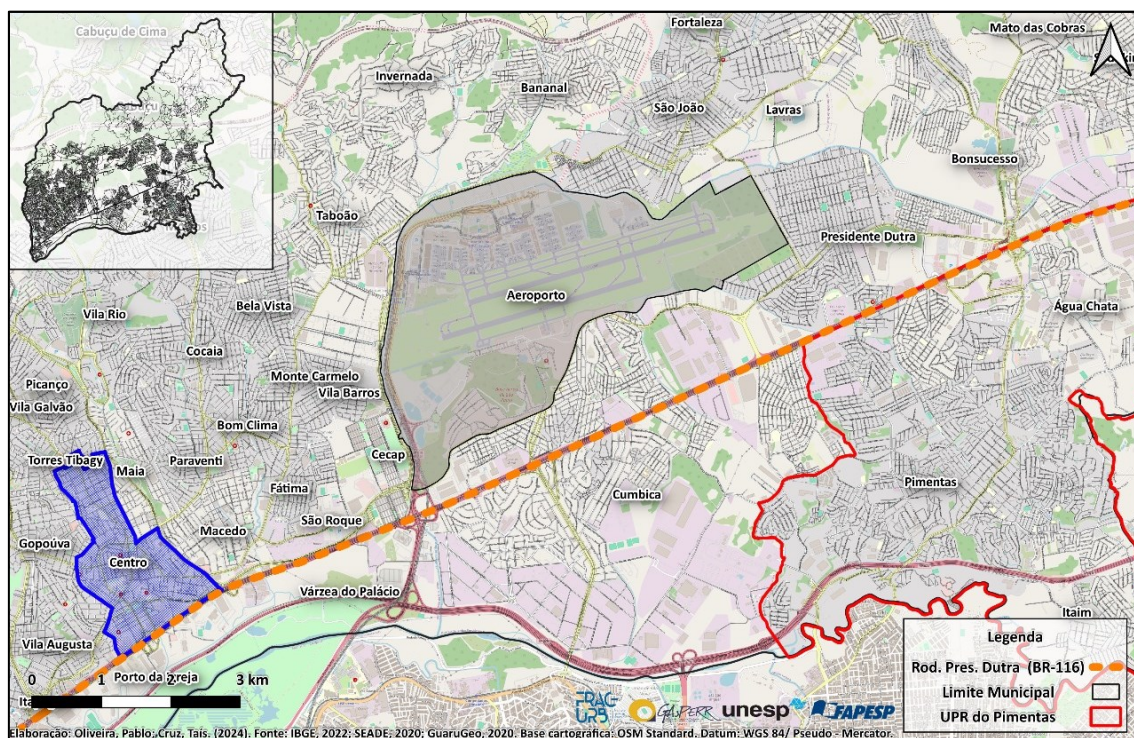
A frase “[moradores] do Bairro do Pimentas vão para São Miguel” revela um elemento importante das relações entre essas duas áreas. Divididos por uma ponte, a proximidade do Pimentas com o Distrito de São Miguel Paulista (zona leste de São Paulo) permitiu a consolidação de uma interação entre os distritos, por meio de deslocamentos diários de moradores mais antigos do Pimentas ao bairro paulista, por motivos de trabalho, já que “durante muitos anos, para chegar a Guarulhos, os moradores dos Pimentas iam até São Miguel, ou pela oferta de serviços e infraestrutura no bairro paulista” (Sá, 2010), reforçando a condição periférica do Pimentas. Isso se instituiu ao longo de muitos anos e está presente até os dias atuais na prática cotidiana de alguns moradores do Pimentas, principalmente para acesso a alguns espaços de consumo, conforme observado por Sposito (2022). Diante disso, as barreiras que existem entre as duas áreas “são mais estreitas que as pontes que atravessam o Rio Tietê” (Sá, 2010, p. 11), e são subjetivas, indo além dos limites oficiais, como os desdobramentos dos estigmas territoriais da zona leste de São Paulo em relação ao Pimentas, como apontado em uma das entrevistas.

A transferência da Base Aérea de São Paulo (BASP) para Cumbica, em 1945, propiciou as condições para a implementação do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em 1985. A BASP, além de sua função militar, também operava como aeroporto comercial de emergência (Santos, 2006). Esses processos transformaram o município em um importante eixo logístico e industrial a partir da segunda metade do século XX.

Situado fisicamente no centro da cidade de Guarulhos, o aeroporto provocou um isolamento ainda maior da periferia, devido à destruição de vias de acesso locais, transferindo para a “Rodovia Presidente Dutra, boa parte dos fluxos e deslocamentos que eram realizados por corredores locais” (Santos, 2017, p. 95). Isso produziu um aumento do congestionamento na via, dificultando o acesso ao centro de Guarulhos e impactando

o modo de vida desses moradores, pois “a periferia isolou-se em seus limites espaciais, conformando-se em áreas distintas das demais partes que compõem a municipalidade” (Gama, 2009, p.8), acentuando ainda mais o processo de segregação socioespacial, como mostra o Mapa 8

Mapa 8. Guarulhos. Localização do centro histórico, do aeroporto internacional e do Pimentas



Elaboração: Oliveira e Cruz, 2024.

Além disso, com a diminuição da oferta e o endurecimento das regras para a criação de novos loteamentos, a ocupação de áreas públicas e privadas por meio de submoradias intensificou-se no município, dando origem a inúmeras favelas. Assim, “a casa própria materializada na favela veio se consolidando como processo de assentamento das populações pobres do município” (Gama, 2009, p. 172). Nesse período, ocorreu um aumento da população no bairro do Pimentas, passando de 28.466 habitantes em 1980 para 72.991 em 1991 (Santos, 2017, p. 88).

À medida que a periferia crescia, acentuavam-se os problemas pela falta de infraestrutura, serviços urbanos e de acessibilidade. Em contrapartida, surgiram espaços de (re)produção do consumo para o abastecimento local, processo importante para a constituição de uma subcentralidade no Pimentas. Além disso, os movimentos sociais urbanos eclodiram, denunciando a precariedade da vida na periferia e aumentando a

pressão sobre o poder público municipal pela regularização dos loteamentos, bem como por melhorias urbanas e de moradia. Isso resultou em maior visibilidade e investimento público ao longo das décadas seguintes, com a disseminação da pavimentação viária, redes de esgoto, de saneamento básico, de fornecimento de energia elétrica, linhas de ônibus, e de leis e medidas governamentais de uso e ocupação do solo para a implementação de equipamentos públicos e privados.

No final da década de 1990 e no anos 2000, o Pimentas já era provido de uma Universidade Pública (Universidade Federal de São Paulo), de um hospital geral (Hospital Municipal Bonsucesso - Pimentas), de um *shopping center*, Terminal Rodoviário, hipermercados, bancos, lojas de eletrodomésticos e, atualmente, verificamos a presença de um pequeno *shopping* (Esquina dos Pimentas), grandes redes de *fast food* (McDonald's e Burger King), bem como outras redes de serviços, como a Petz, entre outros, consolidando um “subcentro popular de maior diversificação e heterogeneidade funcional da periferia de Guarulhos” (Santos, 2017, p.117).

A presença desses serviços e comércios teve um impacto significativo na percepção dos moradores do Pimentas sobre o distrito, que começaram a ver a periferia também como um centro, contribuindo até para a construção de uma identidade periférica entre os mais jovens (Sposito, 2022). Ainda assim, esses equipamentos não são suficientes para atender à demanda de uma área que, a cada ano, vem sendo alvo de políticas habitacionais, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, ocasionando o aumento de sua população. Constatamos uma maior concentração desses equipamentos na área central de Guarulhos.

CAPÍTULO 2

PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ESTIGMA TERRITORIAL: SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

O processo de segregação socioespacial e sua fundamentação teórica (Sposito e Góes, 2013) constituem uma das principais ferramentas no campo da pesquisa urbana, que nos auxilia a entender o estigma territorial em duas periferias do Estado de São Paulo, inseridas em contextos urbanos e escalares diferentes - uma na metrópole e outro em uma cidade média - tal como proposto nesta pesquisa de mestrado. Mas, se este processo há décadas está presente na realidade e no cotidiano dos moradores das cidades brasileiras, transformações recentes na produção do espaço urbano vêm sendo explicadas pelo processo de fragmentação socioespacial (Morcuende, 2020; Sposito e Sposito, 2020; Sposito e Góes, 2013; Prévôt-Schapira e Pineda, 2002; Prévôt-Schapira, 2001; Vidal, 1995), evidenciando ainda mais a importância das representações e dos imaginários em torno do local de moradia dos mais vulneráveis e pobres, que geram estigmas territoriais.

2.1 Segregação socioespacial e Estigma territorial: relações intrínsecas

Os primeiros estudos sobre segregação apareceram nos trabalhos de Robert Park (1917), Ernest Burgess (1925) e Roderick Mckenzie (1926), da Escola de Chicago, nos Estados Unidos, no início do século XX. De acordo com Negri (2008, p. 132), os estudos realizados pelos pesquisadores da Escola de Chicago tinham como base em suas análises “modelos metodológicos fornecidos pelo Darwinismo Social, tendo uma perspectiva positivista da realidade”.

A segregação, para esses estudiosos, era um processo ecológico, em que o uso residencial em diferentes espaços das cidades resultaria de uma competição natural entre os sujeitos. Ou seja, “a cidade funcionaria como um organismo vivo” (Negri, 2008, p.132), que selecionaria os cidadãos que conseguiram melhor se adaptar e que estariam aptos a habitar os melhores espaços da cidade, “gerando áreas de grande homogeneidade interna, tanto socioeconômica como cultural” (Sposito e Góes, 2013, p.283).

Nesse sentido, os autores, ao caracterizarem as novas dinâmicas e processos que estavam ocorrendo naquele momento na cidade de Chicago, por meio da segregação residencial, preocuparam-se em pautar as questões sociais, de distinção de áreas e de acesso a elas, por meio da “naturalização” de suas causas, e não como reflexo das desigualdades sociais construídas pelo modo de produção capitalista, que são inerentes no espaço urbano.

Na década de 1970, estudiosos que tinham como base as abordagens marxistas, influenciaram a instituição da corrente de pensamento denominada “Escola de Sociologia Urbana Francesa” que, ao retomarem as ideias produzidas pelos integrantes da Escola de

Chicago, apresentam novos matizes e perspectivas sobre a segregação, promovendo “uma espécie de ‘desnaturalização’ da análise da produção do espaço urbano” (Souza, 2002, p.25-26). Compreendendo esse processo por meio das contradições entre as relações sociais e de classes sob égide do modo de produção capitalista, consideram que elas são “expressas na organização e estruturação do espaço urbano” (Viera, 2003, p. 10). Os principais expoentes dessa escola são Henri Lefebvre (1968); Manuel Castells (1972) e Jean Lojkin (1977), cujas contribuições discutiremos em seguida.

Para Lefebvre (1991;1999), considerado o pioneiro nos estudos sobre o conceito de segregação, pela abordagem marxista, assim como para Corrêa (1989), o espaço urbano é reflexo e condicionante das relações sociais. Para ele, a segregação é fenômeno social e espacial, sendo que o social se estabelece por meio das relações e organizações sociais entre os sujeitos que contribuem para a reprodução das condições subjetivas e materiais de existência. Essas relações ocorrem em um “território desigualmente equipado, diferencialmente simbólico e socialmente produzido” (Silva, 2005, p.22), o que explica o conteúdo espacial da segregação. Além disso, Lefebvre (1991) ressalta que a segregação destrói morfologicamente a cidade, sendo resultante de uma ordem estrutural, uma vez que “a separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si só, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade” (Lefebvre, 2002, p.124).

A partir dos estudos sobre a organização urbana, Castells (1972, p.151) identifica “unidades ecológicas” - que correspondem “a toda expressão espacial que apresenta uma certa especificidade com relação ao seu ambiente imediato (residências, usinas, escritórios etc.)”. No que se refere aos processos que lhes dão origem, o autor propõe: concentração, centralização, descentralização, circulação, segregação e invasão-sucessão. A segregação “refere-se ao processo pelo qual o conteúdo social do espaço torna-se homogêneo no interior de uma unidade e se diferencia fortemente em relação às unidades exteriores, em geral conforme a distância social derivada do sistema de estratificação” (Castells, 1972, p. 151).

Para Lojkin (1997), numa perspectiva marcadamente econômica, a segregação urbana se constitui como um processo desigual de acesso à cidade, entre as diferentes classes, que se estabelece por meio dos meios de consumo e da localização espacial diferenciados. O autor ressalta o papel contraditório, sobretudo, das políticas habitacionais, pois, ao estarem a serviço do capital, contribuem e acirram ainda mais o

processo de segregação, ao mesmo tempo em que atendem a uma necessidade social. Em sua análise, Lojkine (1997) destaca três tipos de segregação urbana: 1) por meio do uso habitacional; 2) da distribuição dos equipamentos e infraestruturas de uso coletivo; e 3) da disposição dos meios de transporte domicílio-trabalho, resultando em:

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos de aglomeração explica, a nosso ver, a importância dessa “renda de acordo com a localização”.
- 2) Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3) Um esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia etc. É o que a política urbana sistematizou e racionalizou sob o nome de zoneamento. (Lojkine, 1997, p.189)

Segundo Dal Pozzo (2015), mesmo seguindo a mesma corrente de pensamento, entre estes autores há divergência nas abordagens e perspectivas sobre o conceito de segregação. Lojkine (1997) se aproximava mais da perspectiva de Castells (1972), enquanto Lefebvre (1991;1999) se distanciava dos dois. Apesar das divergências, é inegável a importância e a contribuição dessa perspectiva crítica para a Geografia Urbana, sobretudo na fundamentação do conceito de segregação.

O conceito de segregação na América Latina e, principalmente, no Brasil, passou a ser analisado e estudado a partir dos anos 1980. Roberto Lobato Corrêa (1989; 1997) e Flávio Villaça (1998) estão entre os principais pesquisadores que protagonizaram e contribuíram para sua difusão no Brasil (Sposito e Góes, 2013). De acordo com Corrêa (1989), a segregação é um processo que caracteriza a cidade. Dessa forma, não é exclusivo das cidades capitalistas. Porém, nessas cidades, o processo de segregação manifesta novas dinâmicas espaciais que incluem:

espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer poder mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão espacial, pode permanecer por um longo período de tempo ou mudar rapidamente. A dinâmica da segregação, no entanto, é própria do capitalismo, não sendo típica da cidade pré-capitalista, caracterizada por forte imobilismo socio-espacial. (Corrêa, 1989, p. 69)

Em outras palavras,

A segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social é habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de status inferior ou, em alguns casos superior, através do processo de renovação urbana. (Corrêa, 1989, p. 70)

Corrêa (1989; 2013), de acordo com Castells (1983), compreende que a segregação residencial é um processo que contribui para uma organização espacial que se estabelece por meio da homogeneização social interna de áreas, as quais são diferentes e desiguais entre si, sendo, portanto, reflexo da reprodução social das distintas classes sociais que se espacializa no urbano.

Sposito (2013, p.64) ressalta que o conceito de segregação deve ser entendido em sua complexidade, devido ao seu caráter polissêmico e à sua multidimensionalidade. Além disso, a diversidade de adjetivos que o compõe também merece atenção, devido às “numerosas e profundas ambiguidades que são mobilizadas nos discursos e nas ações, revelando os sistemas de representação” (Sposito e Góes, 2013, p. 284). Nesta dissertação, adotamos o termo “segregação socioespacial”, pois “esse processo só pode ser compreendido nas articulações e codeterminações entre condições sociais e condições espaciais, tanto quanto se expressa social e espacialmente” (Sposito e Góes, 2013, p. 285).

Ressaltamos o caráter espacial da segregação, uma vez que se trata de um processo que envolve a segmentação social e espacial nas cidades, o que contribui para diferenciá-lo de outros processos como discriminação, marginalização e estigmatização, por exemplo, que também se expressam espacialmente, mas que, ao mesmo tempo, podem se constituir no plano social, econômico, cultural, entre outros (Sposito, 2013).

Corrêa (1989, p. 64) destaca dois tipos de segregação: a autosegregação e a segregação imposta ou induzida, a “primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas”. De forma a complementar a proposição de Corrêa (1989), Villaça (2001, p. 147-148) compreende que “não há dois tipos de segregação, mas um só processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”.

O afastamento dos distintos segmentos sociais no espaço urbano configura-se, sobretudo, a partir do conteúdo das diferenciações sociais e espaciais, ocasionando, assim o processo de segregação socioespacial (Magrini, 2013, p. 382). O processo é, dialeticamente, produtor e produto da diferenciação socioespacial (Carlos, 2007, p. 48), assim

a questão da diferenciação espacial, apesar de apoiada num mesmo fundamento teórico, entendendo a desigualdade como centro explicativo da diferenciação e está imanente à produção espacial, tanto em seu sentido real e concreto (vivido, percebido praticamente, gerando segregações), quanto possível (a ideia de que a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade).

Mesmo considerando que nem sempre as formas de diferenciação contribuem para o surgimento da segregação, o aprofundamento e a radicalização dos processos de diferenciação e desigualdades socioespaciais podem provocar formas de segregação (Sposito, 2013; 1996). Ou seja, a segregação se estabelece quando há um afastamento espacial radical, agravado pelas diferenciações socioespaciais, que resultam em rupturas relativas entre as partes segregadas e os demais espaços da cidade, impossibilitando a “comunicação entre as pessoas, da circulação entre os subespaços e do diálogo entre as diferenças, levando à fragmentação das cidades” (Sposito, 1996, p. 74).

Ainda de acordo com Sposito (2013), a segregação socioespacial está relacionada diretamente aos sujeitos sociais, aqueles que segregam e os que são segregados, dando uma ideia de uma competição “natural” entre os diferentes segmentos sociais pelo uso do espaço urbano. Dessa forma,

para compreender o processo de segregação socioespacial é preciso sempre perguntar quem segrega para realizar seus interesses; que a possibilita ou a favorece, com normas e ações que a legalizam ou a legitimam; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque cotidianamente vive essa condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua superação; quem sequer supõe que ela possa ser superada e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação. (Sposito, 2013, p. 67)

Saraví (2008) ressalta que o processo de segregação não se limita aos aspectos objetivos – como a presença de uma barreira natural ou por infraestruturas, que contribuem para o reforço da segregação –, mas que inclui uma dimensão subjetiva, pois se refere ao prestígio ou descrédito social dos distintos espaços da cidade, o que se reflete, consequentemente, no cotidiano dos moradores, resultando no estabelecimento de “um processo de construção social através do qual certos significados são construídos, atribuídos e aceitos intersubjetivamente ao espaço e sobre ele” (Saraví, 2008, p. 98). Dessa forma, o processo de segregação socioespacial deve ser entendido a partir de uma relação dialética entre as dimensões objetivas e subjetivas.

Este processo de construção social de significados está, sem dúvida, condicionado pelas dimensões objetivas da segregação urbana; por exemplo, áreas com alta concentração de pessoas pobres pode estar associadas a uma série de estigmas, medos, avaliações etc. Mas, da mesma forma, os significados socialmente construídos sobre determinados espaços e setores sociais, que alcançam uma certa preeminência no imaginário social, podem redefinir ou significar essas dimensões objetivas de várias maneiras. (Saraví, 2008, p. 98)

Entre os aspectos que envolvem a dimensão subjetiva do processo de segregação socioespacial, grande parte deles diz respeito aos estigmas territoriais (Wacquant, 2005; 2006; 2014). Segundo Wacquant (2006), o estigma territorial resulta da marginalidade avançada, que caracteriza as novas formas de pobreza que emergem, especialmente, em cidades sob regime neoliberal. O avanço da marginalidade “tende a concentrar-se em territórios isolados e claramente circunscritos, cada vez mais percebidos, tanto de fora como por dentro, como lugares de perdição” (p. 27).

Presente na sociedade desde a Grécia Antiga, o termo estigma foi requalificado, ganhando novas concepções por meio dos estudos de Goffman (1988), um dos membros da Escola de Chicago, a partir das décadas de 50 e 60 do século XX, vinculando “atributos e estereótipos a formas de estigmatização, de maneira a compreender como eles são criados e manipulados, e quais os seus efeitos nas interações sociais” (Assensio; Soares, 2022, p.1). Esses aspectos antes não eram considerados, pois configuravam-se apenas como sinais corporais que podiam indicar “alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral” (Goffman, 2008, p. 11), uma graça divina ou distúrbios físicos.

Para Goffman (2008), a sociedade determina meios de categorizar as pessoas, a partir de um conjunto de atributos definidos como normais (ou não), instituídos por ambientes sociais. Os estigmas sociais surgem quando há uma discrepância entre categorias e atributos que se espera encontrar no sujeito, denominadas identidade social virtual, e as categorias e atributos que o sujeito realmente possui, sua identidade social real. Essa diferença se estabelece assim que nos deparamos com um estranho e constituímos uma expectativa normativa e preconceitos sobre o outro.

Nesse contexto, os estigmas sociais referem-se a sujeitos que são considerados “inabilitados para a plena aceitação social”, pois, de acordo com Goffman (2008), representam “identidades deterioradas” resultantes de uma ação social, sendo vistos de forma depreciativa e, portanto, algo que deve ser evitado. No entanto, Goffman (2008, p. 13) ressalta que “nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo”, demonstrando que o estigma ocorre pela existência de uma linguagem de relações entre os atributos e os estereótipos, e não apenas pelos atributos. Assim, um atributo que estigmatiza uma pessoa pode ser considerado normal ou até positivo em outra. Portanto, os atributos em si não são inerentemente bons ou ruins.

Toro e Naranjo (2009), baseadas em Goffman (2008), diferenciam os efeitos provocados por estereótipos e estigmas. Para elas, o estereótipo está relacionado à

diferenciação do “outro” com o desconhecimento sobre ele, reduzindo, assim, o sujeito a apenas uma de suas características reais. Dessa forma, os estereótipos são transformados em um imaginário generalizado, onde os sujeitos passam a ser reconhecidos no espaço social pelos aspectos que lhes são socialmente atribuídas (Bourdieu, 2008; Toro e Naranjo, 2009). Já o estigma, também um estereótipo, manifesta-se em uma fase posterior, quando ocorre discriminação e/ou segregação (Goffman, 1975).

Link e Phelan (2001, p. 377 *apud* Siqueira e Cardoso, 2011, p. 97), aprofundando os estudos de Goffman (1975), introduzem a ideia de poder como um elemento importante na criação e manutenção do estigma. Eles identificam a existência de cinco componentes que contribuem para o estabelecimento do estigma: “rotulação, estereotipização, separação, perda de *status* e discriminação ocorrem simultaneamente em uma situação de poder que permite que tais componentes aconteçam”. Isso significa que nem todos podem estigmatizar com êxito um grupo específico em qualquer circunstância; é preciso que ocorra

(...) um processo de rotulagem para escolher certas características para identificar o todo com tais características, que irá então associar atributos negativos, produzindo uma separação imaginária ou real entre “nós” e “eles” de tal forma que acarreta uma perda de status social e discriminação com múltiplas manifestações. (Kessler, 2012, p. 172, tradução nossa)

Apoiado na ideia de que a estigmatização depende das relações de poder, Elias e Scotson (2000) tratam o estigma a partir da dinâmica entre “estabelecidos e *outsiders*”, identificando uma natureza de interdependência entre esses grupos, em que as relações de poder compõem como um elemento fundamental para estabelecimento dessas relações, pois “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (Elias e Scotson, 2000, p. 23). No entanto, segundo Soares (2015), mesmo que a oposição entre estigmatizadores e estigmatizados seja importante, essa relação não é suficiente para explicar as dinâmicas que envolvem o poder e o estigma. É necessário considerar que, dentro de cada grupo social, o estigma “intercambia papéis, apontando para processos de hegemonias e hierarquizações” (p. 15).

Além disso, Soares (2015) também sugere que os estigmas não são inerentemente positivos nem negativos. Contudo, eles tendem a ser prejudiciais por constituírem base e sustentação de expressões como estereótipos, preconceitos e exclusões, pois o estigma consiste em “uma estrutura vazada na qual vêm se encaixar os diferentes estereótipos,

este se caracterizando como uma forma cristalizada e pré-determinada de instauração de preconceitos” (p. 21).

De acordo com Goffman (2008), os estigmas se manifestam por meio de três principais condições: 1) aquelas associadas às deformidades físicas; 2) os relacionados ao caráter (desonestidade, vício, desemprego); e 3) aqueles vinculados às questões de raça, religião e tribos. Segundo Wacquant (2006, p. 28), o estigma territorial insere-se nessa última categoria, pois pode ser transmitido por meio da linhagem, afetando todos os membros da família. No entanto, o estigma territorial pode ser mais facilmente atenuado e disfarçado por meio da mobilidade geográfica

Ao incluir a dimensão espacial na análise do estigma social, Wacquant (2005, 2006) aponta a perversidade da sobreposição de estigmas preexistentes, como aqueles ligados à pobreza, à pertença étnica e à origem, que se somam ao local onde residem. Assim, determinadas áreas ou bairros, que passam a ser identificadas publicamente como locais de degradação social e moral, acabam por inspirar medo e desprezo. Como resultado, “cristalizou-se um evitamento do local, que se acrescenta à desonra de classe e de etnicidade que atinge os seus habitantes”, contribuindo para uma “espiral da desintegração social e da difamação simbólica” (Durão e Wacquant, 2008, p. 473).

Conforme aponta Bourdieu (2008), o estigma territorial também se estabelece como uma expressão da desigualdade, ao passo que as distribuições dos bens, capitais, e dos agentes no espaço físico representam valores de distinção social. Dessa forma, as desigualdades do espaço social refletem-se no espaço físico. A posse de capitais e o privilégio de acesso aos meios necessários para a reprodução social são considerados por Bourdieu (2008), como violências simbólicas, não apenas pela apropriação desigual do espaço físico e social, mas principalmente pela naturalização dessas desigualdades.

Compreendendo o simbólico nas representações, a partir da capacidade de acumulação de bens e capitais no espaço urbano, Bourdieu (2008) discute os “efeitos do lugar”, em que bairros de prestígio conferem *status* aos seus habitantes, enquanto bairros estigmatizados degradam socialmente seus residentes, que, por sua vez, contribuem para reforçar esse estigma. Isso influencia também a forma como os não moradores interagem com os moradores desses espaços, estabelecendo uma retroalimentação entre os estigmas ligados à pobreza, à pertença étnica e à origem com o estigma territorial, e não apenas uma sobreposição deles (Ojima; Marandola Jr.; Moraes Pereira; da Silva, 2010, p.405).

Cornejo (2012) aponta que o estigma territorial é uma expressão da violência simbólica, inclusive por impor representações negativas a certos locais e seus moradores,

limitando a construção de uma identidade distinta da que lhes é imposta. A violência simbólica ajuda a ocultar as relações de poder que sustentam a ordem social desigual, bem como os efeitos do estigma territorial sobre esses espaços.

O estigma presente no Jardim Morada do Sol e no Distrito do Pimentas é fruto de uma violência territorializada, diretamente relacionada ao processo de segregação socioespacial imposta, promovido pela implantação de políticas habitacionais e pela implantação de loteamentos periféricos em condições precárias. Tal origem contribuiu para que esses espaços passassem a ser identificados como síntese entre pobreza, crime e violência (Cornejo, 2012). Sendo assim, é “compreensível como uma forma de violência de bairro na medida em que impõe práticas e discursos daqueles que são estigmatizados pelo simples fato de habitar estes bairros” (Cornejo, 2012, p. 186). Isso reforça ainda mais as desigualdades socioespaciais, uma vez que, independentemente da realidade dessas áreas, o que prevalece é “a crença preconceituosa de que assim são, basta para engendrar consequências socialmente nocivas (Wacquant, 2006, p. 29).

Nesse sentido, o estigma territorial que pesquisamos, pode ser entendido pela ótica da “discriminação estrutural” (Kessler, 2012), uma vez que resulta em decisões e práticas discriminatórias, acumuladas ao longo dos anos, por agentes públicos e privados, em que o estigma territorial representa um elemento fundamental para a permanência e a perpetuação de más condições de vida em territórios estigmatizados. Assim, esses moradores estão sujeitos a consequências relacionadas ao

(...) capital físico e financeiro (devido ao menor valor das casas e problemas de manutenção, acesso limitado ao crédito devido ao domicílio razões), capital comunitário (devido à falta ou déficit de bens colectivos e serviços públicos), capital social (devido a redes pouco diversificadas), capital humano (devido ao menor acesso à saúde, menor proteção das forças públicas e presumivelmente também na qualidade da educação) e, sem dúvida, também o capital simbólica (porque a má reputação do bairro corrói a respeitabilidade, a honorabilidade e a “voz” dos seus habitantes). (Kessler, 2012, p. 193, tradução nossa)

A consolidação de territórios estigmatizados passa a concentrar discursos “vindos de baixo” em interações cotidianas, assim como discursos “vindos de cima”, pela esfera midiática, política, burocrática e até mesmo na científica. O sentimento de culpa e vergonha, a ocultação do local de residência, a evitação de receber visitas, a negação da própria pertinência à comunidade local e o distanciamento em relação aos outros moradores são algumas das consequências desses discursos no cotidiano daqueles que residem áreas estigmatizadas (Wacquant, 2006, p. 29)

Diante disso, o autor identifica uma lógica de "difamação lateral e distanciamento mútuo" nesses bairros estigmatizados, segundo a qual, para amenizar o peso do estigma, os sujeitos o transferem para seus vizinhos, novos moradores ou jovens do bairro. Essa tentativa de se desvincular e diferenciar do restante da comunidade gera dinâmicas semelhantes às descritas por Elias e Scotson (2000) em seus estudos sobre “os estabelecidos e os *outsiders*”. Tal lógica, por sua vez, enfraquece o senso de coletividade e a organização comunitária em áreas urbanas marginalizadas.

Para esta dissertação, é importante considerar que o processo de segregação socioespacial vai além da análise da distribuição desigual de bens e serviços no espaço urbano, envolvendo também a construção de representações sociais sobre esses territórios. A segregação resulta de uma interação complexa entre dimensões objetivas e subjetivas (Saraví, 2008). Os diferentes acessos à cidade são determinados tanto pela localização e condições de moradia – segregação e autosegregação – quanto pelos imaginários sociais que qualificam ou desqualificam espaços e seus moradores, influenciando em suas práticas e experiências urbanas (Magrini, 2013).

O espaço, portanto, passa a ser visto como uma representação da alteridade, marcado pelo estigma territorial e percebido como um "outro" estranho, distante e elusivo, atuando como uma força ativa na manutenção da segregação, contribuindo para novas formas de distinção e diferenciação social e espacial entre os diferentes segmentos sociais e seus espaços.

2.2 Fragmentação Socioespacial e Estigma Territorial: novas relações?

A fragmentação é um termo que representa diferentes conteúdos, seja no âmbito do senso comum ou no campo dos conceitos teóricos, por isso possui caráter polissêmico, bem como sentido multidimensional e multiescalar (Vidal, 1995; Sposito e Sposito, 2020), indicando “novas dinâmicas sociais e políticas, econômicas e culturais que apontam para novos modos de articulação entre tempo e espaço, re combinadas, representados e apreendidos em escalas múltiplas” (Sposito e Góes, 2013, p. 295).

O debate sobre fragmentação fica mais evidente, a partir das décadas de 1980, sobretudo em relação às metrópoles, e é decorrente de dois processos mais gerais, ocorridos neste mesmo período: “i) “a fase crítica”, em que a sociedade industrial deixa lugar à “sociedade urbana” (Lefebvre, 1970); e ii) a “fase atual do capitalismo” que implica o acirramento do neoliberalismo e na difusão e fixação dos valores do mercado na sociedade (Prévôt-Schapira, 2001; Legroux, 2021, p. 236). Em vista disso, segundo

Morcuende (2020, p. 3), Vidal (1995) interpreta a fragmentação socioespacial como “um novo tipo de organização socioespacial da cidade; descreve e explica as transformações no comportamento social dos cidadãos; e considera a fragmentação como um novo paradigma”.

Além disso, Morcuende (2021) nos mostra que a fragmentação socioespacial está atrelada a três movimentos: i) separação; ii) contradição; e iii) homogeneização. Fragmentação como separação diz respeito à ideia de compartimentação, isto é, a separação entre um “espaço total e os sujeitos - social e individual”. Já o movimento de contradição remete às rupturas da vida social, com “ataques à reprodução social que o capitalismo em crise traz, outorgando novos conteúdos à desigualdade”. E, por último, a fragmentação como homogeneização trata de um movimento em que, por meio do processo de urbanização, remodelam-se e modificam-se os diferentes modos de vida, “superando as diferenciações tradicionais, e especializando o território todo, sem exceção”. Esses movimentos, segundo o autor, são resultado do momento diferencial, isto é, “afirmar que a fragmentação socioespacial media essas relações é afirmar que ela toma forma ao longo desse momento, gerando processos de destruição e criação de modos de vida” (Morcuende, 2021, p. 2).

Prévôt-Schapira (2001) enfrenta o desafio de entender a fragmentação em realidades urbanas latino-americanas, nas quais a complexidade das mudanças e a emergência de uma “sociedade em arquipélago” (p.40) produzem o entrelaçamento de diferentes espaços, conferindo maior visibilidade às diferenças. Essas mudanças ameaçam as formas de urbanização passadas, que eram baseadas na prevalência dos espaços públicos. A autora associa o processo de fragmentação a três campos de pesquisa: i) o espacial, com “desconexão física, descontinuidades morfológicas”; ii) o social, com “retirada comunitária, lógicas exclusivas”; e iii) o campo político, com “dispersão de atores e autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana” (p. 34-35)

A partir dessa concepção, Sposito e Sposito (2020) determinam o sentido “socioespacial” da fragmentação, tratando de revelar práticas que se estabelecem a partir de novas formas, contidas no âmbito material e/ou simbólico, de diferenciação da cidade, reforçando a ideia de processo. Sposito e Góes (2013) compreendem que a fragmentação é um “processo posterior historicamente, ao de segregação, tanto quanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas” (p. 299). Nesse sentido, diferentemente do que entendemos por segregação, a fragmentação não se restringe apenas ao âmbito residencial, e outros elementos se somam, como a “existência da policentralidade e a

conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente”, expressando-se também por meio das práticas espaciais dos cidadãos. Sendo assim,

[..] a fragmentação vai além da separação física e social, para insistir em dinâmicas que intensificam as rupturas e a relativa incomunicabilidade entre diferentes pedaços cada vez mais desconexos e diferenciados. Ela expressa i) um acirramento dos processos de segregação e diferenciação dos e nos diferentes espaços urbanos, em termos de classes sociais e de funções atribuídas a estes (trabalho, lazer, moradia, etc.), e ii) formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, com ênfase nas rupturas e separações. (Legroux, 2021, p.238)

Além disso, entende-se a fragmentação socioespacial como resultado de mudanças significativas nas estruturas espaciais das cidades, o que permite reconhecê-la como parte integrante do processo de reestruturação da cidade e do urbano, sobretudo quando nos deparamos com as complexas relações que dão novos conteúdos sociais à periferia. Observa-se que a fragmentação é um processo em curso em cidades médias, como Presidente Prudente, que “sucede e contém a segregação (com o seu par dialético, a autosegregação) e aprofunda as fraturas que marcam não apenas tal estrutura, mas, sobretudo, as práticas espaciais dos cidadãos” (Sposito e Góes, 2013, p. 300), enquanto em espaços urbanos metropolitanos, como no caso da metrópole de São Paulo, esse processo se encontra, de certa forma, estruturado e consolidado.

Segundo Magrini (2013), o cotidiano, por meio das experiências urbanas, permite a formação de percepções, memórias e impressões que possibilitam estabelecer ou evitar certos contatos, identificar-se com determinados espaços ou grupos sociais e, especialmente, estigmatizar o outro. A partir disso, realizamos nossas práticas espaciais, vivenciadas e representadas de forma diferente por cada sujeito, pois estas dependem de fatores como condições sociais, econômicas e culturais, uma vez que “na cidade, em consonância com seus diferentes espaços e habitantes, há distintos cotidianos que a produzem e que são produzidas por elas” (p. 366). A apropriação da cidade, portanto, passa a ser realizada de forma relacional, levando em consideração as relações entre o “eu” e os “outros”, bem como entre “meus espaços” e “os espaços dos outros”.

Essas separações socioespaciais contribuem para a intensificação de estigmas territoriais, reforçando a lógica da produção de diferentes espaços residenciais, dentre os quais aqueles considerados espaços dos pobres, que são vistos como violentos e perigosos. Em contrapartida, os espaços dos ricos são considerados nobres, respeitáveis

e desejáveis. Nesse sentido, a segregação e autosegregação são processos que materializam, de alguma maneira, esse contexto relacional de alteridade (Magrini, 2013).

Essas percepções que estigmatizam determinados espaços têm como pano de fundo a disseminação e propagação dos imaginários e das simbologias das cidades como inseguras, o que culmina na radicalização da separação e no evitamento entre diferentes espaços e segmentos sociais, produzindo práticas espaciais distintas. Segundo Sodré (2022), o estigma, de maneira significativa, é exacerbado pela insegurança urbana, que, por sua vez, é utilizado para justificar a implantação de medidas autoritárias, como a militarização da questão urbana (Souza, 2008) e a implementação de sistemas de segurança e vigilância, contribuindo para o modelo de ruptura socioespacial.

Os esforços de diferenciação, que combinam processos como a sobreposição do modelo centro-periferia pelo de fragmentação socioespacial, intensificam o afastamento entre os cidadãos já segregados. Políticas públicas que promoveram habitações nas periferias e a valorização imobiliária nas áreas com melhor acesso a bens e serviços agravam as desigualdades socioespaciais, dificultando a mobilidade e a apropriação de outros espaços (Sposito e Góes, 2013). Mas Magrini (2013), de acordo com Capron (2006), aponta que a fragmentação não pode ser compreendida apenas pela existência de enclaves destinados e apropriados pelos segmentos de média e alta renda. Isso porque os bairros pobres e estigmatizados também podem ser considerados enclaves, devido ao acesso que é evitado por moradores de outras áreas da cidade, contribuindo para o isolamento e distanciamento de seus moradores.

O estigma territorial não é concebido nesta dissertação apenas como uma consequência passiva do processo de segregação socioespacial, mas como um fator que o reforça, ao passo que, simultaneamente, influencia e condiciona os encontros e desencontros entre diferentes grupos (Saraví, 2008). Com isso, a fragmentação socioespacial radicaliza os processos de diferenciação e de segregação socioespacial já presentes em muitas cidades brasileiras. Como consequência, esse processo amplifica os efeitos e fatores que levam à estigmatização territorial.

Levando em conta não apenas a morfologia urbana, mas os conteúdos sociais, econômicos, históricos e simbólicos que integram os processos de produção do espaço urbano brasileiro, questionamos: como o estigma territorial influencia no cotidiano dos moradores do Jardim Morada do Sol e do Distrito do Pimentas? Como os discursos estigmatizantes presentes no cotidiano desses moradores contribuem para o entendimento

da fragmentação socioespacial? Essas são questões que pretendemos responder a partir do próximo tópico desta dissertação.

2.3 A representação das periferias como espaços violentos e perigosos

Esta dissertação tem como objeto de estudo duas periferias do Estado de São Paulo que estão inseridas em contextos urbanos distintos: O Jardim Morada do Sol, de uma cidade média, e o Distrito do Pimentas, em uma área de contexto metropolitano. No próximo capítulo, analisaremos com mais profundidade os aspectos do estigma territorial presentes nesses dois espaços, identificando semelhanças e diferenças entre eles. Porém, um dos elementos mais marcantes em ambas as áreas é o discurso que descreve seus moradores como perigosos e violentos. Isso suscita novas questões: o que há de comum entre esses dois espaços para que ambos sejam reconhecidos com base em tais representações? O que sustenta esse imaginário mesmo em áreas inseridas em contextos urbanos tão diferentes? Essas perguntas guiaram a construção deste tópico.

De acordo com Fernandes (2009, p. 164), enquanto produto social, novos medos são criados e reelaborados na sociedade contemporânea, incorporando as angústias e inseguranças já presentes, transformado - os em ameaças visíveis e próximas, influenciando na construção das subjetividades. Nas cidades, a violência e a insegurança constituem elementos que alimentam esse medo, sobretudo por causa da imprevisibilidade e por afetarem diretamente a vida das pessoas. A violência urbana contribui para a disseminação do medo, pautada na imagem construída em torno dos criminosos que podem ameaçar o bem-estar, os bens materiais e até a vida dos cidadãos e cidadinas.

Apesar de associada a fatores estruturais da sociedade, a violência na escala do cotidiano torna-se uma ameaça na medida em que o sentimento de insegurança e vulnerabilidade fica mais evidente e tangível, rompendo a normalidade das rotinas e alterando as interações com os espaços. A violência pode ser vista, portanto, como “uma desordem contagiosa e talvez incontável, de uma doença da sociedade que aprisiona o indivíduo e, por extensão, a coletividade em um estado de insegurança que gera o medo” (Balandier, 1997 *apud* Fernandes, 2009, p. 164).

Historicamente, os mais pobres são apontados como principais causadores desse problema. Por um lado, isso evidencia um desejo de controle e de previsibilidade da violência. Por outro, resulta em estigmas e discriminação desses sujeitos, que passam a ser identificados como “classe perigosa”. A criminalização desse segmento é um processo

dinâmico e complexo, que se adapta às circunstâncias sociais e econômicas de cada período, além de ser influenciado pelo contexto espacial em que ocorre. Por isso, o conteúdo do estigma é reintroduzido e reinterpretado constantemente (Magrini, 2013).

Desde o século XIV, a pobreza é associada a elementos negativos que remetem, sobretudo, à violência (Delumeau, 1999 *apud* Magrini, 2013). No Brasil, essa relação tem como pano de fundo o passado colonial e a escravidão, o que influenciou a construção e a identificação de uma classe perigosa que, além de envolver questões socioeconômicas, também se relaciona a aspectos étnicas e raciais. Nesse caso, os negros vistos como potenciais criminosos. No caso da metrópole de São Paulo, esses elementos se somam aos aspectos regionais, com base nos quais os imigrantes nordestinos passam a ser culpabilizados pelo aumento da violência e como causadores dela (Caldeira, 2000; Feltran, 2020). Essas relações desencadeiam efeitos contraditórios, pois, mesmo admitindo que

uma das causas encontradas para o crime seja a miséria, a pobreza. Como não se pode acabar imediatamente com a pobreza, controla-se os pobres. Disso decorre um maior aprisionamento de pobres, que reforçarão a correlação entre pobreza e crime, e o encadeamento recomeça. (Misse, 2006, p. 116)

A criminalização dos segmentos mais pobres no Brasil se intensificou com a adoção de políticas neoliberais, caracterizadas pela redução da atuação estatal e pelo aumento das taxas de desemprego, o que aprofundou a exclusão social das classes mais vulneráveis. Nesse contexto, as periferias e favelas das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo foram marcadas pelos altos índices de violência e homicídios e pelo crescimento da influência do crime organizado. Esses eventos são amplamente divulgados pela grande mídia, resultando em generalizações sobre os moradores dessas áreas, que passaram a ser identificados como criminosos em potencial (Fernandes, 2009).

A construção do imaginário do “outro perigoso” baseia-se na ideia de que alguém, por ser diferente, é visto como estranho, desconhecido e, portanto, ameaçador, devendo ser evitado, gerando estigmas sobre esses sujeitos, que se estendem aos seus espaços de moradia, os quais passam a ser percebidos como áreas violentas e, consequentemente, inseguras. Essas percepções moldam as representações das cidades, influenciando sua produção e apropriação, contribuindo para a criação de novas diferenciações socioespaciais, que continuam a ser baseadas nas desigualdades (Magrini, 2013). Com isso, Pedrazzini (2006, p. 19) acrescenta que

Os moradores dos bairros pobres, considerados como “produtores” da violência humana, segundo a crença de que a miséria tornaria o homem violento, são, em realidade, suas maiores vítimas. Os pobres são vistos como os únicos culpados da derrota da coesão social. Esse reconhecimento perverso do pobre ocorre na maioria dos países, por meio de operações como o “tolerância zero”.

Esses aspectos são relevantes para a compreensão dos espaços periféricos, como é o caso do Jardim Morada do Sol e do Distrito do Pimentas, que guardam diferenças, especialmente porque o primeiro está localizado em Presidente Prudente, uma cidade média, enquanto o segundo se insere na Região Metropolitana de São Paulo. Assim, falar de periferias no plural significa reconhecer a diversidade de realidades sociais, culturais, históricas e econômicas que coexistem dentro de espaços periféricos. Refletir sobre o conceito de periferia implica considerar “as experiências individuais e coletivas internas, às vezes díspares, às vezes comuns” (D’Andrea, 2020, p. 26) dos sujeitos e sujeitas periféricos. Contudo, nota-se que a estigmatização dessas áreas caracteriza-se por discursos semelhantes que associam seus moradores à violência, insegurança e perigo, baseadas em representações sobre as periferias e favelas de grandes cidades, cujas imagens e discursos são amplamente disseminados.

Os estigmas construídos e reproduzidos pela grande mídia têm como base os altos índices de criminalidade e violência, que de fato estão presentes nas periferias e favelas das grandes cidades, como é o caso do Pimentas. Porém, de acordo com Saraví (2008), a estigmatização nessas áreas, muitas vezes, resulta da “generalização da associação” que leva em consideração a “estigmatização criminalizadora da pobreza e, em particular, de certos espaços (áreas periféricas) e de certos grupos etários (jovens de setores populares” (p. 105), acrescentamos também a importância das questões étnico-raciais.

Independentemente do contexto urbano e da escala da cidade, a estigmatização de determinados espaços sustenta-se na construção de uma imagem de classe perigosa e de seus espaços, fundamentada em condições socioeconômicas, étnico-raciais, etárias somadas a espaços periféricos. Isso influencia profundamente as práticas e interações tanto entre os moradores desses espaços quanto deles com os não moradores.

Nos capítulos seguintes, direcionaremos a atenção para o cotidiano do Jardim Morada do Sol e do Distrito do Pimentas, com base nos conteúdos divulgados pela mídia (Capítulo 3) e nas falas de moradores e não moradores (Capítulo 4), no que se refere aos estigmas territoriais.

CAPÍTULO 3

***QUANDO AS NOTÍCIAS REFORÇAM OS ESTIGMAS:
A REPRESENTAÇÃO DO JARDIM MORADA DO SOL E DO
DISTRITO DO PIMENTAS NA MÍDIA***

3.1 Papel da mídia na produção de estigmas territoriais

De acordo com Thompson (1998), os meios de comunicação começaram a se disseminar na metade do século XVI, embora sua influência na sociedade ainda fosse restrita naquela época. Somente no início do século XIX, com o advento da globalização e da difusão do meio-técnico-científico informacional (Santos, 2006), a mídia hegemônica conseguiu alcançar um público mais amplo e desempenhar um papel significativo na sociedade. Assim, os meios de comunicação (mídia impressa, televisão, internet) passaram a influenciar ideias, debates e atitudes, gerando efeitos psicológicos (Curbet, 2007), pois passaram a ser vistos como fontes confiáveis e verdadeiras, conferindo-lhes um grande poder de persuasão sobre a “opinião pública”, bem como um sentimento de pertencimento entre os telespectadores, ao se identificarem com os conteúdos transmitidos.

A influência nos processos de socialização, na construção de sensibilidades e na percepção dos sujeitos sobre a realidade fez com que a mídia se tornasse uma ferramenta importante para coordenação de ações políticas. Isso porque “ela descreve, contextualiza, dá sentido, mas também julga, orienta o julgamento e a execução dos atos” (Abramo, 2016, p. 16). Dessa forma, a mídia pode ser entendida como uma “produtora da realidade”, pois, ao apresentar os fatos, não apenas os informa, mas também os constrói a partir das representações que projeta. Essa função foi conferida à mídia por meio da legitimidade que a sociedade lhe atribuiu ao longo dos anos (Magrini, 2013).

Sodré (2022), a partir de Mucchielli (2002), pontua que a influência da mídia pode se intensificar ao noticiar temas relacionadas à violência e à criminalidade, uma vez que essas matérias geralmente são carregadas de emoções e cenas dramáticas, isto é, possuem um teor sensacionalista. Esse tipo de abordagem transmite a ideia de uma violência difusa, contribuindo para a construção de um imaginário de medo e de insegurança urbana (Sposito e Góes, 2013; Magrini, 2013; Sodré, 2022). Conforme Carvalho (2024, p. 163), ao relatar crimes violentos, a imprensa frequentemente utiliza estratégias narrativas que reforçam essas percepções de medo e insegurança, empregando um vocabulário de guerra e incorporando a violência como parte da rotina diária das cidades.

Silva (2007), em seus estudos sobre o jornalismo no Rio de Janeiro, ressalta que a visibilidade da violência na grande imprensa não está diretamente relacionada ao aumento de sua ocorrência, mas sim aos impactos que afetam diferentes grupos, segmentos sociais específicos e áreas da cidade. Em outras palavras, a violência se torna

mais visível quando é percebida como uma realidade mais próxima de certas classes sociais.

Nesse sentido, ao definir quais tipos de violência são considerados importantes, as vítimas que receberão destaque e os sujeitos a serem criminalizados (Magrini, 2013), bem como suas imagens veiculadas, os meios de comunicação estabelecem significações que ganham notoriedade e provocam comoção, pois são facilmente reconhecidos pelos telespectadores, reforçando representações sociais previamente estabelecidas, conforme apontam Sposito e Góes (2013, p. 176). A mídia reitera a antiga estratégia de identificar o perigo no “outro”. Ao mesmo tempo, por meio da “seletividade espacial” (Fernandes, 2009), classifica, de forma simplista, determinados locais como seguros e outros como violentos.

O tratamento midiático da violência contribui para a estigmatização (Goffman, 2008; Wacquant, 2006) de pessoas e de seus locais de moradia, além de contribuir para a coconstrução dos fenômenos, resultante da seleção de uma realidade mais ampla, causada pela omissão, voluntária ou involuntária, dos jornalistas, os quais frequentemente coletam dados apenas de uma das partes de um conflito. Sendo assim, os bairros estigmatizados passam a ser retratados como “insalubres e sinistros”, com seus moradores sendo associados à delinquência, tornando-se “universalmente mal afamados por terem sido manchete na mídia” (Bourdieu, 1997, p. 73).

Os meios de comunicação desempenham, portanto, um papel importante na produção e reprodução de discursos estigmatizantes, que acentuam o caráter homogeneizador do estigma territorial, ao utilizarem as práticas de alguns moradores para construir narrativas que rotulam todo o território (Cornejo, 2012). Os bairros mais pobres, além de lidarem diariamente com as questões da criminalidade e com as dificuldades socioeconômicas, são estigmatizados, vistos como locais em que residem sujeitos violentos e perigosos.

Com base nos procedimentos adotados por Silva (2010) e Sodré (2022), procuramos identificar quais tipos de notícias, predominantemente, têm sido veiculadas quando se trata do Jardim Morada do Sol e do Distrito do Pimentas, analisando as mudanças, as permanências e a presença (ou não) de conteúdos que reforçam a estigmatização das áreas. Tendo isso em vista, realizamos o levantamento de reportagens sobre as duas áreas de estudo em jornais com abrangência local e regional.

No caso do Distrito do Pimentas, esse levantamento foi realizado no jornal “Folha Metropolitana”, que se tornou o principal jornal da cidade Guarulhos com a distribuição

de sua primeira edição no desfile de 7 de setembro de 1971⁹. Para o Jardim Morada do Sol, o levantamento foi realizado no jornal “O Imparcial”, publicado desde 1939, na cidade de Presidente Prudente¹⁰. Ambos os jornais têm como característica similar a atuação no âmbito local. O levantamento foi realizado para o período de 2000 a 2023. Porém, devido ao grande volume de reportagens, optamos por levantar e analisar as matérias em intervalos de três em três anos, de 2000 a 2021. Com a intenção de observar notícias mais recentes, incluímos os anos 2022 e 2023, como será mostrado no quadro do subcapítulo posterior.

Como uma forma de identificar a influência e o alcance das notícias veiculadas sobre as duas áreas de estudo em um veículo de grande mídia, também propomos o levantamento no jornal online “G1”, portal criado em 2006, que pertence ao grupo Globo. O *site* é mais recente e não possui acervo completo. Sobre o Distrito do Pimentas, no “G1 São Paulo”, que abrange notícias sobre a área metropolitana de São Paulo, encontramos reportagens dos anos 2015 a 2022. Sobre o Jardim Morada do Sol, foram encontradas no “G1 Presidente Prudente e Região”, que atua em 56 municípios do Oeste Paulista, reportagens de 2016 até 2022.

Dessa forma, foram levantadas todas as notícias veiculadas nos jornais que retratavam, de alguma maneira, as áreas estudadas e destacamos, inicialmente: 1. data de publicação (inclusive o dia da semana); 2. título da notícia; 3. a coluna em que foi publicada; 4. tamanho da matéria; 5. se havia fotos; e 6. resumo do seu conteúdo. Logo em seguida, as notícias foram agrupadas em três grandes temas principais: 1) crime e violência¹¹; 2) infraestrutura¹²; e 3) variedades¹³. Essas reportagens serão analisadas e discutidas no próximo subcapítulo.

⁹ Era então chamado de “Guaru News” e foi fundado pelo empresário e ex-prefeito Paschoal Thomeu (exerceu o cargo no executivo de 1988 a 1992).

¹⁰ Atualmente, “O Imparcial” atua em 28 cidades das 54 que fazem parte da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

¹¹ Consideramos apenas os casos que envolvem: assassinatos (ou tentativa), roubos (seguidos ou não de mortes), furtos, conflitos com lesão corporal, estupro (ou tentativa), brutalidade letal perpetuadas por policiais (denúncia de abuso na condução de prisões), condenações, prisões por tráfico de droga e arma, apreensões de menores em matérias de furto e roubo, sequestro, fugas e dados estatísticos sobre essas temáticas nas áreas (Sodré, 2022). A classificação dos atos violentos tem como base as categorias utilizadas pelos jornalistas na reportagem (Carvalho, 2024).

¹² Foram considerados notícias que se encaixam na categoria de infraestrutura, questões relacionadas a reformas, inaugurações, reclamações por falta de manutenção de hospitais; escolas etc. como a denúncia da ausência ou precariedade dos serviços

¹³ São considerados notícias que se classificam como variedades, aquelas que envolvem divulgação de eventos e ações culturais, esportivos etc.

3.2 Os discursos jornalísticos e sua influência na estigmatização do Distrito do Pimentas (Guarulhos)

Como foi introduzido no tópico anterior, levantamos reportagens relacionadas ao Distrito do Pimentas em dois jornais: o “Folha Metropolitana”¹⁴ (Quadro 1) e o portal “G1 - Globo” (Quadro 2). Nota-se nos quadros 1 e 2 que, em ambos os jornais, predominam reportagens sobre crime e violência relacionados ao Pimentas. De 154 notícias encontradas na “Folha Metropolitana”, 63 (40%) são sobre essa temática; 59 (38%) sobre infraestruturas; e 32 (21%) sobre variedades. Enquanto no portal do G1, das 22 reportagens encontradas, 18 (81%) são sobre crime e violência; 3 (14%) sobre infraestrutura; e 1 (5%) sobre variedades.

Ao analisarmos a quantidade de reportagens levantadas por ano no jornal “Folha Metropolitana”, o ano de 2000 se destaca com maior número de notícias (em termos absolutos): de 39 encontradas, 32 são sobre crime e violência. Em seguida, temos o ano 2009, com um total de 19 notícias sobre o Pimentas, sendo que 9 são relacionados a essa temática. A maioria delas estão publicadas nas colunas “Geral” e “Cidades”, com exceção do ano 2000, que tem uma coluna específica para essa temática, a “Policial”, que ao longo dos anos deixou de existir.

Quadro 1. Notícias do jornal “Folha Metropolitana” publicadas sobre o Distrito do Pimentas (2000 - 2023): temas principais

Ano de publicação	Número de notícias: "Folha Metropolitana"	Crime e Violência	Infraestrutura	Variedades
2000	39	32	7	0
2003	21	5	12	4
2006	19	1	13	5
2009	19	9	6	4
2018	22	7	11	4
2021	8	4	2	2
2022	16	4	4	8
2023	10	1	4	5
Total	154	63 (40%)	59 (38%)	32 (21%)

Elaboração: Cruz, 2023

¹⁴ Com a disponibilidade das edições de forma impressa e online, foi realizado o levantamento das reportagens dos exemplares impressos das edições que circularam entre 2000 a 2009, e de forma online, de 2018 a 2023. A edições de 2012 a 2017 encontram-se indisponíveis para acesso no site do jornal, portanto, nesse intervalo, o levantamento foi interrompido.

Já no portal “G1”, apesar do pequeno volume de notícias encontradas, se compararmos com a “Folha Metropolitana”, a quantidade de reportagens sobre crime e violência é predominante em todos os anos, com exceção de 2019, com apenas uma reportagem que trata sobre “variedades”. Nesse sentido, destacamos o ano de 2018 com o maior número de notícias de crime e violência, com seis, seguido de 2016, com três. Elas estão publicadas nas editorias “G1 São Paulo”, “SP1 e SP2 – São Paulo”, “Bom dia SP”, “G1 – Mogi das Cruzes e Suzano” e “G1 – Vale do Paraíba e Região”, revelando-nos o alcance das notícias relacionadas ao Distrito do Pimentas.

Quadro 2. Notícias do jornal “G1” publicadas sobre o Distrito do Pimentas (2015 - 2022): temas principais

Ano de publicação	Número de notícias: G1	Crime e violência	Infraestrutura	Variedades
2015	3	2	1	0
2016	3	3	0	0
2017	3	2	1	0
2018	7	6	1	0
2019	1	0	0	1
2020	2	2	0	0
2021	2	2	0	0
2022	1	1	0	0
Total	22	18 (81%)	3 (14%)	1 (5%)

Elaboração: Cruz, 2023

É exemplar a reportagem “Fórum de Segurança pede policiamento no Pimentas: O bairro é um dos mais violentos de Guarulhos, com registro de altas taxas de homicídios, roubos e tráfico de drogas” (Figura 3), que acrescenta: “a falta de equipamentos, viaturas e efetivo policial contribuem para aumentar ainda mais o problema”. Esse enunciado é complementado pela fala do presidente do Conselho de Segurança Comunitária (CONSEG) do Pimentas, que propôs essa reunião: “estamos totalmente desarmados e pretendemos conquistar alguns benefícios com este Fórum”. Em outro momento dessa reportagem, o presidente do Fórum comentou que o maior problema do Pimentas é o alto índice de usuários de drogas. Mas essa afirmação foi refutada, no parágrafo anterior, pelos dizeres: “Porém, uma amostragem do 4º DP (Jardim Angélica II), mostra que a história é um pouco diferente”. Ou seja, segundo a reportagem, a polícia indica que o homicídio é o maior problema da região, seguido do roubo de veículo.

As frases “bairro mais violento” e “população pede mais policiamento”, juntamente com os depoimentos de autoridades, como o presidente do CONSEG, e de dados de uma amostra do departamento de polícia, que apontam os maiores problemas de violência da área, contribuem para a construção de uma narrativa alarmante, favorecendo a aprovação, pelo público que acessa o jornal, de ações repressivas mais severas.

Figura 3 – “Fórum de Segurança pede policiamento no Pimentas”



Fonte: Folha Metropolitana, 06/05/2000.

Essa narrativa está presente também na reportagem “Ladrão é baleado e preso após tentar assaltar igreja” (Figura 4), publicada meses depois. Logo abaixo do título, nos deparamos com uma síntese do seu conteúdo: “Após arrombar o templo, o ladrão foi detido ao tentar levar um computador, um aparelho de som e um ferro elétrico”. Nota-se que, além de o ocorrido gerar comoção por se tratar de um assalto a uma igreja, a síntese apresentada descreve o ato violento desde a entrada no templo, a partir de um “arrombamento”, até a tentativa de furto de computadores, entre outros objetos.

Diante disso, para complementar a reportagem, temos uma nota intitulada “Comunidade pede mais segurança” (Figura 5), pois “a violência chamou atenção dos vizinhos da igreja, que mantém a comunidade envolvida com trabalhos sociais”. Embora não quisessem se identificar, “as pessoas se manifestam sobre o aumento da violência e

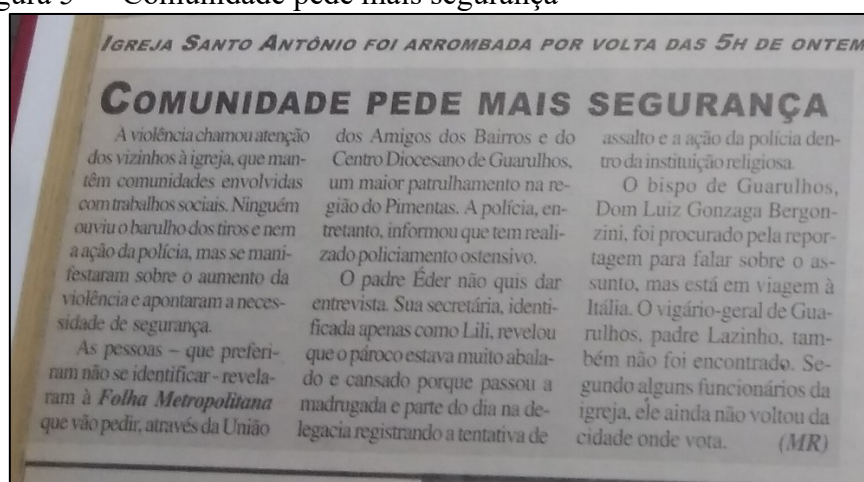
apontaram a necessidade de segurança”, reivindicando mais patrulhamento na região do Pimentas. Diferentemente da reportagem anterior, esta utiliza não apenas o apelo da população para sustentar o imaginário de que o Pimentas é uma área muito violenta, mas também menciona a versão dos policiais (“relatam que têm realizado policiamento ostensivo”).

Figura 4 – “Ladrão é baleado e preso após tentar assaltar igreja”



Fonte: Folha Metropolitana, 03/10/2000.

Figura 5 – “Comunidade pede mais segurança”



Fonte: Folha Metropolitana, 03/10/2000.

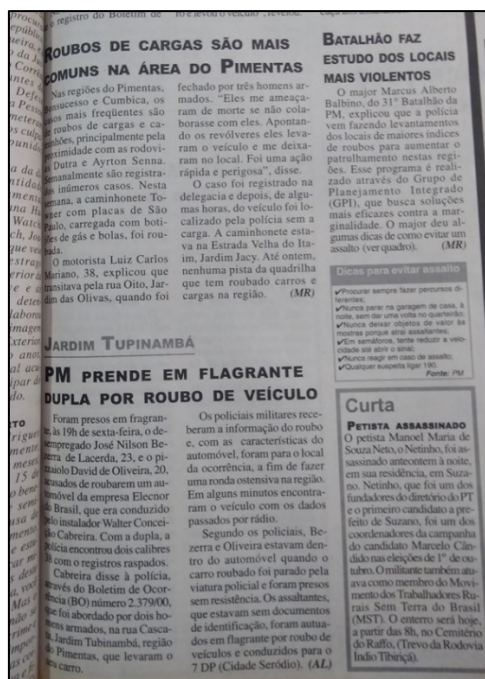
Já na reportagem “Roubos de cargas são mais comuns na área do Pimentas” (Figura 6), publicada também no ano 2000, o título indica que a área é onde geralmente

ocorre o maior número de casos de roubo de cargas em comparação com outras áreas. Porém, no início da notícia, observa-se que não se trata apenas do Pimentas, mas também de outras regiões, como Bonsucesso e Cumbica. Além da reportagem contar com o depoimento, de modo sintético, de uma vítima que teve seu caminhão roubado no Pimentas, logo abaixo há outra reportagem: “PM prende em flagrante dupla por roubo de veículo”, que trata também de outro roubo no Pimentas. Ao frisar apenas o Pimentas no título e nos casos de roubos, contribui-se para reforçar a mensagem de que apenas nessa área esses crimes são comuns, provocando uma generalização sobre as áreas próximas e desconsiderando a pluralidade que as caracteriza.

Essa mesma generalização é observada na reportagem “Família de caminhoneiro do Ceará é feito refém em Guarulhos” (Figura 7), exibida em 2020 no telejornal "Bom Dia SP". Diferentemente do caso anterior, o Pimentas não é mencionado no título, pois o telejornal opta por se referir apenas à cidade de Guarulhos, conforme mostra a Figura 7. Assim como na outra reportagem, trata-se de um roubo de carga. No entanto, a cobertura faz uso de um apelo emocional, ao enfatizar que a vítima era uma família do Ceará, composta por um casal e uma criança de dois anos, e que o caminhoneiro, com 26 anos de carreira, costumava ser acompanhado pela família no final do ano. Elementos como o aniversário recente da filha aumentam o impacto do acontecimento, mas também ajudam a perpetuar a imagem do Pimentas como um local propenso a roubos de carga, ao destacar que o crime ocorreu especificamente no bairro, sem contextualizar e considerar os riscos inerentes à profissão de caminhoneiro, frequentemente alvo desse tipo de crime¹⁵.

Figura 6 – “Roubos de cargas são mais comuns na área do Pimentas”

¹⁵ <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/brasil-registra-mais-de-17-mil-roubos-de-carga-em-2023>



Fonte: Folha Metropolitana, 08/10/2000.

Figura 7 – “Família de caminhoneiro do Ceará é feita refém em Guarulhos”



Fonte: G1 São Paulo, 15/12/2020.

A constante associação do Pimentas com a violência e o crime pela mídia também se manifesta em reportagens especiais, como as comemorativas do aniversário de Guarulhos. Um exemplo disso é a matéria com o tema “Guarulhos 466 anos”, que aborda as características de diferentes bairros da cidade. Nesse contexto, o Pimentas é destacado tanto por abrigar o único alambique de Guarulhos quanto por seu crescente número de

habitantes, conforme a reportagem “Pimentas tem maior número de habitantes” (Figura 8). Na matéria, uma entrevista com o presidente da Sociedade Amigos de Bairro do Pimentas e sua esposa, que nasceu na região, destaca as melhorias recentes com a chegada de serviços públicos essenciais, como escolas, postos de saúde, transporte e iluminação pública.

No entanto, a comparação entre o "antes" e o "depois" do crescimento populacional aparece também na discussão sobre a segurança do bairro. A segunda parte da reportagem traz o título “Falta de segurança chegou com os loteamentos”, reforçado pelo enunciado “Aumento da população trouxe outros problemas para o bairro” (Figura 9). Os entrevistados comentam que, com o aumento da população, surgiram novos desafios, como a falta de hospitais, escolas, transporte e, principalmente, segurança. O presidente da Sociedade Amigos de Bairro do Pimentas, na época, afirmou: “O aumento da população, com falta de escolas, transporte e empregos, contribui para o surgimento da violência no Pimentas.”

Figura 8 – “Pimentas tem maior número de habitantes”



Fonte: Folha Metropolitana, 08/12/2006.

Figura 9 – “Falta de segurança chegou com os loteamentos”



Fonte: Folha Metropolitana, 08/12/2006.

A matéria tende a generalizar, associando o aumento da criminalidade ao crescimento populacional, como se a chegada de novos moradores fosse a principal causa para esse fenômeno. Essa abordagem negligencia outros fatores estruturais que são importantes, como a desigualdade social e econômica, que não são destacadas na reportagem. Embora o tema da violência seja abordado de maneira breve, o destaque dado a seu título reforça sua importância, quando se trata do Pimentas. Ao mesmo tempo, essa temática recebe destaque de maneiras variadas na mídia, como na reportagem “Polícia investiga três mortes durante baile Funk no bairro do Pimentas”, que, apesar da gravidade do caso, aparece discretamente na primeira página da edição, com uma descrição muito resumida do ocorrido (Figura 10), ambos sinalizados por uma linha na cor vermelha.

Figura 10 – “Polícia investiga três mortes durante baile Funk no bairro do Pimentas”



Fonte: Folha Metropolitana, 20/11/2018.

Esse caso também foi coberto pelo portal G1 e pelo telejornal SP2, com o título “Baile Funk que terminou com 3 mortes em Guarulhos não tinha autorização da prefeitura” (Figura 11)¹⁶. Embora o local exato do ocorrido não seja mencionado no título dessa reportagem, o corpo do texto revela que se tratava do bairro do Pimentas. Mesmo com a gravidade do caso, que resultou na morte de três moradores, o destaque é dado à “falta de autorização do baile pela prefeitura”. Neste sentido, o título da matéria confere um aspecto negativo ao evento e desvia a atenção da tragédia, pontuando questões formais, o que reforça uma visão de desordem e informalidade. Essa perspectiva fica ainda mais evidente ao mencionar que os policiais foram “chamados por moradores que reclamaram do barulho da festa”, destacando o problema como perturbação da ordem, minimizando o impacto da tragédia ocorrida.

Figura 11 – “Baile Funk que terminou com 3 mortes em Guarulhos não tinha autorização da prefeitura”

¹⁶<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/11/20/baile-funk-que-terminou-com-3-mortes-em-guarulhos-nao-tinha-autorizacao-da-prefeitura.ghtml>



Fonte: G1 São Paulo, 20/11/2018.

Na reportagem “Operação policial cumpre 29 mandados de prisão contra traficantes na Grande SP”¹⁷ (Figura 12), do portal G1, embora o texto mencione que a operação ocorreu tanto no bairro do Pimentas quanto no centro de Guarulhos, o vídeo correspondente foca exclusivamente no primeiro. Essa estratégia de visibilidade direcionada contribui para reforçar uma narrativa que associa o Pimentas à criminalidade, enquanto crimes e operações em outras áreas da cidade, como o centro, recebem uma cobertura menos expressiva ou são omitidos visualmente.

Outro exemplo que reforça a imagem do Pimentas como um lugar violento e perigoso é a reportagem: "Homens são presos após se passarem por policiais para invadir apartamento e sequestrar casal em Mogi das Cruzes", publicada em 2022, na editoria do G1 de Mogi das Cruzes e Suzano (Figura 13). Embora o sequestro tenha ocorrido em Mogi das Cruzes, o bairro do Pimentas é mencionado como o local onde a mulher sequestrada foi libertada. Assim, o Pimentas aparece como o ponto final de atividades criminosas, sem qualquer contextualização sobre a relação dos acusados com o bairro, contribuindo para a perpetuação de sua associação com a criminalidade.

¹⁷<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/operacao-policial-cumpre-29-mandados-de-prisao-contra-trafficantes-na-grande-sp.ghml>

Figura 12 - “Operação policial cumpre 29 mandados de prisão contra traficantes na Grande SP”



Fonte: G1 São Paulo, 28/06/2017.

Figura 13 - “Homens são presos após se passarem por policiais para invadir apartamento e sequestrar casal em Mogi das Cruzes”



Fonte: G1 São Paulo, 16/11/2022.

A ausência de adjetivos como “perigoso” e “violento”, constantemente associado ao Distrito do Pimentas e seus moradores, não significa que essas reportagens não atuem na produção do estigma territorial. A predominância dessa temática ajuda a formar uma imagem de área perigosa e violenta, porém de forma velada. Entretanto, nos últimos anos,

houve uma diminuição significativa no número de reportagens publicadas sobre casos de crime e violência no Pimentas.

O estigma ligado ao bairro, contudo, persiste, como revelam as entrevistas realizadas. Esse estigma está fundamentado em acontecimentos passados, que consolidaram o imaginário de perigo e violência associado ao Pimentas. Embora o número de reportagens tenha diminuído, seu conteúdo ainda reforça tal visão negativa por meio de recursos linguísticos e narrativas que direcionam, reforçam e destacam uma mensagem que busca influenciar a percepção dos leitores (Carvalho, 2024). Não podemos, porém, deixar de reconhecer a atuação dos meios de comunicação na publicação de notícias que abordam os problemas de infraestrutura no Pimentas, funcionando como um canal de intermediação entre os moradores e as autoridades responsáveis pela sua resolução.

3.3 Estigmatização do Jardim Morada do Sol: Uma análise dos discursos jornalísticos

Grande parte das notícias que têm como tema central a violência e a criminalidade, veiculadas pelas grandes mídias das metrópoles, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo pelos telejornais, são assistidas por moradores de outras localidades. Diante disso, qual a influência e a relevância que as mídias regionais e locais exercem sobre as periferias de uma cidade média? Elas ajudam a produzir e reafirmar estigmas territoriais em cidades médias?

Buscando responder a essas questões e identificando a presença (ou não) de conteúdos estigmatizantes, além de mudanças e permanências, para o Jardim Morada do Sol, como escrito anteriormente, o levantamento foi realizado no jornal “O Imparcial”, publicado desde 1939 na cidade de Presidente Prudente. Por dispor de acervo, realizamos um levantamento do período de 2000 a 2023. Como podemos observar no Quadro 3, foram encontradas, no total, 59 reportagens que tratam do bairro, sendo que 33 (56%) tratam de crime e violência; 9 (15%) sobre infraestrutura; e 17 sobre variedades (29%). Nos anos de 2000 e 2003 encontramos a maior quantidade de notícias de crime e violência, com oito, seguido de 2009, com seis. Nos anos 2015 e 2023 não encontramos nenhuma reportagem sobre a temática. Já em 2021 e 2022, foi publicado o maior número de reportagens relacionadas à temática de variedades.

Quadro 3. Notícias do jornal “O Imparcial” sobre o Jardim Morada do Sol (2000 - 2023): temas principais

Ano de publicação	Número de notícias: "O Imparcial"	Crime e violência	Infraestrutura	Variedades
2000	9	8	1	0
2003	8	8	0	0
2006	3	2	1	0
2009	9	6	2	1
2012	6	4	0	2
2015	4	0	1	3
2018	4	3	0	1
2021	6	1	1	4
2022	9	1	2	6
2023	1	0	1	0
Total	59	33 (56%)	9 (15%)	17(29%)

Elaboração: Cruz, 2023

Como no caso do Distrito do Pimentas, também buscamos reportagens sobre o Jardim Morada do Sol no portal G1. Nesse caso, encontramos notícias sobre o bairro no portal de 2016 até 2022, conforme mostra o Quadro 4. A maioria das matérias publicadas também estão relacionadas à temática de crime e violência: 18 (81%) do total de 22 reportagens. 2018 se destaca com a maior quantidade de reportagens (sete), seguido de 2022, com cinco. Enquanto nos anos de 2017 e 2019 encontramos apenas uma reportagem e nenhuma em 2016.

Quadro 4. Notícias do jornal “G1” sobre o Jardim Morada do Sol (2016 - 2022): temas principais

Ano de publicação	Número de notícias: G1	Crime e violência	Infraestrutura	Variedades
2016	1	0	0	1
2017	1	1	0	0
2018	8	7	1	0
2019	2	1	1	0
2020	2	2	0	0
2021	2	2	0	0
2022	6	5	1	0
Total	22	18 (81%)	3 (14%)	1 (5%)

Elaboração: Cruz, 2023.

A reportagem “Recapturado condenado há 12 anos” (Figura 14), publicada em 2000, relata a prisão de um homem condenado por furtos em São Paulo, encontrado no Jardim Morada do Sol, anteriormente conhecido como "Jardim Morada Nova", onde vivia com uma identidade falsa. Embora a matéria não esclareça a conexão do acusado com o bairro nem os motivos de sua escolha para residir ali, o Jardim Morada do Sol é retratado como um refúgio para foragidos da Justiça, uma narrativa reforçada por outras reportagens publicadas naquele mesmo ano. Mesmo no caso em questão, no qual a verdadeira identidade do acusado foi ocultada por documentos falsos, o bairro e seus moradores acabam sendo vinculados a atividades criminosas.

Figura 14 – “Recapturado condenado há 12 anos”

B 2 cidades quinta-feira, 5 de outubro de 2000 O IMPARCIAL

Recapturado condenado há 12 anos

Ronildo Flauzino Paulo disse que se casou, e não cometeu mais nenhum crime nos últimos 12 anos

Mário Araújo

Policiais da Delegacia de Investigações Gerais (DIG), comandados pelo delegado Marcos Antonio Scalante Fogolin, prenderam, na manhã de ontem, Ronildo Flauzino Paulo, de 28 anos. Ele foi preso em flagrante, por estar usando documento falso, em nome de Emerson Viana. A prisão aconteceu no Jardim Morada Nova zona norte de Presidente Prudente. Paulo está condenado a 12 anos, por assaltos em São Paulo. Ele fugiu na Penitenciária do Tremembé, na capital paulista, no início deste ano.

Paulo contou à reportagem, que cumpria mais de dois anos de sua pena. "Me casei e saí fora do crime. Precisei usar o documento falso, pois sabia que iria ser parado pela polícia", afirmou. Segundo a polícia, Paulo adquiriu a Certidão de Nascimento, em nome de Emerson Viana, na Praça da Sé, em São Paulo, pagando R\$ 20,00, pelo documento. Paulo é suspeito de praticar assaltos na região. Porém Paulo negou qualquer prática criminosa.

Na cidade, Paulo foi flagrado por uso de documento falsificado

CONFISSÃO - Quando de sua prisão, os policiais da DIG, apreenderam um seu diário pessoal. O que chamou a atenção, foi que ele costumava escrever, diariamente, parte de seus pensamentos. Em quase todas as páginas, encontrava-se a esposa e dizia que tentava "bolar" uma forma de tudo que acontecer vai ser muito mais simples...". Com esta frase, a polícia acredita, que neste dia (26 de fevereiro), Paulo tenha praticado algum assalto.

Vereador **Gelson Venério**

Dona Ana prega união entre vereadores de PP

Luiz Saint'Clair

A professora Ana Cardoso Maia de Oliveira Lima obteve uma votação histórica para o cargo de vereadora em Presidente Prudente. Candidata pelo PMDB, ela foi eleita, no último domingo, com 5.594 votos. A votação

Preso acusado de assalto ao Banespa

Mário Araújo

Policiais da Delegacia de Investigações Gerais (DIG), prenderam, na manhã de ontem, Ronildo Flauzino Paulo, de 28 anos. Ele foi preso em flagrante, por estar usando documento falso, em nome de Emerson Viana. A prisão aconteceu no Jardim Morada Nova zona norte de Presidente Prudente. Paulo está condenado a 12 anos, por assaltos em São Paulo. Ele fugiu na Penitenciária do Tremembé, na capital paulista, no início deste ano.

II Outubro Jurídico da OAB de Prudente no ano da cidadania

Foi aberto ontem às 20h na Casa do Advogado de Prudente às 20h na Casa do Advogado, "Ética Profissional - O Advogado"

Fonte: O Imparcial, 05/10/2000.

Algo semelhante ocorreu na reportagem "Polícia prende acusado de furtar 40 kg de cabos", como mostra na Figura 15. A reportagem trata de um homem, residente de Cubatão (SP), que foi preso por furtar cabos telefônicos em Presidente Prudente. Descreveu-se, na matéria, que ele estava "na cidade visitando parentes no bairro Km 7". Embora o caso não tenha ocorrido no Jardim Morada do Sol nem o acusado seja morador do bairro, a menção ao local onde foi encontrado contribuiu, ainda que indiretamente, para uma associação entre o Jardim Morada do Sol e as práticas criminosas, sugerindo uma possível convivência de seus moradores com esse tipo de crime.

Além disso, o uso da denominação "Km7", ao se referir ao Jardim Morada do Sol, agrava essa associação. Como apontam Silva (2005), Cross (2008) e Torrezan (2014), e foi reiterado pelos moradores entrevistados nesta pesquisa, o termo "Km7" carrega uma representação negativa e depreciativa. Esse termo foi amplamente utilizado na fase de formação do bairro, associando-o a aspectos como a distância, o perigo e a violência. Por isso, moradores demandam e lutam para desassociá-lo do bairro.

Figura 15 - "Polícia prende acusado de furtar 40 kg de cabos"



Fonte: O Imparcial, 30/05/2006.

Na reportagem publicada na coluna “Síntese Policial”, no subitem “Morada do Sol”, o texto descreve um homicídio ocorrido no Jardim Morada do Sol e detalha o processo de identificação do acusado, que foi preso em Presidente Venceslau¹⁸. Embora seja uma matéria curta, ela inclui informações detalhadas sobre como o suspeito foi descoberto - ele teria comentado o crime com uma namorada, e alguém que ouviu a conversa acionou a Polícia Militar, que efetuou a prisão. Além disso, fornece o endereço exato do crime, o número de tiros disparados, os ferimentos e a relação entre os envolvidos, como mostra a Figura 16. Meses depois, uma nova reportagem intitulada “Homem é assassinado a tiros no Morada do Sol” (Figura 17), trata do mesmo assunto, com mais detalhes sobre o caso, incluindo nomes dos pais e fotos dos envolvidos.

Figura 16 – “Morada do Sol”

¹⁸ Município do Estado de São Paulo que fica há aproximadamente 57 km de distância de Presidente Prudente.



Fonte: O Imparcial, 11/09/2003.

Figura 17 – “Homem é assassinado a tiros no Morada do Sol”



Fonte: O Imparcial, 09/11/2003

O detalhamento dos crimes ocorridos no Jardim Morada do Sol aparece também em outros momentos, como nas reportagens intituladas “DIG esclarece homicídio no

Jardim Morada Nova”, publicada em 2000, “DIG esclarece crime que ocorreu dia 25 no Km7” e “Esclarecido crime do Jardim Morada Nova”, ambas de 2003. A adoção da expressão “Esclarecimento” nos títulos das reportagens transmite uma ideia de controle sobre a violência, uma vez que os casos são apresentados como resolvidos e minuciosamente descritos. Assim, a escolha de enfatizar a localização e os detalhes dos crimes reforça a imagem do Jardim Morada do Sol como um espaço marcado pela violência, contribuindo para a perpetuação de estigmas territoriais

Outro aspecto relevante nesta análise é a frequência e a repercussão de algumas reportagens sobre o Jardim Morada do Sol na mídia. Um exemplo é a matéria intitulada “Rapaz é internado em estado grave após ser alvejado com seis tiros em via do Jardim Morada do Sol”¹⁹ (Figura 18). A reportagem relata que “a Polícia Militar foi acionada para atender a uma tentativa de homicídio; no entanto, a vítima já havia sido levada ao hospital em seu próprio veículo. Ao chegar ao local, os policiais encontraram apenas marcas de sangue na rua e na calçada, e então comunicaram a Polícia Civil e acionaram a perícia da Polícia Científica.”

No dia seguinte, uma nova matéria foi publicada, focando no estado de saúde da vítima, com o título “Com projétil alojado na coluna, rapaz alvejado com seis tiros segue internado em estado grave”²⁰ (Figura 19). Além de reiterar que os policiais encontraram “marcas de sangue na rua e na calçada”, no título da reportagem, enfatizou-se que um dos tiros atingiu a coluna da vítima, justificando seu estado crítico. Posteriormente, neste mesmo ano, um desdobramento das investigações foi divulgado na reportagem “Suspeito de tentar matar rapaz no Jardim Morada do Sol é preso pela polícia civil”²¹ (Figura 20), abordando a prisão do suspeito, que também residia no Jardim Morada do Sol. Nesta matéria, além de relembrar os detalhes do ocorrido, apresentou-se a motivação dos disparos, conforme informado por um delegado.

Figura 18 – “Rapaz é internado em estado grave após ser alvejado com seis tiros em via do Jardim Morada do Sol”

¹⁹<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/rapaz-fica-em-estado-grave-apos-ser-alvejado-com-seis-tiros-em-via-do-jardim-morada-do-sol.ghtml>

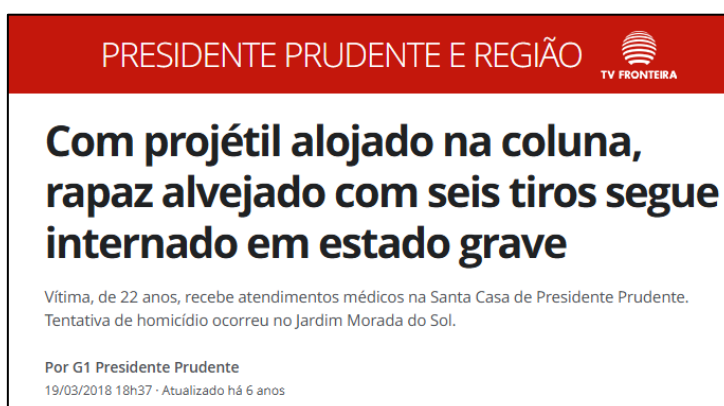
²⁰<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/com-projetoil-alojado-na-coluna-rapaz-alvejado-com-seis-tiros-segue-internado-em-estado-grave.ghtml>

²¹<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/suspeito-de-tentar-matar-rapaz-no-jardim-morada-do-sol-e-presos-pela-policia-civil.ghtml>



Fonte: G1 Presidente Prudente, 18/03/2018.

Figura 19 – “Com projétil alojado na coluna, rapaz alvejado com seis tiros segue internado em estado grave”



Fonte: G1 Presidente Prudente, 19/03/2018.

Figura 20 – “Suspeito de tentar matar rapaz no Jardim Morada do Sol é preso pela polícia civil”



Fonte: G1 Presidente Prudente, 22/03/2018.

A utilização de termos como “alvejado”, juntamente com o constante destaque ao local do ocorrido, especialmente às marcas de sangue encontradas na rua e na calçada do

Jardim Morada do Sol nas três reportagens, contribui para capturar a atenção do público, acentuando o agravamento do caso. Esse padrão também se repetiu em outro caso que mereceu grande cobertura pela grande mídia, na reportagem: “Pais são presos em flagrante por morte de bebê de 2 meses em Presidente Prudente; laudo aponta asfixia mecânica e politraumatismo na criança”²² (Figura 21). Observa-se que, já no título da notícia há informações sobre quem foram aqueles que cometeram o crime (“pais”), quem é a vítima (“bebê de 2 meses”) e o que aconteceu com a vítima (“asfixia mecânica e politraumatismo”). Na reportagem, há mais detalhes sobre o estado da vítima, baseados em depoimentos de policiais, delegados e até pronunciamento da prefeitura de Presidente Prudente sobre o caso.

A ênfase em como a vítima foi encontrada, com maior ou menor grau de dramatização, é uma estratégia linguística que busca intensificar a violência narrada (Dias, 2008) e captar a atenção do leitor, especialmente na ausência de imagens do ocorrido (Carvalho, 2024, p. 136). O desdobramento dessa notícia foi registrado em mais duas reportagens: “Pai e mãe acusados de torturar e matar o próprio filho, um bebê de apenas dois meses de vida, vão a júri popular nesta quarta-feira”²³ (Figura 22) e “Pai é condenado a 36 anos de prisão e mãe a mais de 20 anos por morte de bebê de apenas dois meses de vida”²⁴ (Figura 23).

Figura 21 – “Pais são presos em flagrante por morte de bebê de 2 meses em Presidente Prudente; laudo aponta asfixia mecânica e politraumatismo na criança”

²²<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2021/05/21/pais-sao-presos-em-flagrante-por-morte-de-bebe-de-2-meses-em-presidente-prudente-laudo-aponta-asfixia-mecanica-e-politraumatismo-na-crianca.ghtml>

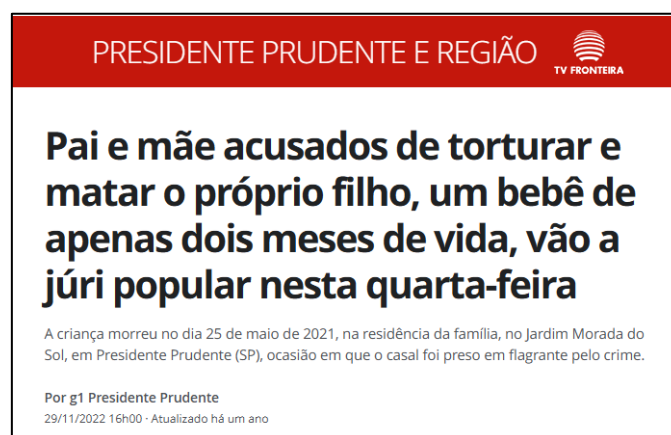
²³<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2022/11/29/pai-e-mae-acusados-de-torturar-e-matar-o-proprio-filho-um-bebe-de-apenas-dois-meses-de-vida-va-a-juri-popular-nesta-quarta-feira.ghtml>

²⁴<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2022/12/01/pai-e-condenado-a-36-anos-de-prisao-e-mae-a-mais-de-20-anos-por-morte-de-bebe-de-apenas-dois-meses-de-vida.ghtml>



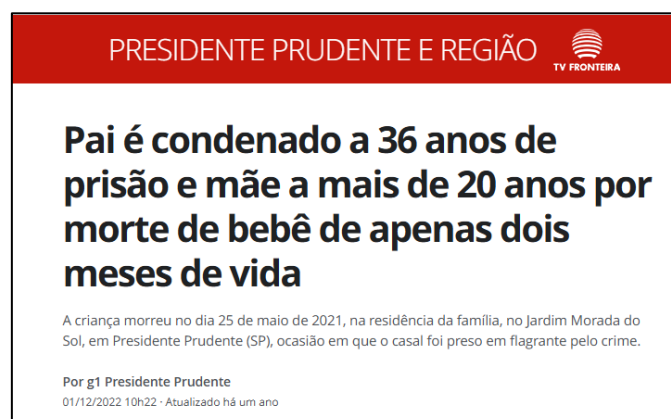
Fonte: G1 Presidente Prudente, 21/05/2021.

Figura 22 – “Pai e mãe acusados de torturar e matar o próprio filho, um bebê de apenas dois meses de vida, vão a júri popular nesta quarta-feira”



Fonte: G1 Presidente Prudente, 29/11/2022.

Figura 23 - “Pai é condenado a 36 anos de prisão e mãe a mais de 20 anos por morte de bebê de apenas dois meses de vida



Fonte: G1 Presidente Prudente, 01/12/2022.

Carvalho (2024) observa que esse tipo de cobertura jornalística se caracteriza por um enquadramento sensacionalista da violência urbana, marcada por uma abordagem voltada ao impacto emocional. A narrativa enfatiza aspectos gráficos do crime, apresentando minúcias da violência como se cada detalhe fosse essencial ao leitor, criando uma conexão emocional com o ocorrido e transformando o crime em um espetáculo. Em vez de problematizar ou contextualizar a questão da violência, a reportagem se concentra em expor os personagens e os detalhes do acontecimento. Essas sequências de reportagens evidenciam como a mídia se concentra em eventos violentos, promovendo um ciclo de notícias que mantém a atenção do público em torno do tema, ao mesmo tempo em que reforça representações negativas ao Jardim Morada do Sol e do Distrito do Pimentas.

Observa-se que as notícias sobre crimes e violência predominaram nas reportagens sobre o Distrito do Pimentas e o Jardim Morada do Sol, especialmente em jornais locais como a Folha Metropolitana e O Imparcial, havendo uma concentração maior desses temas nos anos iniciais da década de 2000, com destaque para o ano de 2000. Apesar das mudanças significativas em termos de quantidade e frequência das coberturas e publicações sobre crime e violência, sobretudo nos anos mais recentes dos jornais locais e do portal G1 de São Paulo e Presidente Prudente, as representações sobre as duas áreas periféricas pesquisadas tenderam a ser marcadas pela “fama” de violentas e perigosas, como evidenciado nas entrevistas.

Tal “fama” se perpetua e permanece no tempo e no espaço, revelando que “a natureza persistente de um estigma só pode ser apreendida vinculando-o a relações de dominação e poder, pois através delas pode ser imposto até mesmo a quem o sofre” (Kessler, 2012, p.179). Isso influencia a percepção e as práticas dos cidadãos, indicando, de forma indireta ou direta, “locais perigosos a serem evitados” e “sujeitos perigosos de que se proteger”. Reforça-se, assim, a estratégia de evitação dessas áreas no cotidiano (Sposito e Góes, 2013, p. 175). Aspectos como cultura, esporte, economias e as dificuldades cotidianas desses locais são raramente abordados na mídia (Ramos; Paiva, 2007, p. 77 *apud* Carvalho, 2024, p. 185). Dessa forma, tais representações veiculadas pelos meios de comunicação repercutem no processo de segregação socioespacial, sobretudo na sua dimensão subjetiva, isto é, na produção e reprodução de estigmas territoriais (Saraví, 2008; Sposito e Góes, 2013).

CAPÍTULO 4

OS QUE ESTIGMATIZAM E OS ESTIGMATIZADOS DE DUAS PERIFERIAS: PARTICULARIDADES E SINGULARIDADES

A análise do estigma territorial baseia-se em procedimentos qualitativos, como as entrevistas, com a intenção de captar discursos e representações sobre o Distrito do Pimentas e o Jardim Morada do sol que têm impacto sobre o cotidiano dos moradores dessas áreas. As entrevistas desempenham, portanto, um papel fundamental nesta pesquisa, tendo em vista não apenas a produção de informações e representações, mas também a “enunciação de experiências e visões, como é próprio da pesquisa qualitativa, tendo como foco as interações humanas, com todos os seus humores, temores, enfim, com toda intromissão da subjetividade de sujeitos em interação” (FragUrb, 2018, p.32), nos depoimentos e descrições de fatos, experiências e práticas cotidianas dos moradores dos dois espaços periféricos, relacionados ao estigma territorial.

Também são importantes, contudo, os discursos reproduzidos sobre as duas áreas de estudo pelos cidadãos que residem em outros espaços urbanos de Guarulhos e de Presidente Prudente. Esse é o foco deste tópico, elaborado com base em entrevistas realizadas pela equipe do Projeto Temático FragUrb.

4.1 O olhar dos moradores do centro de Guarulhos sobre o Pimentas

Moradora do bairro Camargo, próximo ao centro de Guarulhos, Regina Célia²⁵ considera que ele é seguro, diferenciando-o das periferias dessa cidade, consideradas mais perigosas, razão pela qual sente “receio” dessas áreas. Descreve o Distrito do Pimentas como uma área grande, abandonada e onde não gostaria de morar: “Eu vejo falar que tem muita violência, eu acho que não moraria. Sei lá, Deus é que sabe, mas não seria uma escolha”. Além disso, a distância em relação ao centro da cidade também constitui um elemento para evitação dessa área: “Aí fica difícil a condução, é trânsito...”.

Já Marilda²⁶ acredita que Guarulhos é uma cidade insegura, uma vez que existem bairros que são perigosos. Assim, para ela, “se aqui no centro a gente já se sente inseguro, imagine nesses bairros afastados”. No seu imaginário, os moradores dessas áreas afastadas sofrem com problemas de mobilidade e com a violência cotidianamente:

eu acho que as pessoas estão entregues..., muito assalto, eu acho que é muito difícil. As pessoas devem ter que sair de madrugada para trabalhar, eu acho que deve ser bem difícil. Bem perigoso mesmo (Marilda)

²⁵ Entrevista realizada em abril de 2022, pela equipe FragUrb, via Google Meet. A entrevistada tem 67 anos e é servidora pública estadual aposentada.

²⁶ Entrevista realizada em março de 2021, pela equipe FragUrb, via Google Meet. Ela tem 59 anos, mora no Jardim Zaíra e era funcionária do Metrô de São Paulo.

Assim como Marilda, André²⁷ também considera Guarulhos uma cidade insegura. Ele comenta que seu irmão e seus amigos dizem que seu bairro – Cidade Maia, considerado de alto padrão e localizado próximo ao centro da cidade - é perigoso, principalmente durante a noite. Mas ele acredita que “ser perigoso” é um problema da cidade: “eu vejo gente de vários lugares de Guarulhos falando isso... não só a falta de opções de entretenimento para minha idade, mas também tem um pouco disso, de ser um pouquinho perigoso”. André identifica alguns bairros conhecidos por serem perigosos, como Jardim Bom Clima e Jardim Cocaia (zona norte de Guarulhos), Bonsucesso e, principalmente, o Distrito do Pimentas (zona leste), opinião reproduzida também por seus pais. No entanto, ele contrapõe a essa visão o fato de serem “mais carentes, de uma condição não tão boa quanto o Maia [bairro onde mora]. Alguns desses bairros têm comunidades, enfim, são bairros mais populares”. Mesmo assim, essa é uma representação negativa e, por isso, não moraria neles.

Diferentemente de André e seus amigos, Lara²⁸, que reside próximo a eles, no Parque Renato Maia, considera-o seguro:

é muito raro alguém contar que aconteceu algum assalto, alguma coisa. Claro que a gente não sai fora de horário para fazer caminhada, mas faz muito tempo que eu não ouço alguém falando que foi assaltado, levaram o carro... (Lara)

Antes, ela morou por 20 anos em Cumbica, zona leste de Guarulhos. Comenta que não gostaria de morar no Pimentas e não retornaria a Cumbica, pois estão localizados do “outro lado da Dutra”, sendo, assim, conhecidos como “mais perigosos, com mais comunidades”. Mesmo o Pimentas e Cumbica sendo áreas periféricas próximas, porém diferentes, Lara, ex-moradora de uma delas, reproduz ideias que generalizam e fortalecem os estigmas sobre esses espaços, relacionando áreas de “comunidade” (favelas e ocupação irregular) com a violência e perigo. Essa associação faz parte de um discurso que, historicamente, busca culpabilizar os pobres, moradores de periferias e favelas, pelos problemas sociais, inclusive, a violência e suas implicações (Fernandes, 2009, p. 205). Nesse caso, esse discurso passa a ser sustentado por barreiras objetivas e, simultaneamente, subjetivas, já que o Pimentas e Cumbica estão “do outro lado da Dutra”

²⁷ Entrevista realizada em junho de 2020, pela equipe FragUrb, via Google Meet. Tem 19 anos e é estudante de Relações Internacionais na Unesp de Bauru.

²⁸ Entrevista realizada em setembro de 2020, pela equipe FragUrb, via Google Meet. A entrevistada tem 38 anos e trabalha como Analista de Produto, Processos e Projetos de Atendimento na empresa Dasa.

e são perigosos, contribuindo para a categorização dos espaços dentro da própria cidade (Bourdieu, 2008; Fernandes, 2009; Elorza, 2019).

Glauco²⁹, que também reside próximo ao centro de Guarulhos, mas que viveu durante 30 anos no Bonsucesso e por um ano e três meses no Pimentas, ambos situados na zona leste de Guarulhos, consegue, com essa trajetória, fazer comparações: “aqui o pessoal [moradores da área central de Guarulhos] fala que o Pimentas é mais perigoso que o Bonsucesso...”. Ele discorda, inclusive com base em sua experiência lecionando nessas áreas, e acredita que “existem regiões do Pimentas que eu nunca ouvi o pessoal falar que foi assaltado, e de repente tem umas outras regiões lá em Bonsucesso que... alguns bairros que são muito violentos”. Dessa forma, discorre sobre algumas situações que presenciou (e ouviu falar) no bairro onde morou por mais tempo, Bonsucesso, como uma forma de relativizar as representações de perigo e violência do Distrito do Pimentas:

a minha mãe fala que, por exemplo, lá no começo da década de 80, quando ela se mudou, era um bairro extremamente perigoso essa Vila Carmela, o caminhão entrava lá e pessoal não saía sem mercadoria e o motorista ainda apanhava, o meu irmão mais velho ia para a escola e voltava só de cueca, até a meia dele o pessoal levava, além de levar algumas surras. Depois teve alguma movimentação, o pessoal se mudou, alguns foram presos, alguns que o pessoal sabia que eram bandidos, faleceram por conflitos com outros bandidos ou com a polícia, e aí ficou calmo por um tempo. Então assim, é muito dinâmico isso... (Glauco)

Diante das falas analisadas com moradores da área central de Guarulhos, observa-se a presença de imaginários e representações que estigmatizam o Distrito do Pimentas, como uma área longínqua, abandonada, pobre, perigosa e violenta. Esses discursos se apresentam por meio de associações e generalizações sobre quem são e como vivem os moradores de áreas periféricas, relacionadas, na maioria das vezes, à insegurança da cidade de Guarulhos.

4.2 Os imaginários sobre o Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente)

Dentre as entrevistas³⁰ realizadas pela equipe de pesquisadores do Projeto Temático FragUrb em diversos *habitats* de Presidente Prudente, constata-se um número reduzido de comentários estigmatizando o Jardim Morada do Sol, que, em geral,

²⁹ Entrevista realizada em março de 2021, pela equipe FragUrb, via Google Meet. Tem 36 anos, é morador do Jardim Dourado. Atualmente é funcionário público estadual, atuando como auditor fiscal, mas já atuou como professor de Física na rede estadual de ensino.

³⁰ No total foram efetuadas 38 entrevistas com cidadãos de Presidente Prudente.

apareceram em resposta à pergunta “Se precisasse se mudar, em que bairro não moraria, em Presidente Prudente? Por que?”.

Esse foi o caso de João Vitor³¹, de 31 anos, morador do condomínio residencial Vista do Vale. Em resposta à pergunta citada, ele respondeu: “Eu não elencaria em bairro, elencaria a zona norte, por segurança”. O mesmo aspecto comparece na fala de Ian³², um jovem de 24 anos, morador da Cohab³³, que, além de dizer que não moraria em um condomínio fechado, aponta áreas específicas da cidade, mencionando explicitamente o estigma sobre elas:

Eu, particularmente, não gostaria de morar em um residencial fechado, justamente porque esse contato que a gente tem aqui, essa dinâmica, talvez a gente não encontre em um residencial fechado, essa feira livre por exemplo, que eu te falei que tem na rua acima de casa, que traz um dinamismo diferente. E também nos bairros da zona norte e leste, porque eles têm um estigma aqui em Prudente, isso desde sempre, desde que eu era pequeno, eu cresci ouvindo isso, por exemplo, que os bairros além da linha do trem, são bairros mais perigosos, são bairros com uma grande quantidade de usuários de drogas. Então, esses bairros da zona norte e leste, tem esse estigma, e talvez eu não me mudaria para esses bairros.

Assim como João Vitor, Ian também menciona a zona norte³⁴, como uma área insegura e perigosa, uma representação elaborada desde sua infância por meio de boatos. Dessa forma, percebe-se um imaginário que generaliza os moradores, nesse caso, da zona norte. Toda essa área é tida como perigosa e insegura, inclusive, o Jardim Morada do Sol. Além do mais, a linha do trem, mencionada pelo Ian, configura-se como um objeto que separa, de forma concreta e simbolicamente, espaços considerados seguros daqueles perigosos (Bourdieu, 2008; Fernandes, 2009; Elorza, 2019).

Outra entrevista que menciona representações semelhantes é de Virgínia, 26 anos, moradora da Vila São Jorge. Ao responder à mesma pergunta, ela comenta:

³¹ Entrevista realizada em abril de 2022, pela equipe de pesquisadores do FragUrb, de forma presencial. João Vitor é arquiteto.

³² Entrevista realizada em agosto de 2020, via Google Meet, pela equipe do FragUrb. Ian é formado em Arquitetura e estudante de Geografia.

³³ O conjunto habitacional Bartolomeu Bueno de Miranda (COHAB) foi construído em 1978 com 1017 unidades (Silgueiro, 2018), está localizado na zona oeste da cidade de Presidente Prudente.

³⁴ A zona norte de Presidente Prudente é assim composta: Residencial 3º Milênio, Residencial Santo Expedito, Jardim Humberto Salvador, Parque Jabaquara, Parque Primavera, Parque Watal Ishibashi, Parque Castelo Branco, Brasil Novo, Parque Alexandrina, Residencial Tapajós, Residencial Cremonezi, Conjunto João Domingos Netto, Jardim Morada do Sol, Jardim Guanabara, Vila Operária, Vale das Parreiras e outras áreas adjacentes, compreendidas pelos limites da Rua Maria Aparecida Cuissi Cesco, Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, Ruas Alvino Gomes Teixeira e João Pinheiro Mendes. Fonte: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/10/09/bairros-das-zonas-norte-e-leste-de-presidente-prudente-recebem-mutiroes-de-limpeza-contr-o-mosquito-da-dengue.ghtml>

Não moraria? Acho que bairros que o pessoal fala que costuma ser mais perigoso e mais afastado, muito difícil, por exemplo, o [Conjunto Habitacional] João Domingos [Neto], que o pessoal fala que é muito longe, acho que não questão de ser perigoso, mas que é muito longe. Tem bairro mais perigoso, só que eu nem sei falar o nome direito, acho que Vila Líder, o pessoal fala que é perigoso, eu não moraria. Ali para o lado que vai para Montalvão, o tal do KM 7, não sei dizer se é perigoso, mas é muito longe também.

A associação entre distância e perigo é questionada pela entrevistada, mas, ao mesmo tempo, esses elementos se confundem no decorrer da sua fala, expressando incertezas que acabam por ser estigmatizantes. No caso do Jardim Morada do Sol, historicamente, a distância do centro foi associada a aspectos negativos, como acontecimentos relacionados ao crime e à violência, principalmente no início da sua ocupação (Gross, 2008; Torrezan, 2014). Trata-se, portanto, da dimensão subjetiva do processo de segregação socioespacial, que se manifesta como estigma (Saraví, 2008). Virgínia é a única entrevistada que emprega o termo “Km7” para designar o Jardim Morada do Sol, mas isso não significa que não existam cidadãos de Presidente Prudente que ainda utilizam essa expressão para estigmatizá-lo, como evidenciado na análise das falas dos moradores desse espaço em tópico posterior.

Diferentemente, mas apenas parcialmente, dos entrevistados anteriores, que têm suas opiniões formadas por meio de conversas e boatos, Nayara, ao comentar sobre o Jardim Morada do Sol, afirma: “acho que a gente tem que desconstruir isso, mas tenho que ser sincera... A gente fala ‘não tem nenhum lugar da cidade que eu não moraria’, mas tem. Eu não moraria no Jardim Morada do Sol”. Explicou, em seguida, que passou por experiências negativas quando sua tia morava e trabalhava lá:

Eu tenho uma tia que trabalhou no projeto lá e foi morar lá. Levou até minha avó para morar lá. Então eu frequentei, e eu não gostei, não... É a periferia de [Presidente] Prudente. Eu sei que eles sofreram um processo de desapropriação e foram morar lá. Mas é um lugar complicado, por conta da vulnerabilidade econômica das pessoas. Às vezes eu pegava ônibus em horário de pico para ir visitar minha avó e era super tenso, já dava barraco no ônibus: gente querendo entrar sem pagar, brigando com o motorista... E lá tem a questão do tráfico também, tem “o disciplina”, que cuida do bairro... Ela trabalhava no projeto e aparecia criança que apanhava da avó, da mãe, mas ela não podia intervir, se não poderiam matá-la. Tem “o disciplina” do bairro. Uma vez minha tia adotou um gato, meu primo adotou um gatinho, e [depois] ela achou que fazia muita bagunça dentro de casa e tentou despachar por lá. Chegou “o disciplina” e ele foi pessoalmente devolver o gato: ‘a senhora fica com o gato!’ (Nayara, 22 anos, moradora do Jardim Itapura)

Segundo Nayara, pessoas desconhecidas não são bem recebidas ali, pois se percebem olhares de desconfiança por parte dos moradores. Apesar disso, nunca aconteceu nada de ruim com sua avó e tia, em virtude do envolvimento da primeira com os projetos sociais e, sobretudo, com as relações de amizade estabelecidas na vizinhança. Mesmo assim, acredita que “as pessoas não vão roubar, porque se roubar lá, eles matam, batem, que seja... Mas se eu, de fora, for morar hoje lá, eu não vou ser bem recebida. Já para as pessoas que são do convívio deles, é um bairro super bacana”.

Entre os entrevistados em Presidente Prudente, o Conjunto Habitacional João Domingos Netto, o Jardim Humberto Salvador (zona norte de Presidente Prudente) e o Parque dos Pinheiros, periferia do município de Álvares Machado, foram representados como áreas perigosas e violentas de modo mais significativo, da mesma forma que acontece com o Distrito do Pimentas, na cidade de Guarulhos. Mas isso não significa que o Jardim Morada do Sol não sofra com os estigmas ou que este tenha sido “superado”, mas sim que esse processo se altera no tempo e espaço, gerando uma perda do “protagonismo” diante do surgimento de novos espaços urbanos periféricos e mesmo de mudanças nas suas dinâmicas.

Percebe-se que tanto no Jardim Morada do Sol como no Distrito do Pimentas, mesmo sendo periferias inseridas em contextos socioespaciais distintos, os estigmas territoriais reproduzidos por aqueles que não residem nessas áreas se pautam na distância física em que esses espaços se encontram em relação ao centro de cada cidade, diretamente explicada pelo processo de segregação socioespacial. Seus moradores sofrem com a pobreza, dificuldades de mobilidade e outras decorrentes, que integram a dimensão objetiva desse processo. Mas são tidos como perigosos e violentos, ocasionando dois movimentos simultâneos: “a preocupação em relação à pobreza e a retirada defensiva da cidade, justificada pela violência, que em última instância implica a defesa da segregação socioespacial dos mesmo sujeitos, os pobres” (Sposito e Góes, 2013. p. 264). Este último movimento é estabelecido por barreiras concretas e simbólicas, como “outro lado da Dutra”, tratando-se do Pimentas, e o “além da linha do trem”, no caso do Jardim Morada do Sol.

4.3. O Estigma Territorial no cotidiano dos moradores do Distrito do Pimentas

Nesse tópico, as falas dos moradores do Distrito do Pimentas (Guarulhos – SP) são analisadas, com foco na identificação de estigmas territoriais que refletem em seu cotidiano, bem como ocasionam sua marginalização.

Moradora do Jardim Nova Cidade, Ana Lúcia³⁵ e sua família chegaram ao Distrito do Pimentas quando ela tinha 9 anos de idade. Por isso, afirma conhecê-lo muito bem: “vou para um lado, vou para outro, eu sei aonde eu estou indo, eu sei os caminhos que eu vou passar, onde eu tenho segurança e onde eu não tenho”. Em função desse conhecimento, que lhe confere familiaridade, ela não pretende mudar-se e, além disso, afirma que gosta muito de onde mora, mesmo sabendo que é conhecido como um local de assassinatos, roubos, sequestros, tráfico e entre outros crimes por pessoas que não moram ali.

De acordo com Ana Lúcia, esses acontecimentos eram mais comuns no passado, principalmente em seu antigo endereço, no Jardim Vermelhão³⁶, não correspondendo mais à realidade atual do bairro nem do distrito do Pimentas.

Quando eu fui arrumar um emprego, na hora que eu falei que eu morava no Pimentas eu fiquei até com medo de não me contratarem, porque eu não sabia que eu não podia falar, porque na época que eu trabalhei registrado, o Pimentas era mal falado pelos assassinatos, pelos roubos, pelo sequestro e tudo isso, tráfico. Então, eu fiquei até com medo de falar... Hoje não é mais daquela forma, mas antes era, inclusive no Vermelhão. Às vezes eu acordava e tinha um corpo estirado morto na minha porta, era muito perigoso. (Ana Lúcia)

Na sua opinião, a representação de violento e perigoso não se baseia em impressões equivocadas, mas “só sabe quem vive, quem convive”. Além disso, a despeito das mudanças, ela reconhece que no distrito existem problemas, como, por exemplo, o tráfico de drogas, presente inclusive no conjunto habitacional em que mora; contudo, ela afirma: “como eu vim da comunidade [ocupação Jardim Vermelhão], eu já sei lidar com essa situação”.

A despeito da diminuição das ocorrências violentas, ela se sente insegura por causa de roubos que acontecem em frente ao conjunto habitacional onde trabalha e mora, devido à falta de mais policiamento. Por isso, adotou medidas de segurança como câmeras em áreas comuns, guardas, concertinas e cadastro com biometria para os moradores desse conjunto habitacional.

Na análise dessa primeira entrevista, identificamos aspectos que contribuem para uma aproximação do debate sobre o estigma territorial no Distrito do Pimentas: 1) a

³⁵ A entrevista foi realizada em outubro de 2021, pela equipe de pesquisadores do FragUrb, por meio da plataforma do Google Meet, em função do isolamento imposto pela pandemia de Covid-19. A entrevistada tinha 36 anos e atuava como síndica em dois condomínios implantados pelo PMCMV, residindo num deles há 4 anos, no Jardim Nova Cidade.

³⁶ Quando veio da Bahia, passando a residir no Pimentas, a família fixou-se na ocupação Jardim Vermelhão.

confirmação da presença deste, relacionada à representação de violento e perigoso, e dos problemas que causa; 2) a diferença entre os discursos de fora e de dentro, ou seja, dos não moradores e dos moradores; e 3) a importância da relação entre espaço e tempo, uma vez que o espaço mudou, mas sua representação não (Sposito e Góes, 2013). Esses três principais elementos, seja de forma implícita ou não, compareceram ao longo dos depoimentos dos outros moradores.

Da mesma forma que Ana Lúcia gosta do Pimentas, por ser um local onde reside desde criança, Valdemar³⁷ também demonstra apreço pelo Pimentas, o qual atribui ao tempo: “você curte o bairro porque está há muitos anos...”. Em comum com Ana Lúcia, ele tem a origem em estado da Região Nordeste, a experiência de residir em uma ocupação e a opinião de que os crimes e sua associação a esse espaço estavam muito mais presentes no passado. Contudo, Valdemar manifesta maior indignação com o preconceito que as pessoas de fora têm sobre o Pimentas, considerado perigoso, o que gera medo de outras pessoas frequentarem o bairro e dificuldades para os moradores quando procuram emprego:

Era difícil, porque você ia arrumar emprego e falava que morava nos Pimentas a localidade não era legal, não agradava; aqui já foi considerado local de alto índice de roubo de carga, tinha muito ladrão de carga, a galera não queria, quando chegava na empresa, preenchia uma ficha e colocava bairro Pimentas, o pessoal já... nem lia a ficha. (Valdemar)

Pelas atividades que desenvolve, sobretudo como capoeirista, Valdemar afirma que nunca sofreu discriminação entre os amigos e colegas. No entanto, sempre reagem com espanto quando ele comenta que mora no Pimentas: “Como eu sempre fiz atividade, sempre fui capoeirista, dancei *street*, eu acho que eu era mais enturmado com a galera. Mas, você falava de onde você era, os caras falavam: “vixe, mano!”. Ser morador do Pimentas não causa apenas reações de espanto; também proporciona comparações que podem ser confundidas com “brincadeiras”, segundo Valdemar,

Isso era ruim para caramba, muito chato, você mora em Guarulhos, você fala “moro em Guarulhos”, até hoje o pessoal zoa, mas é brincadeira; o pessoal fala “você mora onde?”, eu falo “moro nos Pimentas”, eles falam “vixe, Pimentas!?”. É leste de Guarulhos, como a zona leste de São Paulo. (Valdemar)

³⁷ Morador da ocupação localizada na Estrada Presidente Juscelino Kubitschek. Tinha 45 anos de idade. Mudou-se do Nordeste para o Pimentas aos 3 anos de idade. A entrevista foi realizada em outubro de 2022, pela equipe de pesquisadores do FragUrb, de forma presencial.

Considerada a área mais populosa da cidade de São Paulo (Jornal Nexo, 2024)³⁸ a zona leste é vista como perigosa, violenta, apresentando atributos que são correlacionados ao estigma territorial (Feltran, 2009; D’Andrea, 2020; Rizzon, 2021). Nesse contexto, a comparação entre o leste de Guarulhos e o leste de São Paulo sugere que os mesmos estigmas – de perigoso e violento – estão presentes em ambas as áreas. Ou seja, há um desdobramento dos estigmas da zona leste sobre o Distrito do Pimentas. Assim, as pessoas de fora tendem a enxergar essas áreas como se fossem uma só, dada a proximidade, ignorando as particularidades e singularidades socioespaciais de cada local. Desconsideram, portanto, que, “os estigmas são diferentes uns dos outros, têm origens e graus diferentes ...” (Kessler, 2012, p. 173).

Além das comparações entre leste de Guarulhos e leste de São Paulo, as piadas criadas e reproduzidas em relação à fama de perigoso e violento também contribuem para reforçar e, consequentemente, naturalizar os estigmas sobre o Distrito do Pimentas. Assim como os meios de comunicação, “não só descrevem o fato, mas também o naturalizam sem grande esforço para romper com este esquema” (Cornejo, 2012, p.195 tradução nossa)³⁹, tal como descrito por Marinalva⁴⁰:

Era muito comum pessoal antes compartilhar uma piadinha que era tipo “ah, Guarulhos não é perigosa” porque Guarulhos teve um pouco disso, “Guarulhos não é perigosa”, “é você que não tem amizade com pessoal dos Pimentas”, então é até uma espécie de piada (risos). (Marinalva)

Na opinião da entrevistada, o Distrito do Pimentas ficou conhecido como um local perigoso e violento entre os anos 1990 e 2000, o que fez com que muitos moradores sentissem vergonha e medo de revelar onde moravam: “eu lembro que teve um período que, principalmente a gente que era morador tinha muito medo de falar, era muita vergonha de dizer que morava no bairro dos Pimentas, porque tinha todo esse estigma”. Além do estigma, a distância era um fator que prejudicava os moradores na busca por empregos. Por essa razão, muitos informavam endereços de familiares e amigos que residiam em outros locais, especialmente próximos aos postos de trabalho, pois havia a crença de que “ah, não vou querer contratar uma pessoa, sei lá, que mora nos Pimentas e pagar duas passagens para ela”. Essa prática de omitir o endereço, presente também nos

³⁸ <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/03/21/sao-paulo-populacao-zona-leste-zona-mais-populosa>

³⁹ No original: “El que no sólo describen como un hecho, al tiempo también lo naturalizan sin un mayor esfuerzo por romper con este esquema” (Cornejo, 2012, p. 195).

⁴⁰ Entrevista realizada em 28 de março de 2021, via Google Meet pela equipe de pesquisadores do FragUrb. Ela tinha 28 anos, e era moradora do Parque Jandaia e trabalhava como *freelancer* para microempresas no Pimentas.

relatos de Ana Lúcia e Valdemar, era comum. De acordo com Kessler (2012), ao contrário da cor da pele e de características físicas, o estigma territorial é uma marca invisível, o que permite a adoção de estratégias individuais de distanciamento daquela realidade, por meio da omissão ou alteração do seu local de moradia.

Para Marinalva, essas situações eram mais recorrentes no passado. No entanto, ela tem a impressão de que as pessoas de fora ainda mantêm o imaginário de que no Pimentas “tem tiroteio, todo dia...”. A ênfase nas relações entre tempo e espaço, que podem se expressar como mudanças e permanências, faz-se presente novamente. Marinalva atribui à sua formação política e crítica, adquirida por meio do envolvimento com os movimentos sociais desde a adolescência, sua capacidade de reduzir esses estigmas em seus empregos e, sobretudo, durante o período na faculdade⁴¹.

Marinalva ainda nos conta que, quando ela e sua irmã saíam, seus pais avisavam para que tomassem alguns cuidados ao andar na rua, como “sempre ficar olhando para os lados e olhando para trás, sempre ficar ligado no movimento assim. Correr, gritar se acontecer alguma coisa”. Ela entende que essas precauções, em alguns momentos, eram justificadas, mas, em outros, exageradas. Acredita que esse comportamento era influenciado pelos programas sensacionalistas que, de certo modo, deixavam seus pais com medo e passavam a impressão de que ia acontecer alguma coisa ruim a qualquer momento, sempre que elas saíam. Lembra que, quando criança, também tinha medo de sair na rua, o que só minimizou após se envolver com movimentos sociais do Distrito do Pimentas que discutiam sobre a mídia e telejornais. Assim, compreendeu que esses programas só divulgavam conteúdos negativos sobre aquela área, desconsiderando que lá também residem pessoas trabalhadoras, tentando sobreviver.

Observa-se que as atitudes dos pais de Marinalva e o medo que ela sentia durante a infância refletem uma forma de “violência difusa” (Sposito e Góes, 2013, p. 175). Essa violência manifesta-se como uma sensação constante de que algo ruim pode ocorrer a qualquer momento, alimentada pelos telejornais e programas policiais que frequentemente exibem imagens de crimes e violências, muitas vezes em tempo real. Esses programas provocam medo ao repetirem de forma sensacionalista os acontecimentos, transformando casos isolados em generalizações que passam a ser tomadas como regra (Sposito e Góes, 2013, p.175).

⁴¹ Estudou Turismo na Universidade de São Paulo (USP), campus Zona Leste.

Além disso, é importante ressaltar o papel da formação política de Marinalva para a construção de uma consciência periférica (D’Andrea, 2020), tanto no entendimento da atuação dos meios de comunicação na propagação de estigmas sobre o Pimentas quanto na redução dos efeitos desses estigmas, a partir de uma identidade periférica. Essa consciência periférica surgiu de um processo social e histórico que evidenciou o debate sobre as periferias, contribuindo para a ressignificação da identidade e do conceito de “periferia”, que passou a englobar elementos como criatividade e cultura. Também colaborou para a formação de sujeitos e sujeitas conscientes de sua condição urbana, promovendo uma política de defesa da periferia e transformando-a em um local de resistência e produção de identidades que valorizam a coletividade, o pertencimento e a força cultural, combatendo discursos hegemônicos que a associam apenas à violência e a pobreza (D’Andrea, 2020). Sendo assim,

Não se trata mais de definir a periferia de forma quantitativa e objetiva, “sem prestar muita atenção ao próprio significado da voz, como se ela fosse evidente, monolítica e se referisse a um objeto simples e unidimensional” (Hiernaux e Lindón, 2004, p. 102), mas para estabelecer definições qualitativas que, reinterpretando D’andrea (2020), têm a ver com: a) o uso da periferia como unificador das opressões de classe, gênero, raça e território (Guilluy, 2019); b) afirmação política baseada na identificação de necessidades comuns; c) a afirmação das diferenças; d) a sistematização de a história em si; e) o fim da necessidade de mediadores; f) produção própria de conhecimento; g) a organização num número infinito de grupos e h) uma determinada expressão cultural e artística. (Morcuende, 2022, tradução nossa)

Assim como outros entrevistados, Claudinei⁴² comenta que o Pimentas era muito violento, mas que, atualmente, a sensação de insegurança está mais relacionada a pequenas ocorrências, como furtos e roubos, e não a casos de sequestro e mortes. Como se observa no seguinte trecho da sua entrevista, ele diferencia a violência contra a pessoa, que diminuiu, da violência contra a propriedade, que, embora permaneça, causa menos insegurança, em sua opinião:

Ele é bem inseguro, só que assim, igual, roubaram os fios hoje e eu fale que há uma sequência de pequenos crimes, se você deixar seu carro na rua e tal, essas pegadas acontecem mesmo. É bem inseguro, só que eu não sinto que é inseguro quanto a violência, entendeu? Tipo assim, eu não acho que aqui, se você vir, você vai ser sequestrado, que as pessoas vão te bater... (Claudinei)

⁴² Entrevista realizada em abril de 2022, pela equipe de pesquisadores do FragUrb, no apartamento da família (CDHU), localizado no Sítio São Francisco - Distrito do Pimentas. O entrevistado tinha 38 anos e era professor da rede estadual de ensino.

Segundo ele, até a presença da polícia causava pânico nos moradores, pois ela só aparecia em momentos de “operação” e acabava gerando mais violência. Hoje em dia, entretanto, há reclamações sobre a insuficiência de policiamento, como comenta Fernanda⁴³: “Olha, na verdade, eu gostaria que eles [policiais] ficasse aqui 24 horas [risos]. [...] quando a polícia está, todo mundo anda direitinho, até a respiração é mais calma, sabe? Querendo ou não os caras [policiais] eles põem medo, sim”. Ana Lúcia, a primeira entrevistada, também observa: “Então, eu acho que por mais que coloquem um posto policial em alguns pontos, mas está faltando policial para trabalhar”.

Ao ser questionado sobre o que as outras pessoas pensam do Pimentas, Claudinei respondeu: “Você deve ter ouvido falar bastante...”, evidenciando, novamente a sua “fama”. Nessa mesma direção, Fernanda comenta que o bairro é amplamente reconhecido pelos moradores de Guarulhos, tanto por aspectos positivos quanto pela sua fama de “matador”, “violento” e “perigoso”, estigmas que persistem até hoje: “Seja coisa ruim ou não, é o Pimentas. Se você vai para um crediário, eu moro na rua 20, 198 [tal], Conjunto Marcos Freire. E...? bairro dos Pimentas – ‘Ah, tá, já sei, já achou aqui’”. É assim, é muito engraçado, mas é”.

Observa-se, com base nas entrevistas, que os estigmas sobre o Distrito do Pimentas são reafirmados e reproduzidos, sobretudo em situações cotidianas, como aconteceu com Claudinei, afetando diretamente sua mobilidade:

O pessoal acha que aqui é violento, que aqui se você entrar, você vai morrer. O cara que eu trabalhava lá na empresa, ele é legal, ele “Não vou te deixar lá no Pimentas não, acho que vou te pagar um Uber, só que o Uber também não quer ir pra lá porque lá os caras amarram 3, porque acabou a bala para matar o outro no outro dia. [risos] (Claudinei)

Episódios como este também ocorreram com Fernanda. Ao entrar em um carro solicitado pelo aplicativo Uber, por exemplo, o motorista reagiu: “Lá no Pimentas, lá é barra pesada!”. Incomodada com o comentário, ela conta que respondeu argumentando que a criminalidade existe em todos os locais. Ademais, quando iniciou no emprego atual, antes de se tornar supervisora⁴⁴, sua chefe pediu que evitasse mencionar que morava no Pimentas. Para Fernanda, a representação do distrito como perigoso e violento justificou

⁴³ Entrevista realizada em novembro de 2023, via Google Meet. Fernanda tinha 55 anos, era moradora Conjunto Residencial Marcos Freire. Essa entrevistada foi a única realizada pela pesquisadora utilizando o roteiro próprio semiestruturado. Mesmo que o roteiro de entrevista do projeto “Fragmentação socioespacial e Urbanização Brasileira – FragUrb” não abordasse diretamente nos temas da presente pesquisa, foram identificadas falas interessantes para nossa análise. Diante disso, optou-se pela análise de 5 entrevistas já realizadas no âmbito do Projeto Temático FragUrb.

⁴⁴ Trabalhava como supervisora do setor de limpeza da Prefeitura de Guarulhos.

o alerta na época em que ele foi feito. Atualmente, porém, ela se pergunta se esse pedido também esteve ligado a outros fatores, como seu cargo inicial – “ser da limpeza e ser uma mulher negra”.

eu trabalhava lá com as psicólogas e a minha chefia disse, que era melhor eu não comentar que eu morava nos Pimentas... Você fica naquela coisa... Não sei por que era da limpeza ou porque eu era negra, ou é porque morava no Pimentas, entendeu? E as mulheres era tudo psicóloga, tudo as branconas. Então, assim, eu só sei que tem essa chamada, em 97 pra 98. E ela só disse, não fala que você é de lá... Eu creio que o que eu tinha, uma amizade com ela, tem até hoje que essa minha... que foi minha encarregada, que ela não quis me prejudicar, para as pessoas ficar achando, né, que a gente é... aquilo que eu achava das pessoas que está lá, é tudo da mesma laia, e não é. Tem pessoas que... meus vizinhos, os que eu conheço, são tudo gente que trabalha. (Fernanda)

Ela nos contou que, há dois anos, foi assaltada no Pimentas junto com seu irmão; levaram seu carro e outros objetos. Apesar de já ter sido assaltada outras três vezes no transporte público, destaca que esses casos foram menos traumáticos por não envolverem arma de fogo ou ameaças diretas: “não foi assim com a arma (...) põe para fora, aquela coisa toda...”. Esse último assalto, no entanto, resultou em um medo decorrente; ao avistar rapazes de boné, chinelo e moletom, imediatamente sente que pode ser assaltada novamente. Atualmente, ela anda pelo bairro acuada e insegura, “com medo de qualquer um te assaltar, que seja o vizinho, o filho da vizinha, aquela criança que você conheceu, que não conheceu...”.

A gente acha que aquele cara já estava atrás. A gente foi assaltado por quatro moleques, tá. Tinha um que tinha acabado de fazer 15 anos. Pararam o carro na subida, parou em frente da casa do meu irmão ... Puseram nós para fora, numa chuva, era meia-noite, levou minha bolsa, meu celular, levou tudo. Levou o carro do meu irmão, acabou com o carro dele para passar a noite. O carro do meu irmão, eles foram roubar um cara que estava entregando uma pizza. Com o carro que eles nos assaltaram já tinha sido assaltado de uma mulher, foram assaltar nós, com o carro do meu irmão, foram assaltar um cara que estava entregando pizza e foi quando o policial catou um deles...

[E eles moram aí no Pimentas?] Aqui, tem 2 anos isso. Eu fiquei muito mal, porque eu nunca... esses 26 anos que eu moro aqui, nunca tinha visto essa cena. Você entendeu? Eu nunca tinha... nem eu e nem meu irmão. Eu fiquei 20 dias que... nem com Deus eu falava de tão chocada que eu fiquei. Hoje, quando eu vejo um rapaz de boné, chinelo no pé, aqueles moletons, pra mim vai roubar. (Fernanda)

O crime vivido por Fernanda não apenas alterou suas práticas cotidianas, como passar a pegar ônibus e desconfiar de todos, inclusive vizinhos, mas também estabeleceu uma imagem de “criminosos em potencial” (Fernandes, 2009), marcada por

características como o uso de “boné, chinelo e moletom”. Essa representação configura-se como um estigma, uma identidade imposta (Fernandes, 2009), reforçada pela “fala do crime” (Caldeira, 2000, p.27), que contribui para aumentar a insegurança e o medo a partir de interpretações simplistas e estereotipadas. Esse estigma leva a “estratégias cotidianas de proteção e reações que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações”.

Os elementos que caracterizam a “fala do crime” organizam o mundo em um antes e um depois da ocorrência violenta (Caldeira, 2000, p.27). Mas, para Edilene⁴⁵, apesar de não ter passado por uma experiência direta de violência, a imagem de “criminosos em potencial” (Fernandes, 2009) é associada ao espaço público, como o Parque Chico Mendes, no Distrito do Pimentas: “Os moradores contam que é um lugar que as pessoas entram para fumar *crack*, que é perigoso. Então, eu vejo que tem um relaxo ali, ninguém aqui na rua vai, ninguém recomenda, porque as pessoas têm medo”. Esses comentários produziram uma seletividade espacial (Fernandes, 2009), delimitando “locais seguros” e “locais perigosos” de se frequentar dentro do próprio distrito. Em outras palavras, observa-se uma interiorização dos efeitos do estigma do Distrito do Pimentas em seus moradores, especialmente em relação aos espaços públicos, o que se alinha com as implicações apontadas por Caldeira (2000).

Outras implicações da presença do estigma territorial foram mencionadas por Bianca⁴⁶, que morava desde criança no Jardim Alice (Distrito do Pimentas) e mudou-se para Bauru. Ela explicou que seus pais não conseguem realizar compras *online* e nem receber correspondência em casa, pois os Correios não entregam no bairro. A solução que encontraram foi usar o endereço de familiares que residem no Jardim Cumbica, bairro vizinho. Em certas áreas, as agências dos Correios estabelecem restrições baseadas em dificuldade de acesso, falta de agências ou centros de distribuição próximos ou insegurança⁴⁷, o que afeta locais como o Jardim Alice, cercado por favelas, e reforça o estigma que recai sobre o Pimentas. Essa situação impacta principalmente os moradores

⁴⁵ Entrevista realizada em março de 2022, pela equipe de pesquisadores do FragUrb, via Google Meet. Moradora do Jardim Centenário, tinha 41 anos.

⁴⁶ Entrevista realizada em junho de 2020, pela equipe de pesquisadores do FragUrb, via Google Meet. Ela tinha 22 anos e mudou-se para Bauru para cursar Educação Física, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Bauru, e não pretendia retornar para o Jardim Alice.

⁴⁷ Informações buscadas nos sites: <https://blog.lojaintegrada.com.br/restricao-de-entrega-dos-correios/> e <https://www.linkcorreios.com.br/blog/restricao-entrega.html>

das favelas, restringindo ainda mais suas práticas e agravando as condições já precárias que enfrentam cotidianamente⁴⁸.

Ao visitar sua mãe no Pimentas, Bianca relata que sente muito medo e imagina que a qualquer momento será assaltada: “eu estou com uma mochila que tem um *notebook*, eu vou ficar pensando ‘Ai meu Deus, vou ser roubada’, eu tenho muito esse medo”. Após alguns dias ali convivendo, o medo diminui. Mesmo assim, evita locais que frequentava quando criança, como as vielas, pois “quando a gente mora lá, a gente não tem esse medo, mas depois que sai do lugar que a gente estava...”, evidenciando uma condição transitória entre ser de dentro e de fora que vivencia.

Ao longo da entrevista, Bianca expressa um estranhamento crescente: “antes eu tinha muito mais contato com essa realidade, agora para mim, é muito estranho quando eu vou lá, é bem diferente”. No entanto, a referência temporal de “antes” não diz respeito apenas a sua mudança para estudar em Bauru; para ela, o próprio bairro mudou, passando de um local que considerava mais “organizado”, para uma realidade diferente, mesmo que isso possivelmente se deva ao controle de alguma liderança criminosa.

Mas antes, lá, a questão de bairro, de periferia, era mais organizada, ninguém mexia com você, se como você era do bairro, mas agora está mais bagunçado, digamos assim. Então, não tem ninguém... antes, não sei se era, o Comando que mandava lá, então não acontecia nada, ninguém de outros bairros vinha assaltar ou fazer alguma coisa, porque não podia. Mas agora as pessoas estão sendo assaltadas na frente de casa, então está complicado... (Bianca)

O medo que Bianca sente ao retornar ao Jardim Alice está, sobretudo, relacionado ao rompimento das relações cotidianas. O enfraquecimento dos vínculos com amigos e vizinhos que ainda residem no bairro intensifica sua insegurança, o que se contrapõe à experiência de Edilene, cujo medo inicial diminuiu após um tempo morando no Pimentas⁴⁹, conhecendo os vizinhos e a dinâmica do local. Nesta situação, o medo, gerado e influenciado por imaginários externos, foi superado com a sua integração como moradora. Também é relevante a associação desse imaginário a um espaço periférico e a seus moradores, o que reforça o estigma, bem como a possibilidade de adquirir um terreno para construir a casa própria, tendo os pobres como protagonistas.

Eu lembro que eu vinha poucas vezes para cá, mas quando eu vinha, tinha um terreno, que é o terreno da frente, que era muito verde, não tinha quase uma casa, mas a minha mãe falava que era um bairro muito perigoso. As pessoas tinham muito medo de vir para cá, porque tinha

⁴⁸ Essa dupla condição será demonstrada no caso de Daniela e Jéssica, moradoras da Favela Esmeralda, de que trataremos posteriormente nesse tópico.

⁴⁹ Mudou-se da Pompeia, na cidade de São Paulo, para o Pimentas, em 2008.

muito... o que eles chamavam de pé de pato justiceiro, enfim, muitas desovas de carro, era um bairro bem perigoso, então a minha mãe falava "Lá é bem perigoso", mas foi onde a gente conseguiu comprar um terreno. (Edilene)

Ainda sobre o medo e a insegurança, Edilene comenta que, atualmente, se sente mais insegura ao circular pela cidade de São Paulo, onde trabalha⁵⁰, principalmente quando o carro de aplicativo para no semáforo, do que quando está no Pimentas. No entanto, seus colegas de trabalho não acreditam que ela more lá: “normalmente julgam, o fato de que eu trabalho em um lugar legal, falar bem, ter estudado, é como se eu tivesse que estar morando no Jardins⁵¹”. Ou seja, parece haver uma incompatibilidade entre essas características e a condição de moradora dessa área periférica, em função dos referidos estigmas.

Segundo Cornejo (2012, p.195), o estigma territorial estabelece “uma relação metonímica entre quem realiza atividades criminosas e o território em que habita”. Com base nessa noção, compreendemos como as representações sobre quem mora no Distrito do Pimentas são elaboradas e normalizadas, sobretudo pela associação equivocada entre pobreza e criminalidade. O estigma territorial, desse modo, constitui “uma falácia pela qual se assume que as práticas criminosas e violentas de alguns habitantes aplicáveis para entender o conglomerado territorial” (Cornejo, 2012, p.195).

Daniela⁵² e sua cunhada Jéssica, moradoras da Favela Esmeralda, explicam que, ao procurarem emprego, seja em estabelecimentos comerciais ou para serviços domésticos no próprio Pimentas, informam outros endereços, principalmente de vizinhos que moram em conjuntos habitacionais da CDHU próximos à residência delas, para conseguir uma vaga.

[Jéssica] Se a gente colocar num currículo que a gente mora aqui, a gente não consegue emprego. [...] A gente tem que falar que mora nos prédios ou na rua de cima, mas tem gente que já conhece a gente, porque fez projeto aqui de ajudar as crianças, já conhece a gente e não dão emprego.

[Daniela] Aqui a gente não consegue emprego em mercado, aqui na região não consegue emprego.

⁵⁰ Professora no Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

⁵¹ A região dos Jardins é formada por Jardim Europa, Jardim Paulista, Jardim Paulistano e Jardim América, localizados em uma das áreas mais valorizada na cidade de São Paulo

⁵² Entrevista realizada em outubro de 2022, pela equipe de pesquisadores do FragUrb, de modo presencial. A entrevistada mora na favela Esmeralda e tinha 26 anos.

Elas entendem que essa situação ocorre por residirem em uma favela; assim, as pessoas qualificam todos que habitam nesses espaços (favelas ou ocupações irregulares) como criminosos, o que resulta na negação de seu acesso a empregos.

[Jéssica] Não consegue. Até uma faxina, se alguém estiver precisando de uma faxina e a gente se propor a fazer, a pessoa não chama, porque sabe que a gente é da comunidade; e eles taxam todo mundo da comunidade como “ladrão”, porque acha que a gente é pobre e vai mexer.

[Daniela] Por morarmos na comunidade e for trabalhar numa lojinha, nós vamos pegar alguma coisa.

Segundo Wacquant (2005), o estigma territorial provoca, entre os estigmatizados, formas de distanciamento mútuo e reforça processos de diferenciação socioespacial internos. Por exemplo, dentro do próprio Distrito do Pimentas, alguns espaços são representados como perigosos e inseguros, especialmente as favelas, que são fortemente associadas, de forma preconceituosa, às práticas criminosas. Dessa forma, “demarcam fronteiras entre os locais acessíveis e os não acessíveis a determinadas pessoas, moradores do mesmo bairro” (Paiva, 2007, p.9), exacerbando ainda mais os estigmas territoriais e suas implicações.

Nos últimos 10 anos, o Distrito do Pimentas se tornou alvo de transformações significativas, contando com a presença de importantes equipamentos públicos e privados, como, por exemplo, a Universidade Federal de São Paulo, o Hospital Regional, *Shopping Center* Bonsucesso, o Terminal Urbano, bancos e outros estabelecimentos, constituindo um subcentro local com uma “heterogeneidade funcional” (Santos, 2017).

Mesmo com essas mudanças, a fama de espaço perigoso e violento permanece. Isso reforça a ideia de que o estigma territorial “não é uma condição estática ou um processo neutro, mas uma forma significativa e prejudicial de ação por meio da representação coletiva centrada em um determinado lugar” (Wacquant; Slater; Borges Pereira, 2014, p. 220), mas é preciso considerar também que ele tende a ser mais permanente que a dinâmica urbana, resistindo às mudanças, mesmo quando tensionado por elas, tal como observado por Sposito e Góes (2013) no caso do Cidade Aracy, bairro periférico de São Carlos (SP).

A demonização persiste, pois comparece em comentários e conversas cotidianas, em decisões de agentes públicos e privados relacionadas à área e nos meios de comunicação, os quais intervêm nas relações cotidianas, como a mobilidade e os empregos, estabelecendo barreiras e restrições simbólicas que chegam a colocar em dúvida as conquistas pessoais e profissionais dos moradores do Distrito do Pimentas.

Assim, constata-se que o estigma territorial não é apenas um discurso ou uma ideia, mas sim um elemento que causa danos acumulativos e molda as interações sociais.

O estigma territorial sobre o Distrito do Pimentas se estabelece pela combinação entre a dupla condição periférica em que se encontra e, mesmo que de forma implícita, pelos conteúdos relacionados às condições econômicas, sociais e raciais de seus moradores. Além disso, o estigma nessa área perpassa temáticas como a sensação de insegurança urbana e as experiências individuais, que se relacionam com a convivência no bairro e por meio de piadas e brincadeiras, contribuindo para a naturalização desse estigma. Esses fatores se combinam e condicionam a realidade cotidiana, interferindo nos comportamentos, representações e nas decisões de seus moradores.

4.4. Cotidiano e Estigma: Desafios enfrentados pelos moradores do Jardim Morada do Sol

Os discursos que estigmatizam o Jardim Morada do Sol, reproduzidos por aqueles que não residem neste bairro, contribuem para depreciar simbolicamente o local e, conseqüentemente, seus moradores (Bourdieu, 2008). Neste tópico, apresentaremos falas dos moradores do Jardim Morada do Sol que evidenciam a presença do estigma e suas implicações no cotidiano.

Bárbara⁵³, moradora do Parque Residencial Francisco Belo Galindo⁵⁴ há 7 anos, estava desempregada e, esporadicamente, realizava serviços domésticos no centro da cidade quando foi entrevistada. Ela contou que, antes de ser contemplada com o terreno nesse bairro pela Prefeitura de Presidente Prudente, pagava aluguel. Apresentou-se como líder comunitária do Jardim Morada do Sol e do Parque Residencial Francisco Belo Galindo, comentando que, frequentemente, ambos são associados à denominação “Km7”. Ela não se identifica com esse “apelido”, visto que “nenhum bairro merece ser conhecido por quilômetros de uma estrada”. Além disso, esse nome carrega uma simbologia que, para ela, remete a aspectos negativos. Por esse motivo, há uma demanda e uma luta para se desvincular desse “apelido”, como comentado por Daniela⁵⁵ em relação ao Jardim Morada do Sol.

⁵³ Bárbara foi entrevistada em 26 de maio de 2023

⁵⁴ O Jardim Morada do Sol e o Parque Residencial Francisco Belo Galindo são bairros contíguos, cuja distinção, por vezes, se evidencia, mas, em outras, se dilui. Esse aspecto já desenvolvido na tese de Torrezan (2014).

⁵⁵ Moradora do Jardim Morada do Sol há 16 anos. Tinha 48 anos.

Quando fala “Morada do Sol”, só de mudar um pouco o nome já aparece assim, nossa... está saindo de algum lugar bom. A gente até brinca, “Morada do Sol”, porque onde o sol bate... Porque a gente fala assim, tem algumas mulheres, em todo lugar tem, as mulheres mais barraqueiras, tem outras que não... Tem as crianças mal-educadas, tem essas, mas são gente boa ... (Daniela)

Como já mencionado, o Jardim Morada do Sol passou a ser conhecido como “Km7” durante a fase da sua formação (Silva, 2005; Gross, 2008; Torrezan, 2014). Daniela relata que “era um negócio de que antigamente, quando a minha mãe morou aqui, realmente tinha muito bandido. Era tráfico de drogas, tudo, agora não”. Dessa forma, o termo, para ela, refere-se a um lugar esquecido, a outro tempo. Quando menciona “Sete”⁵⁶, considera a expressão bem pejorativo, afirmando que “a molecada do Sete está vindo... está querendo dizer que dali só vai sair coisa ruim”.

Cláudio⁵⁷ afirmou que, quando se mudou de Campo Grande, a denominação “Km7” já era utilizada. Por isso, não considera ruim e não se importa com ela, pois “agora que veio falar de negócio de [Jardim] Morada do Sol”. Porém, para as pessoas de fora do bairro, ele se identifica como morador do Jardim Morada do Sol, ao contrário de sua esposa: “quando eu vou para a cidade [centro de Presidente Prudente] para pagar umas contas, beber uma água, comer alguma coisa, aí o dono do bar falou, você mora onde? Eu moro no Km 7. ‘Que fica no município de Montalvão?’ Ele falou assim”.

A insatisfação e a luta pela mudança dessa vinculação com a denominação “Km 7”, entendida como uma referência redutora a “quilômetro de uma estrada”, expressam o desejo de desassociar os conteúdos e discursos que depreciam simbolicamente o bairro, assim como seus moradores (Bourdieu, 2008). Ou seja, busca-se minimizar os efeitos do estigma territorial (Wacquant, 2006; 2014), na opinião dos moradores entrevistados. Em diversos casos, a importância da relação entre espaço e tempo se evidencia, uma vez que a representação negativa e depreciativa do espaço parece se justificar, mas apenas em um tempo pretérito.

Antes de residir no Jardim Morada do Sol, Daniela morava em Montalvão, distrito de Presidente Prudente, na casa do ex-sogro, pagando aluguel. Quando sua mãe – que morava no Jardim Morada do Sol – faleceu, e como seus irmãos não queriam ir para o bairro, Daniela passou a cuidar da casa até que eles decidissem vendê-la. Sua sobrinha a avisou que “ninguém vai querer ir para o Sete”, assim, ela poderia permanecer na casa

⁵⁶ “Sete” é uma versão simplificada da expressão “Km 7”.

⁵⁷ Tinha 64 anos e mora no Jardim Morada do Sol há 34 anos.

pelo tempo que quisesse. Daniela contou que, inicialmente, sentiu medo, mas não sente mais, pois “do tempo que estou aqui, graças a Deus, ninguém nunca mexeu comigo, nem com minhas filhas”. Dessa forma, ela avalia que o preconceito está nas pessoas de fora e que não se justifica, já que o bairro é “tranquilo”

É só falatório, a minha mãe, quando veio para cá, ninguém nunca mexeu, minha mãe morava sozinha, todo mundo sabia que ela morava sozinha, ninguém nunca mexeu. Então, é só falatório. Não tem nada disso. Ninguém está estuprando ninguém assim...

Dona Sônia⁵⁸ também morava em outro bairro, o Brasil Novo, localizado na zona norte de Presidente Prudente, antes de morar no Jardim Morada do Sol, onde pretende passar o resto de sua vida. Ela conta que, ao se mudar para o Jardim Morada do Sol, seus vizinhos do Brasil Novo comentaram: “não vai não, dona Sônia, fica aqui, porque lá é o km 7, que o povo briga muito lá”, além de questionarem: “a senhora não tem medo de ir pra lá?”. Dona Sônia, porém, não sentia receio de se mudar para o Jardim Morada do Sol, pois seus filhos já residiam no bairro e nunca tinham tido problemas. Ela acrescenta: “se não tivesse ninguém aqui [Jardim Morada do Sol], eu teria medo”.

A maneira como os moradores do Brasil Novo desencorajaram a mudança de Dona Sônia, expressando preocupações, demonstra como o estigma territorial interfere nas relações entre bairros próximos. Embora o Brasil Novo também carregue seu próprio estigma (Nogueira e Góes, 2011), os moradores parecem transferir esses imaginários negativos para outros locais, como o Jardim Morada do Sol, a fim de minimizar os efeitos do estigma em seu próprio bairro (Wacquant, 2006). Além disso, Dona Sônia relembra que o Jardim Morada do Sol era conhecido como um bairro violento, onde “só tem bagunça e mortes”: “foi antes de eu vir para cá, mas faz muitos anos que eu ia passear na casa do meu filho. Sempre eu escutava no rádio as “problemaiada” deles aí. Depois que eu mudei [para] aqui [Jardim Morada do Sol], nunca mais, não vi ninguém morrer aqui, não vi ninguém brigando”. A diferença entre o convívio no bairro e a realidade representada pelos meios de comunicação se evidencia nessa fala.

Os amigos de Cláudio, de Campo Grande, também o alertaram, recomendando cuidados ao se mudar para o Jardim Morada do Sol, por ser considerado perigoso. Segundo ele, de fato, no início era muito violento, e ele contou sobre uma situação que vivenciou

⁵⁸ Moradora do Jardim Morada do Sol há 18 anos, tinha 74 anos.

Se eu falar para você, minha filha, você não acredita? Eu estou lá na esquina [da minha rua]. Vi uns caras de olho para matar uns caras aqui. Aqui [na minha casa] antigamente era tudo aberto, não tinha muro, não tinha cerca, era tudo aberto... e estou lá na esquina conversando com uns colegas. Daqui a pouco minha mulher chega: - velho tem um negócio se mexendo debaixo da cama lá. Daí eu vim [para casa], olhei debaixo da cama, um colega meu entrou e a minha mulher não viu, entrou e se enfiou lá debaixo da cama. Os caras iriam matar ele e se escondeu debaixo da minha cama.

[Esposa do Cláudio] Então, senti o negócio mexendo na minha cama, chacoalhando, eu acordei, peguei e comecei a gritar. Eu saí - vem aqui, tem um homem lá no nosso quarto - Eu estava dormindo e o cara estava lá embaixo da cama.

[Cláudio] E era colega meu, sabe? Eu fiquei bravo. Eu falei, não vai [se] esconder aqui, os caras vão falar que eu estou passando pano para você e vão querer matar eu também. Eu falei: some daqui.

Cláudio afirma que, atualmente, esses casos de violência não ocorrem com a mesma intensidade e frequência de antigamente: “agora melhorou... porque não está morrendo mais ninguém. Porque os caras que andavam matando, essas coisas aí, está tudo preso. Outros morreram, outros estão presos, então acabou...”. Cláudio e Sônia tensionam, mais uma vez, as categorias tempo e espaço para destacar as mudanças positivas, assim como os demais entrevistados, como Daniela, que diz: “no começo, como todo o bairro, quando abre inicialmente, vai primeiro assim, os mais ‘tranqueiras’, que é para querer marcar território; aí, quando começa a chegar as pessoas, eles mesmo vão se retirando... Entre eles mesmo, um fica matando o outro”. Nesse caso, a naturalização, expressa na expressão “como todo bairro”, evidencia-se.

Inicialmente, no Jardim Morada do Sol, não havia nenhum tipo de infraestrutura básica, como esgoto e energia elétrica, para atender às demandas dos recém-moradores; essas instalações só ocorreram anos depois. Nesse contexto, segundo Gross (2008, *apud* Pereira, 2000, p. 15), a violência, em muitos casos, tornou-se um recurso de expressão e uma estratégia de obtenção de visibilidade diante de um cotidiano tão precário. Essas situações marcaram a história do bairro, resultando em uma fama negativa que repercutiu no imaginário, inclusive entre pessoas que residiam em outros espaços de Presidente Prudente e se mudaram para o Jardim Morada do Sol. É exemplar o caso de Vanessa⁵⁹, ao ressaltar que, quando sua mãe ganhou o terreno no Jardim Morada do Sol, sentiu vergonha e, por isso, não comentou sobre a mudança⁶⁰ com nenhum amigo ou parente.

⁵⁹ Moradora há 19 anos no Jardim Morada do Sol e tinha 33 anos

⁶⁰ Antes do Jardim Morada do Sol, Vanessa residia no Jardim Santa Mônica, zona leste de Presidente Prudente.

Atualmente, ela afirma gostar bastante do bairro e que não pretende residir em outro local. Em razão desses acontecimentos do passado, como mencionado por Daniela e Cláudio, Vanessa conta que, além de o bairro ser conhecido como perigoso, também é considerado

um local que não dá para se cuidar de uma criança, de um filho, sabe assim, que é um lugar que não dá para você criar um filho, é isso que as pessoas pensam, mas não é. Eu sempre falo, falei na escola, falei no posto, falei aqui no CRAS, que educação vem de berço, você consegue educar o seu filho, entende. É que muitas mães aqui não têm pulso firme, tem mãe que é mais barraqueira que o filho, então fica com essa fama, aquele lugar onde não se tem uma família é um local que todo mundo vai para lá, bebi e usa droga, arruma briga. (Vanessa)

Além disso, Aparecida⁶¹ menciona outras referências depreciativas como: “é lá do Sete, povo barraqueiro”; “o povo do sete”; “o povo do sete é barraqueiro”; “o povo do sete é sujo”. Ela questiona: “Não sei por que o povo acha que a gente é barraqueiro”, ressaltando que esses comentários são reproduzidos pelos moradores da mesma zona norte, de bairros como do Brasil Novo, Parque Alexandrina, Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Residencial Cremonese e do Distrito de Montalvão. A partir dessa entrevista, o papel dos moradores de áreas periféricas na reprodução de estigmas territoriais também se evidencia.

Segundo Vanessa, atualmente, essas representações negativas estão sendo associadas com mais frequência ao Conjunto Habitacional João Domingos Netto⁶², assim como em épocas passadas foram atribuídas ao Parque dos Pinheiros⁶³ e ao Jardim Humberto Salvador⁶⁴, pois “são bairros onde todo mundo de todas as periferias se envolveu num local só”. Ela relata que, no início, o Jardim Morada do Sol também passou por um processo semelhante: “vinha um pouco do povo do Cambuci, de não sei de onde, não sei de onde. Então virou uma mini favela”. No entanto, Vanessa ressalta que o Jardim Morada do Sol não deve ser visto como uma favela nem como um local perigoso, embora

⁶¹ Moradora há 17 anos no Jardim Morada do Sol e tinha 36 anos.

⁶² Localizado na zona norte de Presidente Prudente, foi inaugurado em 2015, no âmbito do Programa “Minha Casa Minha Vida” - Faixa 1, isto é, “possuem renda familiar de, no máximo, um mil e seiscentos reais, sendo que esta renda equivalia, em 2015, a 1,8 salários-mínimos, aproximadamente” (Abate, 2020)

⁶³ O Parque dos Pinheiros está localizado na zona leste da cidade de Álvares Machado. O bairro originou-se a partir da expansão urbana de Presidente Prudente em direção a oeste, isto é, a Álvares Machado. A ocupação dessa área foi proporcionada pela implantação de diversos bairros, loteamentos populares de baixa renda, próximos a divisa municipal entre Presidente Prudente e Álvares Machado, surgindo em 1970, o Parque dos Pinheiros I, e em 1980, Parque dos Pinheiros II (Miyasaki; Whitacker, 2005).

⁶⁴ O Jardim Humberto Salvador está situado na zona norte de Presidente Prudente. Foi implantado em 1995, pelo Programa de Loteamentos Urbanizados, com objetivo de atender as famílias não contempladas pelo Programa de Desfavelamento, no setor leste da cidade (Pedro, 2008).

existam “coisas” perigosas no bairro, algo que, segundo ela, pode estar presente em qualquer local.

Aparecida residia anteriormente na Vila Brasil e no Vale das Parreiras⁶⁵, ambos considerados por ela “mais difamados do que o Jardim Morada do Sol”. Mudou-se para o Jardim Morada do Sol em busca de aluguel mais barato e por considerá-lo “mais tranquilo, eu acho muito mais sossegado. Aqui a gente brinca na rua, eu levo meus filhos para a rua, aqui é tranquilo. Ao contrário da fama, aqui é muito tranquilo”. Comenta que só soube da fama negativa do bairro quando chegou e ouviu dos moradores: “Você veio para uma vila que não é muito boa. A nossa fama não é legal”. Apesar disso, ela não se importou, pois acredita que “quem faz a vila somos nós, vamos ver o que vai dar (...)”. Esse mesmo discurso também comparece em sua visão sobre a segurança no bairro

Aqui quem faz a segurança é nós. Porque se você fizer inimizade você vai colher a inimizade. Se você for uma pessoa que faz amizade com todo mundo, ninguém vai mexer com você. É o que a gente faz aqui. Tem um povo aí que a gente não se mistura, mas eles já sabem se mexer eles têm 2 escolhas, ou eles vão embora ou a polícia leva

O depoimento de Aparecida destaca que as questões de segurança no bairro são estabelecidas por um tipo de código interno, fundamentado nas interações sociais e no respeito mútuo. Por um lado, aqueles que agem de acordo com esse código fazem parte de uma rede de proteção. Por outro, aqueles que não o seguem enfrentam consequências, como a necessidade de deixar o bairro ou a intervenção das autoridades. Esses códigos transmitem uma sensação de controle sobre atos criminosos e violentos contra os moradores, ao mesmo tempo em que criam um distanciamento entre determinados grupos, a partir da existência de fronteiras simbólicas internas que moldam as relações sociais no bairro. Isso se reflete em vários momentos na fala de Dona Sônia:

[Do que a senhora não gosta do bairro?]

eu acho que para mim tanto faz, porque eu tenho amizade com a criançada, nós [ela e seu marido] senta aí na rua, toda a molecada fica aí na frente [da casa dela] conversando com nós, os meninos gostam muito do meu marido também. Então eu não tenho que achar muito não, nunca [ninguém] mexeu com nós.

[A senhora acha que o seu bairro é seguro?]

Eu acho, para mim é, porque eu não vejo ninguém fazer nada de mal aqui né, nem de errado que eu saiba não. E se fizer também lá para baixo

⁶⁵ “[Vila Brasil] Para baixo da linha do trem, perto do terminal urbano. É uma vila muito difamada. Coitada daquela vila, é uma vila tão boa... tão difamada, por causa dos usuários de drogas, então todo mundo que mora ali para baixo é... [considerado usuário de drogas]. E aqui no Vale das Parreiras, por violência mesmo. Fiquei dois meses ali e fui embora dali. As pessoas andam armadas no meio da rua... precisei ir embora. Vim para cá [Jardim Morada do Sol]”. (Aparecida).

[indicando outras ruas do Jardim Morada do Sol], eu nem comunico, nem nada [com] nenhum, [eles] lá e eu para cá.

Sobre o Jardim Morada do Sol ser conhecido como “Km7”, Aparecida associa essa denominação à fase de formação, quando “era uma favela”, em função das carências enfrentadas pelos primeiros moradores e da ocorrência de tiroteios e brigas, comuns naquela época. Na opinião dela, atualmente isso não acontece mais, mas os moradores ainda sofrem discriminações que reforçam os estigmas sobre o Jardim Morada do Sol, como relatado por Aparecida

Tem um pessoal aqui, eu já escutei mesmo, de uma menina que foi numa entrevista. Não era entrevista de emprego, era de curso. Dessas entrevistas que falam que é emprego e chega lá é curso. O pessoal fala que não fica com ela porque ela é do Sete. No Sete só tem favelado. Eu falei para ela falar pra passear aqui, para ver o tanto de favelado. Porque uma coisa é você ter discriminação sem conhecer e depois que você conhecer você vai ver que não é aquilo que você imaginou. Só que ela nunca mais vai voltar lá, eu também não voltaria.

Esse aspecto da entrevista deve ser relacionado às temporalidades diferentes entre as mudanças na realidade e sua representação, já observadas por outros autores, como Sposito e Góes (2013), e notadas no Distrito do Pimentas. Além disso, o uso da expressão “favela” por Aparecida e, anteriormente, por Vanessa, pode decorrer tanto da prática da autoconstrução, empregada na origem da ocupação desse espaço, quando os moradores tiveram acesso somente aos lotes, quanto ao fato de que muitos dos primeiros moradores foram removidos de áreas favelizadas no âmbito do “Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanísticos” (Torrezan, 2014).

Como aponta Fernandes (2009, p. 205), “a representação de onde é violento ou não remete à própria representação da favela no imaginário social da cidade”. Isso significa que o termo “favela” também está associado a ideias de violência, insegurança e desordem, retratando os moradores como pertencentes a uma “classe perigosa”. Por essa razão, é significativa a insistência dos entrevistados em afirmar que o Jardim Morada do Sol não é uma favela, buscando desvinculá-lo das conotações negativas e estigmatizantes associadas a esse termo. Como desdobramento, Bárbara considera que os preconceitos vivenciados decorrem da representação de que muitas pessoas não possuem condições de comprar ou consumir nada. Quando conseguem, surgem suspeitas de que empregaram meios ilícitos, como roubos ou envolvimento com o tráfico de drogas. Uma situação semelhante foi vivenciada por Aparecida:

A Microlins [empresa] também faz isso com a gente, sabia? Pois ela faz... ela mente pra gente e fala que é um projeto. Você chega lá, não é, e você tem que pagar um curso que é caro. Você fala que é do “Sete”, eles falam: “como vocês vão vir?” “Será que vocês terão condições de pagar?” Ainda bem que você acha que eu não tenho condições, então muito obrigada. Deixa eles continuarem achando que somos muito pobres e que não temos condições...

Na opinião de Bárbara, o Jardim Morada do Sol é seguro, o que se contrapõe a essa representação preconceituosa. Ela ressalta que, embora pequenos roubos ocorram, não acontecem na proporção sugerida pelos meios de comunicação e pelas pessoas que residem em outros bairros. Para ela, essas ocorrências são comuns em qualquer local.

Mesmo assim, as implicações do estigma sobre os moradores do Jardim Morada do Sol se evidenciam em algumas situações cotidianas. Vanessa, por exemplo, reclama da dificuldade em serem atendidos no posto de saúde. Ela comenta que “quando o médico [efetivo] entra de férias, não tem médico [substituto] querendo vir para cá, porque aqui é o Km 7, entendeu? O pessoal é muito barraqueiro...”, além da ausência de uma farmácia no bairro: “essas coisas não querem vir para cá porque já tem no [distrito de] Montalvão e no [Conjunto Habitacional] João Domingos [Netto], tem no [Parque] Alexandrina e aqui, como antigamente o povo roubava muito, então ninguém queria vir para cá”.

Daniela, por sua vez, tem tentado há dois anos conseguir uma vaga para sua filha mais nova em escolas localizadas no centro da cidade, especialmente na Escola Estadual Professora Maria Luiza Bastos, onde a outra filha, Emanuela, de 16 anos, estuda. Ela presume que as outras mães que conseguiram matricular seus filhos nesta escola forneceram endereços de trabalho ou de parentes situados próximos ao centro, utilizando estratégias individuais, como a da omissão do endereço original – Jardim Morada do Sol, para enfrentar o estigma territorial (Kessler, 2012).

No caso de Emanuela, a matrícula na escola foi facilitada pela intervenção da ex-diretora da escola Municipal Professora Odette Duarte da Costa, no Jardim Morada do Sol, e de um promotor público, que constatou que, após a 5ª, os estudantes do bairro eram transferidos apenas para escolas localizadas no Distrito de Montalvão. O promotor defendeu que “toda criança tem direito a estudar onde quiser e onde puder. Os alunos que tinham as melhores notas quando foi para o 6º ano, ele mandou lá para o [Escola Estadual Professora] Maria Luiza [Bastos]”. Entretanto, o fato de Emanuela ser conhecida na sala de aula como “Emanuela do Sete”, evidencia o estigma associado ao Jardim Morada do Sol, como descrito por sua mãe:

Lá na [Escola Estadual Professora] Maria Luiza a Emanuela falou assim que os outros pensam assim, mas também é do “Sete”. “Ah, o Sete, Emanuela”. Outro dia, foram fazer negócio de Matemática, a professora estava falando que você tem que saber Matemática em tudo... Aí a minha filha falou assim: - “Até para ser traficante”. [Daniela disse] Não estou acreditando, como que você foi falar isso? Ela falou assim: - “Mas mãe, eu falei na emoção, mas é verdade. Você tem que saber o quanto de droga que vai em cada coisa, se não leva prejuízo”. Aí o colega dela falou assim de lá na sala: - “Professora, vamos prestar atenção na Emanuela do Sete”.

[E ela fica chateada com este tipo de situação?] Ela ficou, mas falou assim: - “Você não tem que prestar atenção porque eu sou do Sete, você tem que prestar atenção para deixar de ser burro”. (Daniela)

Além desses comentários, a distância física de cerca de 7km entre o Jardim Morada do Sol e o centro de Presidente Prudente também se torna uma “barreira” que impossibilita a realização de certas práticas. Por exemplo, muitos restaurantes e lanchonetes não realizam entregas no bairro, especialmente dependendo do horário: “Eles cancelam e colocam lá embaixo na observação que é devido a ser longe. A gente sabe que é devido ser do [Jardim] Morada do Sol”, relata Daniela.

Os moradores do Jardim Morada do Sol enfrentam ainda restrições de horário ao utilizar carros de aplicativos. De acordo com Aparecida, esses serviços só começam a circular no bairro por volta das 6h30/7h da manhã e param às 18h30/19h da noite. Às “20 horas ele já não vem aqui. Deixam tudo na rotatória [na entrada do bairro]; eles não descem”, explica. Esses horários limitados são determinados pelos próprios motoristas e refletem em representações de que o bairro é perigoso até para os serviços de transporte.

Mas eu já passei por isso. Quando eu vendia saquinho de lixo de porta em porta a gente precisava do Uber pra vim embora e pedia, quando ele olhava pra onde era, ele cancelava. Não queria (...) que era muito longe para eles vim, para depois voltar pegar outra corrida. Para eles não compensam, é o que eles falavam. Mas eu sei que não é bem isso. (Aparecida)

Esses fatos são agravados pelas condições precárias no transporte coletivo, como denunciam os entrevistados. As linhas de ônibus que atendem o Jardim Morada do Sol operam com horários reduzidos e são insuficientes para atender às demandas dos moradores, dificultando o deslocamento e interferindo nas práticas espaciais, como aconteceu com Aparecida e Vanessa:

[Quando sua filha estava procurando emprego, ela teve dificuldade?] [Aparecida] Teve dificuldade de ônibus. Eu também perdi o emprego por isso, por causa de ônibus, era para eu entrar no serviço 6h40 da manhã, o primeiro horário de ônibus daqui é 6h, não ia dar tempo de chegar lá.

[Vanessa] Eu passei em terceiro lugar [no concurso para auxiliar de enfermagem, como volante] no [Conjunto Habitacional] Ana Jacinta já fizeram mais dois concursos, me chamaram para cobrir uma mulher no Ana Jacinta. Só que o problema é a locomoção, não tem carro e nem moto, elas já tiveram problemas com pessoas de ônibus indo trabalhar lá. Consegue ir, só que não chega às sete horas. A gente consegue chegar lá no máximo sete e vinte cinco ou sete meia com ônibus. A gente pega daqui, vai até no [Conjunto Habitacional] João Domingos [Netto] e do João Domingos a gente pega um para ir ao Ana Jacinta.

[Isso foi um problema para eles?] Foi tanto para eles, quanto para mim, entendeu? Porque aí eu ia sair às 7 horas da noite de lá, vamos supor, do serviço... eu ia chegar em casa quase dez horas. Ou eu pegava [linha de ônibus] o João Domingos e vinha a pé, entendeu? Então não dá... (Vanessa)

Bárbara também conta que, em casos de emergência, ela e outros moradores já tiveram que caminhar até a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da zona norte, localizada no Jardim Guanabara, que fica a aproximadamente 4,4 km do Jardim Morada do Sol. Ela ressalta a importância de estabelecer relações de amizade com vizinhos que possuem carro, facilitando o transporte em momentos críticos. Além disso, os moradores reclamam da ausência de uma ambulância no bairro, especialmente nos finais de tarde e fins de semana. Daniela enfatiza essa dificuldade, questionando: “se alguém fica doente de madrugada, você acha que algum Uber vai vir aqui às 5 horas da manhã?”

As declarações citadas evidenciam a presença de um estigma no Jardim Morada do Sol, associado a representações negativas da área, como perigosa, violenta, marcada por brigas, mortes e tráfico de drogas, e onde residem pessoas conhecidos como “barraqueiros”. Esse imaginário é compartilhado por pessoas que não residem nesse bairro periférico. Embora esses estigmas tenham sido mais acentuados no início de sua ocupação, eles persistem e continuam a interferir nas práticas cotidianas, como trabalhar e estudar, assim como ocorre no Distrito do Pimentas.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores são agravadas pela falta de mobilidade e acessibilidade adequadas ao centro da cidade, aumentando a sensação de distância e a limitação do seu direito à cidade, como proposto por Lefebvre (1991)⁶⁶. O discurso depreciativo que contribui para a estigmatização territorial do Jardim Morada do Sol e de seus moradores se manifesta não apenas de forma explícita, mas também de maneira implícita, como exemplificado pela denominação “Km 7” e “favela”, que

⁶⁶ De acordo com Lefebvre (1991), o direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

provoca insatisfação entre eles. Portanto, a “desigualdade de oferta, qualidade e acesso às oportunidades em diferentes áreas da cidade” (Elorza, 2019, p. 101) não se relaciona apenas com a localização periférica, como é o caso do Jardim Morada do Sol e do Distrito do Pimentas, mas é intensificada pelo estigma territorial, que reforça a sensação de isolamento e as barreiras simbólicas (Elorza, 2019) que separam seus moradores dos demais espaços urbanos de Presidente Prudente e de Guarulhos, produzindo efeitos socioespaciais, isolando cada vez mais os espaços de moradia dos pobres, contribuindo para os desencontros entre as distintas classes sociais e de suas práticas. Isto é, aprofundando os processos de segregação socioespacial e de fragmentação socioespacial presentes nas cidades de Presidente Prudente e de Guarulhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jardim Morada do Sol, em Presidente Prudente, e o Distrito do Pimentas, em Guarulhos, possuem características singulares em termos de formação histórica, econômica, social e espacial, influenciadas por processos relacionados às dinâmicas de segregação socioespacial específicas de cada cidade, sendo a primeira uma cidade média e a segunda inserida no contexto urbano da área metropolitana de São Paulo.

Esses espaços compartilham, entre outros aspectos, a ausência de planejamento urbano/territorial e a negligência inicial do poder público, evidenciadas pela falta de infraestrutura, equipamentos e serviços básicos, que só foram incorporados ao longo dos anos, a partir de reivindicações dos moradores, somando-se a isso as dificuldades de mobilidade no contexto urbano de cada cidade. A condição periférica desses espaços contribuiu para que fossem marcados pela pobreza e pelo imaginário da violência e da criminalidade, com consequente depreciação simbólica baseada em estigmas territoriais.

As representações estabelecidas por moradores do centro de Guarulhos sobre o Distrito do Pimentas e de outras áreas de Presidente Prudente sobre o Jardim Morada do Sol, respectivamente, apreendidas por meio de entrevistas, partem dos mesmos discursos: são considerados distantes e pobres, como também violentos, perigosos e inseguros. No entanto, percebe-se uma diferença nos “protagonismos” do estigma entre as áreas de estudo. No caso do Jardim Morada do Sol, observa-se que, embora continue sofrendo com o estigma territorial, outras áreas periféricas, como Conjunto Habitacional João Domingos Netto e o Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente, e o Parque dos Pinheiros, no município de Álvares Machado, passam a ser percebidos como espaços de maior insegurança e violência, diferentemente do que acontece com o Distrito do Pimentas que continua a ser amplamente reconhecido por esses aspectos. Assim, essa comparação sugere a complexidade da temática, que não se manifesta de forma homogênea entre os espaços.

No que se refere ao papel dos meios de comunicação, buscamos evidenciar que a disseminação de conteúdos voltados à estigmatização de certos espaços periféricos - como o Distrito do Pimentas e o Jardim Morada do Sol - vale-se de diversas estratégias, como comparações, repetição de eventos, uso de testemunhos e detalhamento gráfico e textual das ocorrências, frequentemente sem contextualizar adequadamente a questão da violência. Esses conteúdos reforçam e perpetuam uma realidade previamente construída,

muitas vezes dificultando mudanças. As ideias difundidas se inserem no imaginário coletivo e são socialmente moldadas, pois a maneira como determinados temas são amplificados pela mídia contribui para criar uma "veracidade" social. Essa seleção e hierarquização intencional dos conteúdos, assimilados, debatidos e julgados pela sociedade, favorece o fortalecimento dos estigmas territoriais (Lacerda e Guerra, 2018).

Esses imaginários estigmatizantes são internalizados pelos moradores dos dois espaços pesquisados, gerando impactos em diversos aspectos de seu cotidiano, como a dificuldade no uso de aplicativos de mobilidade, acesso a oportunidades de emprego, a obtenção de vagas em escolas, a contratação de serviços de entrega, entre outros. Como uma forma de enfrentar esses estigmas, os moradores adotam estratégias individuais, como omitir ou alterar o endereço, buscando se distanciar de associações negativas, além de estabelecer diferenciações internas entre os espaços e os vizinhos da mesma área.

Os estigmas que recaem sobre esses espaços remetem a acontecimentos passados, refletindo-se em uma memória social coletiva que perpetua essas representações, mesmo com a redução da violência e de outros problemas a ela relacionados com o passar dos anos. Essa dinâmica evidencia a complexidade das relações entre tempo e espaço, mostrando como tais áreas periféricas carregam marcas históricas de estigmatização, que funcionam como uma carga simbólica, degradando esses espaços e seus moradores, transformando-se em um tipo de violência. Essa violência simbólica cria barreiras subjetivas que influenciam as decisões individuais, dificultam as interações sociais e a circulação nas cidades, reforçando a separação e os desencontros entre os diferentes segmentos no espaço urbano.

Além disso, o estigma presente no cotidiano dos moradores do Jardim Morada do Sol e do Distrito do Pimentas está ligado a diferentes questões que emergem de forma mais intensa e com características específicas em cada espaço. No Pimentas, por exemplo, a insegurança se destaca, refletindo-se nas relações de confiança e convivência entre vizinhos, embora experiências individuais possam alterar essa sensação. Já no Jardim Morada do Sol, destaca-se o uso de denominações como “Km7” e “favela”, que são percebidas pelos moradores como expressões carregadas de conotações pejorativas. Essas diferenças demonstram que as vivências e as representações sociais estão associadas ao contexto espacial e às dinâmicas próprias de cada cidade.

O par exterior-interior mostrou-se, portanto, um instrumento fundamental na análise. Os discursos estigmatizantes produzidos de fora, por meio de depoimentos dos não moradores e do noticiário da mídia, ao mesmo tempo em que penetram nos discursos

dos moradores, diferenciam-se da realidade vivida por eles. Esse par dialético nos possibilita o aprofundamento do entendimento da segregação socioespacial e do estigma territorial sobre as distintas áreas que foram o *locus* desta pesquisa.

Não podemos perder de vista que esses estigmas também se fundamentam na ideia de “classe perigosa” e na criminalização da pobreza, que continuam a influenciar de forma poderosa e permanente as representações sociais desses sujeitos. Isso impacta a forma como seus locais de residência são vistos, desconsiderando as especificidades de cada espaço periférico e contribuindo para a associação da violência a esses locais e seus moradores. Dessa forma, além de enfrentarem as consequências da violência e contarem com menos recursos para se proteger, os segmentos mais pobres são estigmatizados e responsabilizados como causadores dessa violência, o que afeta diretamente os imaginários sociais que os cercam.

Mesmo que as condições objetivas de uma área melhorem, os estigmas podem persistir, impactando não apenas o cotidiano dos moradores e suas interações com o restante da cidade, como também a qualidade e densidade dos encontros entre eles (Saraví, 2008). Esse impacto se intensifica à medida que as relações são permeadas pela sensação de insegurança e pela violência representada (Sposito e Góes, 2013), evidenciada tanto nas falas dos moradores das áreas pesquisadas quanto nos relatos de residentes de outras áreas de Presidente Prudente e do centro de Guarulhos sobre essas áreas. Esses conteúdos reforçam a distinção entre locais considerados mais ou menos inseguros e violentos, intensificando aspectos de alteridade, promovendo a negação do “outro” e de seus locais de moradia, contribuindo para a restrição do direito à cidade (Lefebvre, 1991).

Nesse sentido, os bairros pobres e estigmatizados são vistos como enclaves (Magrini, 2013), tanto pela presença de infraestruturas que criam barreiras concretas — como evidencia a expressão “além da linha do trem”, referindo-se ao Jardim Morada do Sol, e “do outro lado da Dutra”, em relação ao Distrito do Pimentas — quanto pelas barreiras subjetivas, representadas pelos estigmas territoriais que se manifestam de forma explícita ou implícita nos discursos. Essas barreiras, produzidas externamente conforme descrito pelos entrevistados nos dois espaços pesquisados, contribuem para o confinamento e o distanciamento dos moradores. Com o processo de fragmentação socioespacial, essas dinâmicas exacerbam as formas de separação entre os diferentes segmentos sociais, gerando uma homogeneização dos contatos sociais internos, mediada

por um conjunto de representações. Esse cenário compromete a noção da cidade como uma unidade que pode ser igualmente apropriada por todos os cidadãos (Magrini, 2013).

Além disso, os esforços de diferenciação, juntamente com o processo de sobreposição do modelo centro-periferia pelo de fragmentação socioespacial, intensificam o afastamento entre os cidadãos já segregados, como ocorre com os moradores do Distrito do Pimentas, em sua dupla condição periférica. Políticas públicas que promoveram habitações nas periferias, como ocorreu com a origem do Jardim Morada do Sol, na porção norte de Presidente Prudente, associadas à valorização imobiliária nas áreas com melhor acesso a bens e serviços, localizadas na porção sul, especialmente, agravam as desigualdades socioespaciais. Essas dinâmicas dificultam tanto a mobilidade quanto a apropriação de outros espaços, conforme apontado nas entrevistas realizadas com os moradores.

Diante disso, os estigmas territoriais, combinados ao imaginário de que as cidades se tornam cada vez mais inseguras e violentas, constituem uma ferramenta que acentua os processos econômicos e sociais que demarcam as fronteiras nas cidades, aprofundando as distâncias físicas e sociais, refletidas na produção do tecido urbano socialmente e espacialmente fragmentado (Fernandes, 2009). Os processos de segregação, fragmentação socioespacial e o estigma territorial são, portanto, expressões das desigualdades sociais que se refletem na produção e apropriação do espaço urbano, acarretando a criação de novas diferenciações socioespaciais, fundamentadas, também, em contextos de desigualdades. Essa abordagem evidencia a complexidade que envolve o estigma territorial e sua relação com o processo de fragmentação socioespacial, em especial, na sua materialização no cotidiano e nas práticas espaciais dos moradores. Tal constatação ressalta a importância de aprofundar os temas em pesquisas futuras.

Diante do que foi exposto, além dos aspectos teóricos e metodológicos relacionados aos desafios que a apreensão de processos urbanos contemporâneos nos impõe, consideramos que nossa maior contribuição vem no sentido de pôr luz sobre aspectos do cotidiano de cidadãos pobres, periféricos e que frequentemente, são estigmatizados. Mas não basta evidenciar as periferias e os sujeitos periféricos, além das dificuldades e precariedade enfrentadas cotidianamente, ou ainda considerar suas potencialidades e o pertencimento a esse espaço como uma forma de “mitigação” do estigma. É preciso combinar esses elementos que são fundamentais com ações do Estado, por meio de políticas públicas direcionadas às periferias, visando avanços efetivos na infraestrutura urbana e nos serviços públicos, com o intuito de ampliar e melhorar a

acessibilidade e a mobilidade, além de aperfeiçoar as condições estruturais de vida. Isso contribuiria para uma apropriação digna da cidade e para amenizar os efeitos do estigma territorial, da segregação e, conseqüentemente, da fragmentação socioespacial.

REFERÊNCIAS

- ABATE, Alexandre Antônio. (I) Mobilidade e (IN) Acessibilidades Urbanas: Um estudo a partir das práticas espaciais de consumo dos cidadãos residentes no Conjunto Habitacional 'João Domingos Netto' em Presidente Prudente - SP. **Espaço em Revista**, v. 22, p. 165-189, 2020.
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ABREU, Dióres Santos. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.
- ASSENSIO, Cibele Barbalho; SOARES, Roberta. 2022. "Estigma – Erving Goffman". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/estigma-erving-goffman>.
- BONDUKI, Nabil. Periferia Revisitada. Espaço & Debates - **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XVII, n.42, São Paulo: NERU, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do lugar**. In: BORDIEU, Pierre. (org.) A miséria do mundo. Rio de Janeiro: VOZES, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34-Edusp, 2000.
- CAMPOS, Daniel Carlos de.; OLIVEIRA, Elton Soares de.; FERREIRA, José Abílio. Revelando a História do Pimentas e Região. 1 ed. São Paulo: **Noovha América**. v. 10000. 128p. 2014.
- CAMPOS, Luiz Henrique Prado. Bairro-Ocupação: um estudo sobre estigma territorial no processo de luta por apropriação do espaço. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - XVIII ENANPUR, 2019, Natal - RN. **ANAIS do XVIII ENANPUR**, 2019. v. 1. p. 1-23.
- CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras - 1850-1930. **Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas**, v. 15, 1985.
- CARLOS, Ana Fani. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v.4, n.6, p.45-60, 2007.
- CARVALHO, Cláuberson Corrêa. Jornalismo polícia e violência urbana: estigmatização das classes populares, repressão e controle social. 2024. 313f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís -MA.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

CORNEJO, Catalina Andrea. Estigma Territorial como forma de violencia barrial. El caso del sector El Castillo. **Revista Invi**, Santiago-Chile, v. 27, n. 76, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação socioespacial, escalas e práticas espaciais. Cidades: **Revista Científica/Grupos de Estudos Urbanos**. Presidente Prudente. v. 4, n.6, 61-72, jan/dez 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Taís Souza. Pimentas na periferia metropolitana: reflexões acerca do estigma territorial e de suas contradições. **Monografia** (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/234643>>.

CRUZ, Taís Souza; LEGROUX, Jean. Caracterização socioespacial dos Pimentas (Guarulhos –SP): Entre periferia metropolitana e subcentro municipal. In: Semana de Geografia, 2021 - Presidente Prudente/ SP. **ANAIS XXI Semana de Geografia: outras Geografias e (A) diversidades**, 2021. p.706- 727.

CRUZ, Taís Souza; LEGROUX, Jean. Estigma territorial e diferenciações socioespaciais da/na periferia: o caso do Pimentas (Guarulhos-SP). **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 59, p. 396–435, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2938>. Acesso em: 27 out. 2023.

CURBERT, Jaume. **Conflictos globales violências locales**. Quito: Flasco, 2007.

D’ANDREA, Tiaraju Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos Periferia e Sujeitas e Sujeitos Periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, p. 18-36, 2020.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas. Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. 2015. 400 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DURÃO, Susana; WACQUANT, Lóic. O corpo, o gueto e o Estado penal: entrevista com Lóic Wacquant. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12 (n. 2), p. 455-486, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELORZA, Ana. Segregação residencial e estigma territorial. Representações e práticas dos habitantes de territórios segregados. **Eure**, vol. 45, n.135, mayo 2019, p. 91-109.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: Política e Violência nas periferias de São Paulo**. Editora Unesp, São Paulo, 2009.

FERNANDES, Fernando Lannes. Violência, medo e estigma: efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro. 2009. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GAMA, Nilton César de Oliveira. O processo de conformação da periferia da periferia urbana no município de Guarulhos: os loteamentos periféricos como (re) produção de novas espacialidades e lugar de reprodução de força de trabalho. 2009. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GROSS, Cristina Buratto. Insegurança materializada no cotidiano: uma análise do bairro Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente/SP). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Fapesp, 2008 [**relatório de iniciação científica**].

HIERNAUX, Daniel.; LINDÓN, Alicia. Repensar la periferia: de la voz a las visions exo y egocêntricas. In: AGUILAR, A.G. **Procesos metropolitanos y grandes ciudades**: Dinámicas recientes en México y otros países. México: Miguel Ángel Porrúa, 2009. p. 413-443.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidade e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/presidente-prudente.html>. Acesso em: 25 de set. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Guarulhos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guarulhos/panorama> Acesso em: 25 de set. 2021.

JUNIOR ALMEIDA, Adauto Rodrigues. Segregação socioespacial: Diferenças ou semelhanças? Um estudo sobre o Jardim Cinquentenário e o Jardim Morada do Sol em Presidente Prudente – SP. **Monografia** (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.

KESSLER, Gabriel. Las consecuencias de la estigmatización territorial. Reflexiones a partir de un caso particular. **Espacios en Blanco – Serie indagaciones**, vol.22, nº1, (165-197), TandilArgentina, 2012.

KOMURO, Fernanda Tiemi Rocha. A cidade às bordas: novas perspectivas para o Morada do Sol e o Belo Galindo. 2018. 1 CD-ROM. **Trabalho de conclusão de curso** (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/203335>>.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. RJ: Ed. Paz e Terra, 1979.

LARCERDA, Eloá Marcele Nascimento.; GUERRA, Emerson Ferreira. O papel da mídia na (re)produção de estigmas em torno de grupos sociais e espaços na metrópole do Rio de Janeiro. In: **Anais da XIX Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa/PB, 2018.

LASALVIA, Liliana de Souza. A cidade de Guarulhos e o aeroporto. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. Trad. Rubens Eduardo Frias.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, 2021.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAGRINI, Maria Angélica. Vidas em enclaves. O imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 488f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARACCI, Marilda Teles. O movimento por moradia e políticas de Estado no contexto da produção do espaço-território urbano em Pres. Prudente. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 1999.

MELAZZO, Everaldo Santos. Expansão territorial e mercado imobiliário em Presidente Prudente. In: Sposito, M. E. B. (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

MIÑO SOBARZO, Oscar Alfredo. Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

MINZONI, Evidio Lucas. Intervenção projetual de caráter cultural em bairros periféricos da cidade de Presidente Prudente-SP. 2011. 1 CD-ROM. **Trabalho de conclusão de curso** (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/119995>>.

MIRANDA, Marica Eckert. Terra de índio x terra de branco: presença indígena e apropriação de terras em Guarulhos, sécs. XVII-XIX. R. **Museu Arq. Etn.**, 26: p. 62-83, 2016.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2006.

MIYAZAKI, Vitor Koiti.; WHITACKER, Arthur Magon . O processo de aglomeração urbana: um estudo sobre Presidente Prudente e Álvares Machado no Estado de São Paulo, Brasil. **Scripta Nova - Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona, v. IX, n.194, p. 1-12, 2005.

MORCUENDE, Alejandro. Interpreting sociospatial fragmentation, differential urbanization and everyday life: a critique for the latin american debate. **Geographia** (UFF), v. 3, p. 187-198, 2020.

MORCUENDE, Alejandro. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v.20, 2021.

MORCUENDE, Alejandro; FRAGO, Lluís. Entre a periferia objetiva e subjetiva: Estudos a produção socioespacial dos bairros da Zona Franca de Barcelona. **Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales**, 2023.

MORENO, Roberto dos Santos. Planejamento urbano em Guarulhos: entre o discurso e a prática: avaliação da política urbana 1963-2013. 2016. **Tese** (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, v. 07, p. 129-153, 2010.

NOGUEIRA, Ana Cláudia; GÓES, Eda Maria. Representações sociais do bairro Brasil Novo em Presidente Prudente- SP. **Geografia em Atos** (Online), Presidente Prudente, v. 1, n. 9, 2011.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues (Coord.) **Atlas ambiental escolar de Presidente Prudente:** São Paulo – Brasil. Disponível em: <http://portaldoprofessor.fct.unesp.br:9000/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

OJIMA, Ricardo.; MARANDOLA JR, Eduardo.; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes.; SILVA, Robson Bonifácio. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitórios” no Brasil. **Cad. Metrop. São Paulo**, v.12, n.24, p.395 - 415, 2010.

PAIVA, Luiz Fábio. Contingências da violência em um território estigmatizado. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Fortaleza. 2007.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, n.19, p. 33-56, dez. 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie France; PINEDA, Rodrigo Cattane. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **Eure**, vol. XXXIV, n.103, p. 73-92, dez. 2002.

RIZZON, Renata Cristina **A condição periférica e a construção do estigma territorial em Cidade Tiradentes, São Paulo-SP**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/234821> >

RIZZON, Renata Cristina; CRUZ, Taís Souza; OLIVEIRA, Pablo Muryllo. Fragmentação socioespacial e Estigma territorial: Reflexões sobre a produção do espaço urbano na atualidade. In: SIMPURB, 2022 - Curitiba/PR. **ANAIS XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 2022.

RODRIGUES, Arnaldo Oliveira. O. Estigma territorial em foco - cidade simbolicamente dividida e atraso no desenvolvimento. In: VI Congresso de Desenvolvimento Social, 2018, Montes Claros. **Anais do VI Congresso de Desenvolvimento Social**, 2018. p. 1934-1946.

SÁ, Bárbara Cristina. Pimentas e suas imagens: Estudo sobre a construção vivida e simbólica do espaço urbano de um bairro. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Fapesp, 2009 **[relatório de iniciação científica]**.

SAMPAIO, Carlos Eduardo.; GOMES, Maria Terezinha Serafim. A Ferrovia Sorocabana: o auge, a decadência, a concessão à iniciativa privada e a proposta de reativação. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 20, n. 01, p. 187-220, 2022. DOI: 10.46551/rc24482692202208. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/4580>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANÍN NARANJO, Paula; QUICENO TORO, Natalia. Estigmas territoriales y distinciones sociales: Configuraciones espaciales en la ciudad de Medellín. **Anagramas**, Medellín-Colômbia vol.7, nº14, (115-132), 2009.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Identidade Urbana e Globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP**. São Paulo: Annablume /SINPRO-Guarulhos, 2006.

SANTOS, Geneci dos. **As metamorfoses dos lugares**. Presidente Prudente, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Plinio Soares dos. A transformação da estrutura urbana na cidade de Guarulhos e a constituição de uma nova centralidade no Bairro de Pimentas. 2017. **Dissertação** (Mestrado em projeto, produção e gestão do espaço) – FIAM FAAM, São Paulo.

SARAVÍ, Gonzalo. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. **EURE**. Chile. v. XXXIV, n. 103, dez 2008. p. 93-110.

SILGUEIRO, Felipe César Augusto. Presidente Prudente/SP - 100 anos: Uma análise no espaço-tempo a partir da política Habitacional. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 5, p. 21, 2018.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. Das reportagens policiais às coberturas de segurança pública: representações da “violência urbana” em um jornal do Rio de Janeiro. 2007. **Tese** (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

SILVA, Júlio Santos da Silva; PROCÓPIO, Carlos Eduardo. Geografia do crime: análise espacial das ocorrências de estupros no município de Guarulhos entre os anos de 2015 e 2017. 2021. **Revista Brasileira De Iniciação Científica**, 8, e021023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/150>

SILVA, Ronés Borges. Implantação de loteamentos e segregação socioespacial urbana. **Revista Geografica de America Central (online)**, v. 2, p. 1-32, 2011.

SILVA, Ronés Borges. Segregação e/ou intergração: O “Programa de desfavelamento e loteamentos urbanizados” em Presidente Prudente. 2005. 130f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas**, p. 92-113, 2011.

SOARES, Rosana de Lima. Mídias e Estigmas Sociais: Sutileza e Grosseira da exclusão. **Tese** (Livre Docência em Jornalismo e Editoração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SODRÉ, Reges. Insegurança urbana e controle social: Práticas espaciais e segregação em Araguaína – TO. 2021. 364f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiana (GO).

SODRÉ, Reges. Insegurança urbana e estigmas socioespaciais em Araguaína-TO. **Caderno de Geografia**, v. 32, p. 591-618, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

SOUZA, Marcelo Lopes: **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556p.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Sistema de informação para a tomada de decisão municipal**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000 [Relatório de pesquisa]

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação Socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v.19, e19015, 2020.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos das periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones geográficas**. México D.F.:UNAM, n.54, p.114-139, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani. SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial e consumo na periferia de São Paulo. In: **Tlalli**, n.8, 2022, p.56-85

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb). São Paulo, Fapesp, 2018. [projeto de pesquisa]

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O Chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana. 1983. 230 f. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 1983. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/202451>>.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista da Associação dos Geógrafos** – Seção Local Dourados. Set/out/nov/dez de 1996, nº 4, p. 71-85

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61 – 93.

SPOSITO, Maria. Encarnação. Beltrão; GÓES, Eda. Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TORO, Natalia Quiceno; NARANJO, Paula Sanín. Estigmas territoriales y distinciones sociales: Configuraciones espaciales en la ciudad de Medellín. In: **Anagramas**, Medellín-Colômbia vol.7, nº14, p. 115-132, 2009.

TORREZAN, Rosiane. Moraes. Lugar e Comunidades no Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galindo: análise a partir de uma Estratégia de Educação de Jovens e Adultos. 2014. 403 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/116033>>.

VIDAL, Laurent. Les mots de la ville au Brésil. Un exemple: la notion de “fragmentation”. **Cahiers des Amériques Latines**, nº18, 1995, 161-181

VIEIRA, Alexandre Bergamin. O lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade intraurbana. 2005. 149f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

WACQUANT, Löic. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia. Departamento de Sociologia** – Faculdade de Letras/UP, v..XI, Porto, 2006.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WACQUANT, Löic.; SLATER, Tom.; BORGES PEREIRA, Virgilio. Estigmatización territorial en acción. **Revista INVI**, 29 (82), 219-240, 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

A) Perfil (questões introdutórias)

1. Qual sua idade?
2. Qual seu nível de escolaridade?
3. Qual sua profissão e onde trabalha/estuda?
4. **(Se não comentou antes)** Seu trabalho atual é formal ou informal, setor público ou privado?
5. Qual sua renda?
6. **(Se não comentou antes)** Você já trabalhou em outras atividades? Quais?
7. Tem filhos? Eles frequentam a escola? Onde os filhos estudam?
8. Há quanto tempo você reside neste bairro?

B) Sobre o Morada do Sol

9. Qual é o nome do bairro em que mora e como ele é conhecido? Você reconhece esse nome? O que ele significa?
10. Como é o seu bairro? **(Descrição)**
11. Como foi sua vinda ao bairro? Quais os principais problemas enfrentados e as primeiras impressões que teve?
12. Onde morava antes?
13. Por que você escolheu este bairro para morar?
14. A casa em que mora hoje é própria? Financiada? Alugada? Cedida?
15. O que você nota que mudou na sua vida, antes de morar aqui (no bairro) e atualmente? **(Descrição)**
16. Você gosta de morar aqui? Do que você gosta no bairro?
17. Do que não gosta?
18. Na sua opinião, quais os principais problemas desse bairro?
19. Gostaria de mudar se pudesse? Por quê? Para qual bairro?

C) Vizinhança

20. Você conhece seus vizinhos? Como é o relacionamento com eles?
21. Tem amigos no bairro?
22. Tem parentes que moram aqui no bairro?

D) Relações com outros espaços

23. Você costuma sair do bairro nos finais de semana? Qual frequência?
24. **(Caso positivo)** Que lugares você costuma frequentar quando sai do bairro? Qual frequência?
25. **(Se não comentou antes)** Vai ao shopping center?
26. **(Em caso de resposta positiva)** Em qual? Fazer o quê?
27. Onde você costuma fazer compras? Qual frequência?
28. Já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação ao frequentar esses locais?
29. Visita amigos ou parentes em outros bairros da cidade? Tem amigos em outros bairros? Qual frequência?

30. Costuma comprar sem sair de casa? Por aplicativo? O que compra? Recebe as entregas aqui?
31. O que você faz para se divertir?
32. Como você se locomove na cidade e para suas atividades (**lazer, consumo**)
33. (**Se for transporte público**) Tem dificuldade?
34. (**Se não foi comentado**) Utiliza aplicativos como Uber, 99 etc?
35. (**Em caso positivo**) Encontrou alguma dificuldade ao utilizar o aplicativo por residir neste bairro?

E) Representações (imaginário, simbólico)

36. O que você acha da distância do bairro com relação ao centro da cidade?
37. O que as outras pessoas pensam/dizem sobre seu bairro (quando procura emprego, abre conta no banco, usa aplicativo, é apresentado para alguém...)? Você concorda?
38. E nos jornais locais, redes sociais, sabe como o seu bairro aparece?
39. Você considera o seu bairro seguro? Por quê?
40. Você adota medidas de segurança na sua casa? Quais? Por quê?
41. A polícia costuma estar presente no bairro? Você sabe quais são os motivos?
42. (**Caso a resposta anterior for positiva**) Você concorda com a presença e motivos da polícia está neste bairro?
43. (**Morada do sol**) Com relação ao presídio: Como é morar próximo ao presídio?
44. Conhece alguém que trabalhe lá?
45. Sabe se há famílias de presidiários morando no bairro? O que acha da sua presença no bairro?
46. O fato de você morar no Jardim Morada do Sol já te prejudicou ou te prejudicou em alguma das suas atividades (**trabalho, lazer, consumo, estudos**)? Descreva a situação.
47. Você gosta de morar em Presidente Prudente? Por que?
48. Você acha a sua cidade violenta? Ou que a violência aumentou nos últimos anos?
49. O que você gostaria que mudasse em seu bairro?
50. Fale sobre o que melhorou e/ou piorou no bairro ao longo dos anos? E na cidade?
51. Como e onde vê seu futuro?
52. Quer acrescentar alguma coisa ou fazer alguma pergunta?
 - Terminar a entrevista apresentando os agradecimentos
 - Deixar contato à disposição do/a entrevistado/a para o caso de ele/ela se lembrar de um aspecto ou querer oferecer alguma contribuição adicional
 - Pedir ajuda dele/dela para indicar outra pessoa a ser entrevistada

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DO PROJETO FRAGURB



- Iniciar a entrevista apresentando rapidamente o objetivo da pesquisa e agradecendo a participação.
- INFORMAR QUE A ENTREVISTA PRECISARÁ SER GRAVADA, mas que a identidade da pessoa será mantida em sigilo. Pedir para a pessoa confirmar que concorda.
- Explicar que o roteiro se compõe de perguntas simples sobre a vida cotidiana da pessoa e que ela deve informar se sentir algum desconforto sobre o que está sendo perguntado.

A – Questões introdutórias

1. Qual sua idade?
2. Qual seu nível de escolaridade?
3. Qual sua faixa de renda familiar aproximada? [em caso de entrevista com segmentos de baixo poder aquisitivo, perguntar: recebe algum auxílio do governo?]
4. Qual sua ocupação?
5. Onde você trabalha/estuda?
6. Descreva sua rotina num dia comum.
7. Houve mudanças em função da pandemia de COVID-19? [mobilidade, trabalho...]

B – Habitação

8. Com quem você mora? Quem são essas pessoas? O que elas fazem? Que idades têm?
9. Em que bairro você mora? Há quanto tempo mora neste bairro?

10. Como é o seu bairro? Descreva.
11. Onde morava antes?
12. A casa em que mora hoje é própria? Financiada? Alugada? Cedida?
13. Como é a sua casa? Descreva.
14. O que significa para você ter conseguido essa casa? [Especialmente se for MCMV]
15. A casa já foi reformada? O que foi reformado?
16. [Caso a resposta anterior tenha sido negativa] Gostaria de reformar?
17. A casa anterior era própria ou alugada?
18. Por que você escolheu este bairro para morar?
19. Do que você gosta no bairro?
20. Do que não gosta?
21. Gostaria de se mudar se pudesse? Por quê? Para qual bairro?
22. Em qual bairro da cidade você não moraria? Por quê?
23. [Se não comentou] Como é sua vizinhança?
24. Você tem relações de amizade com os vizinhos?
25. Existe na vizinhança grupo de WhatsApp para compartilhar informações?
26. Existem imigrantes no bairro? Haitianos/venezuelanos/nordestinos?
27. [Caso a resposta anterior for positiva] A existência de imigrantes traz problemas/conflitos ao bairro?
28. O que você acha da infraestrutura do bairro?
29. O que as outras pessoas pensam/dizem sobre seu bairro?
30. Você considera o seu bairro inseguro? Por quê?
31. Você adota medidas de segurança na sua casa? Quais?
32. Nas cidades que pesquisamos, temos visto que os condomínios fechados estão em expansão. E aqui? O que acha disso?
33. [No caso de entrevista em conjunto com MCMV] E quanto ao fim do MCMV – Faixa 1, qual a sua opinião?
34. Participa de associação de bairro, sindicato, associação de pais na escola, entidade profissional, reuniões de ONGs ou CRAS, audiências públicas... ou alguma outra entidade desse tipo? Por quê?
35. Como e onde vê seu futuro?

C – Lazer

36. Como é o seu lazer? Onde?
37. Qual a frequência das suas atividades de lazer?
38. Tem espaços públicos no bairro em que mora (praças, parques, feiras, pista de caminhada, biblioteca, calçadão etc.)?
39. [Em caso de resposta positiva] Você os utiliza? Quais deles? Para quais atividades?
40. [Em caso de entrevistas com moradores de espaços fechados com áreas de lazer de uso privado] Você utiliza a área de lazer do seu condomínio? [Se sim] Com que frequência? [Se não] Por que não?
41. Você sabe se há espaços públicos [fora do seu bairro] na cidade [parques, praças, feiras, pistas de caminhada, bibliotecas etc.]? Quais?
42. Frequenta esses lugares? Por quê?
43. [Em caso de resposta negativa] Você gostaria de frequentá-los? Por que não frequenta?

44. Você costuma ficar em casa? Fica muito tempo em casa? Gosta de ficar em casa?
45. Utiliza plataformas da internet para assistir filmes e seriados? Costuma fazer isso sozinho ou acompanhado?
46. [Em caso positivo] A existência dessas plataformas para assistir na internet te motiva a sair menos de casa?
47. Você utiliza redes sociais? Quais? Considera isso atividade de lazer?
48. As redes sociais ajudaram a fazer amigos? Você marca encontros com os amigos/parentes pelas redes sociais?
49. [Caso não tenha sido mencionado] Costuma ir à igreja/espço de culto religioso/espiritual? Considera isso uma atividade de lazer?
50. Você se relaciona com as pessoas da igreja/espço de culto fora do ambiente da igreja?
51. A igreja/espço de culto que você frequenta fica no bairro?
52. Qual o nome da igreja/espço de culto?

D – Mobilidade

53. Como você se locomove na cidade?
54. Você vai a algum lugar a pé ou de bicicleta? Por quê?
55. Utiliza transporte coletivo [lotação/ônibus]? Por quê?
56. [Em caso de resposta positiva] Você conversa com as pessoas no transporte ou no ponto ou percebe que elas conversam entre nesses ambientes?
57. Utiliza carro ou moto? Em quais situações?
58. Utiliza aplicativos como Uber, 99 etc.?
59. Vai ao centro da cidade?
60. [Em caso de resposta positiva] Vai fazer o quê no centro? Com que frequência vai ao centro? [No caso de Marabá] qual centro?
61. [Em caso de resposta negativa] Por que não vai?
62. Se fosse explicar para alguém que não conhece [nome da cidade], como localizaria o centro e seus limites? [ou, onde fica o centro dessa cidade?]
63. [Caso tenha havido mudança de endereço] Como a mudança para este bairro afetou os deslocamentos e os usos da cidade?
64. [Para entrevistas do Quadro 2] Há empregados na sua residência [diaristas, jardineiros etc.]?
65. [Em caso de resposta positiva] Sabe onde moram e como se locomovem para o trabalho?

E – Consumo

66. Onde faz as compras da semana ou do mês? [Detalhar os nomes dos supermercados, sacolões, feiras etc. e suas localizações]
67. Onde você compra roupas e sapatos? [Detalhar os nomes das lojas e suas localizações]
68. [Se não comentou antes] Vai ao shopping center?
69. [Em caso de resposta positiva] Em qual? Fazer o quê?
70. Costuma comprar sem sair de casa? Por internet, telefone, aplicativo? Por quê? O que compra?

F – Trabalho

71. [Você mencionou que trabalha com.../estuda] Como se locomove para o trabalho?
72. Qual o horário de entrada e saída no trabalho?
73. Quanto tempo leva para ir e voltar do trabalho?
74. Você costuma voltar para casa na hora do almoço?
75. Seu emprego possibilita trabalhar em casa? Faz isso com frequência?
76. Seu trabalho atual é formal ou informal, setor público ou privado?
77. Você já trabalhou em outras atividades? Quais?

G – Outros temas não contemplados

78. Há quanto tempo mora em [nome da cidade]?
75. De que lugares você gosta mais em [nome da cidade]?
76. O que você acha que mudou em [nome da cidade] nos últimos [10 ou menos conforme a resposta] anos?
77. [Se não tiver sido mencionado] Você acha essa cidade insegura? Por quê?

- Terminar a entrevista apresentando os agradecimentos, em nome da equipe e CONFIRMAR QUE AUTORIZOU A GRAVAÇÃO DA ENTREVISTA.
- Deixar contato à disposição do/a entrevistado/a para o caso de ele/ela se lembrar de um aspecto ou querer oferecer alguma contribuição adicional.
- Se for o caso, pedir ajuda dele/dela para indicar outra pessoa a ser entrevistada.